

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CLAYTON ANDRÉ

**ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA SOBRE A RESERVA BIOLÓGICA
DE DUAS BOCAS/CARIACICA-ES
(1912-1991)**

**VITÓRIA
2012**

CLAYTON ANDRÉ

**ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA SOBRE A RESERVA BIOLÓGICA
DE DUAS BOCAS/CARIACIA-ES
(1912-1991)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas, na área de concentração em Estado e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.

VITÓRIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A555a André, Clayton, 1976-
Abordagem historiográfica sobre a reserva biológica de Duas Bocas/Cariacica-ES : (1912-1991) / Clayton André. – 2012.
132 f. : il.

Orientador: Luiz Cláudio Moisés Ribeiro

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História local. 2. Rios. 3. Urbanização. 4. Água - Captação. 5. Biodiversidade - Conservação. 6. Cariacica (ES). I. Ribeiro, Luiz Cláudio Moisés. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA SOBRE A RESERVA BIOLÓGICA DE DUAS BOCAS/CARIACICA-ES (1912-1991)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas na área de concentração Estado e Políticas Públicas.

Aprovada em 09 de agosto de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria da Penha Smarzaró Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo/Universidade de
Vila Velha

Prof. Dr. Gabriel Augusto de Mello Bittencourt
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Para Ila e Guerino, meus queridos tios que tanto me ajudaram nesta vida.

E para os abnegados guardas florestais da Reserva Biológica de Duas Bocas, heróis anônimos da preservação ambiental no estado do Espírito Santo.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Jesus Cristo, meu Senhor e meu Deus, meu amparo e fortaleza em tudo o que realizo nesta vida. Agradeço a Nossa Senhora Aparecida, Mãe-Padroeira de meu amado país que sempre intercede por mim e por muitos dando forças para enfrentar as dificuldades.

Neste mundo, agradeço à minha querida tia, Dona Ila Maybe Dalvi, e meu tio e padrinho, Sr. Guerino Dalvi. Estes que tanto me ajudaram nos estudos e na vida, verdadeiros amigos aos quais tanto estimo e devoto minha mais sincera gratidão terreal.

Registro também meus agradecimentos àqueles que colaboraram para o trabalho realizado em campo, aos guardas florestais da Reserva Biológica de Duas Bocas, como Mário José Broedel, meu parceiro de fiscalizações que intronizou-me nas difíceis trilhas da Reserva, sempre com a disposição em encarar a adversidade física do ambiente e oferecendo-me informações valiosas acerca de cada ruína e trilha mistificada em meio ao verde. Obrigado, amigo. De igual modo, agradeço aos demais guardas florestais com quem igualmente tive o privilégio de aprender sobre zelo e o respeito à natureza, contornando por vezes a falta de estrutura com criatividade e jamais deixando de cumprir para com o dever de servir à sociedade na defesa do patrimônio ecológico de nosso estado: Lucínio Thomas, Ailton Pedro Boone, Jacimar Boone, Carlos Alberto Canal, Wilson Nascimento, companheiros de trabalho aos quais também devo a descoberta desta parte da nossa história que há muito estava esquecida, confinada em cada trilha, em cada espaço restrito de uma floresta onde só os mais experientes sabem como nela adentrar e sair em segurança.

Sou igualmente grato à Gerência de Recursos Naturais (GRN) do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e por extensão à gerência da própria Reserva Biológica de Duas Bocas, meus agradecimentos aos membros do quadro técnico da Rebio pela colaboração no acesso a dados pertinentes à realidade social do entorno e na sempre manifesta boa-vontade em permitir o acesso à UC. Também meus agradecimentos ao Instituto de Pesquisa e Documentação Cariaciquense - IPEDOC, à Secretaria de Cultura de Cariacica, ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo -IDAF e, sobretudo, aos servidores do Arquivo Público

do Estado do Espírito Santo- APES, sempre céleres em garantir aos historiadores o acesso às fontes primárias ali zelosamente preservadas. Registrem-se meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, cuja bolsa de demanda social permitiu-me dedicação integral à pesquisa durante os dois anos de sua consecução. Também agradeço à Doutora Aline Trigueiro Vicente a quem devo minha consciência identitária de historiador ambiental e à Doutora Maria da Penha Smarzaro Siqueira, cujas leituras indicadas ajudaram-me na compreensão do *ethos* da sociedade colonial brasileira. Contribuições valiosas pelas quais seria injusto não registrar minha gratidão. E, não pela ordem menos importante, agradeço ao meu Orientador, Professor Doutor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, que do alto de toda sua experiência acadêmica prontificou-se a abraçar este projeto e por ele entusiasmou-se desde o início, empenhando de bom grado seu capital intelectual em minha orientação e ajudando de maneira humana e solidária a complementar tudo aquilo que em termos de metodologia e sistematização científica a mim, historiador recém-formado, obviamente faltava.

Que seja dito: este trabalho também tem a sua história. E consignado a este há lembranças, há ansiedade, há conflitos humanos, há os braços arranhados e as picadas de insetos adquiridas nas idas a campo; há o cansaço de horas de caminhada mata adentro em meio ao calor sufocante, há o sentimento de vulnerabilidade em meio à exuberância da floresta tropical, há o imponderável da vaidade a que não podemos, por vezes, evitar. Mas há também a amizade, o aprendizado da tolerância, e até a contribuição de uma pessoa amiga com quem se compartilhou angústias e da qual se ouviu ou leu palavras de incentivo e conselhos que fizeram toda a diferença para seguir em frente na dissertação num momento de desânimo; a colaboração desinteressada, a descoberta de um novo olhar sobre a natureza e o homem; o prazer em buscar a verdade histórica não só na papelada dos arquivos como também nas ruínas em meio à mata e registrá-la para a posteridade, a dedicação, a sensação do dever cumprido.

“É difícil exprimir o que sentia então; parece-me que era um misto de admiração, de espanto, talvez de tristeza. Como me sentia pequenino diante daquelas árvores gigantescas que datam das primeiras eras do mundo!”

Auguste François Biard

RESUMO

O trabalho aborda as conjunturas em que se formou a História Ambiental, comentando a respeito do axioma “Preservar *versus* Conservar” partindo de leituras de autores pioneiros deste campo no Brasil e no mundo; demonstra como a História Ambiental contribui para a compreensão do passado enquanto convergentes às fontes primárias. Expõe acerca de aspectos metodológicos da História Ambiental no trato de seu objeto de estudo em questão: a Reserva Biológica de Duas Bocas, localizada em Cariacica/ES. Destarte, apresenta a formação histórico-geográfica do município de Cariacica considerando sua relação direta com o empreendimento colonizador estabelecido na ilha de Vitória no século XVI, com a chegada do primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho. Explica a ocupação do solo espírito-santense evidenciando as conjunturas específicas do início de sua colonização: a hostilidade dos índios, o aproveitamento sistemático das vias fluviais por parte do colonizador, o papel da catequese jesuítica, o declínio da população nativa ante o avanço da empresa colonial. Aborda a singularidade histórica da Reserva Biológica de Duas Bocas, sito no município de Cariacica, como um desdobramento direto da industrialização e do paradigma de modernização urbana que se consolidou no panorama político da ordem econômica burguesa do estado do Espírito Santo no início dos 1900 com repercussões no âmbito local e que levou a cidade a ser objeto da captação e fornecimento de água potável em dois momentos, resultando na delimitação da atual área de preservação ambiental conhecida como Reserva Biológica de Duas Bocas, importante patrimônio de biodiversidade.

Palavras-Chaves: História Ambiental. Preservação. Conservação. Biodiversidade. Reserva Biológica de Duas Bocas.

RESUMEN

Hace una abordaje de los escenarios en que se formó la Historia Ambiental, al comentar sobre el axioma "Preservar *versus* Conservar" de lecturas de autores pioneros de este campo en Brasil y el mundo; demuestra cómo la historia ambiental contribuye a la comprensión del pasado utilizando como referencia las paisajes mientras convergentes a las fuentes primarias. Expone sobre los aspectos metodológicos de la historia ambiental en el tratamiento de su materia en cuestión: la Reserva Biológica de Duas Bocas, ubicado en Cariacica / ES. Por lo tanto, presenta la formación histórica y geográfica de la ciudad de Cariacica teniendo en cuenta su relación directa con la empresa colonizada ubicado en la isla de Vitoria en el siglo XVI con la llegada del capitán-mor, Vasco Fernandes Coutinho. Explica la ocupación del solo Espiritossantense evidenciando las circunstancias particulares de su asentamiento original: la hostilidad de los indios, el uso sistemático de las vías fluviales por el colonizador, el trabajo de la evangelización de los jesuitas, la disminución de la población indígena ante el avance de la empresa colonial. Discute la singularidad histórica de la Reserva Biológica de Dos Bocas, ubicado en la ciudad de Cariacica, como una rama directa de la industrialización y el paradigma de la modernización urbana que se consolidó en el panorama político de la orden económico burgués del estado de Espírito Santo a principios de 1900, con repercusiones a nivel local y que llevó a la ciudad para ser objeto de captura y el suministro de agua potable en dos etapas, causando a la delimitación del área de preservación ambiental actual conocido como la Reserva Biológica de Duas Bocas, eminente propiedad de biodiversidad.

Palabras clave: Historia Ambiental. Preservación. Conservación. Biodiversidad. Reserva Biologica de Duas Bocas.

LISTA DE ABREVIATURAS

Arie- Área de Relevante Interesse Ecológico.

APA- Área de Proteção Ambiental.

APES- Arquivo Público do Espírito Santo.

Cesan- Companhia Espírito-Santense de Saneamento.

DAE- Departamento de Água e Esgoto.

DE- Decreto Estadual.

EC- Estação Ecológica.

ETA- Estação de Tratamento de Água.

ha – hectares.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Iema- Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

IDAF- Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo.

ITCF- Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.

Mna - Monumento Natural.

PNM - Parque Natural Municipal.

PNMA - Programa Nacional do Meio Ambiente.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Meio Ambiente.

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Rebio - Reserva Biológica.

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória.

Seama - Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Sema - Secretaria Especial do Meio Ambiente.

SISNAMA- Sistema Nacional do Meio Ambiente.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de conservação.

UC - Unidade de Conservação.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1: identificação de propriedades em Duas Bocas.....	89
Figura 2: : entrevista com veteranos guardas florestais de Duas Bocas.....	90
Figura 3: Tanques de filtragem [desarenadores] sendo construídos. Duas Bocas,1909.....	92
Figura 4: Tanques de filtragem sendo construídos na captação do rio Pau Amarelo, 1909.....	93
Figura 5: ruínas dos tanques de filtragem do rio Pau Amarelo, Rebio Duas Bocas, 2010.....	93
Figura 6: Ruínas do antigo sistema de decantação, Rebio Duas Bocas, 2010.....	94
Figura 7: Curso atual do rio Pau Amarelo cobrindo a antiga passarela dos operadores da represa.....	94
Figura 8: Rio Pau Amarelo, Reserva Biológica de Duas Bocas, 2010.....	94
Figura 9: Aspecto atual da antiga trilha de tropeiros. Proximidades do rio Pau Ôco.....	95
Figura 10: Aspecto atual da antiga trilha usada por tropeiros.....	95
Figura 11: Achamento de uma garrafa típica em trabalho de campo na antiga propriedade da família Robes (origem holandesa), região do Alegre/Rebio Duas Bocas.....	95
Figura 12: Rio Pau Ôco, região do Alegre. Rebio Duas Bocas.....	95
Figura 13: Desembocadura do rio Panelas, 1950.....	99
Figura 14: Desembocadura do rio Naiá-açu, 1950.....	101
Figura 15: Paisagem transformada, a área de submersão, 1950. Ao fundo a captadora já erguida.....	101
Figura 16: Guardas-florestais em 1986.....	105

LISTA DE MAPAS E TABELAS

Mapa 1: Unidades de Conservação no Brasil.....	44
Mapa 2: Hidrografia de Cariacica [recorte].....	51
Mapa 3: Abrangência da região hidrográfica dos rios Jucu e Santa Maria [recorte].....	52
Mapa 4: Hidrografia de Duas Bocas [recorte ampliado].....	53
Mapa 5: Hidrografia da Reserva Biológica de Duas Bocas.....	57
Tabela 1: Indenizações Pagas em 1950.....	102/103
Tabela 2: Pendentes de Indenização em 1950.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
 CAPÍTULO I	
Evolução de paradigmas na abordagem historiográfica: a história ambiental.....	20
1.1 Historicidade da relação homem/natureza.....	35
1.2 Áreas protegidas: preservacionismo e conservacionismo.....	37
 CAPÍTULO II	
Formação história do município de Cariacica.....	47
2.1 Catequese, navegação fluvial e ocupação da hinterlândia capixaba.....	57
2.2 Cariacica no contexto ulterior à expulsão dos jesuítas: estagnação populacional.....	68
2.3 Imigração e emancipação política no período monárquico: freguesia de Cariacica.....	71
2.4 Emancipação política no período republicano: vila de Cariacica.....	75
2.5 Melhorias na urbe cariaciquense: água encanada!.....	80
 CAPÍTULO III	
Vitória e o <i>ethos</i> do progresso no governo de Jeronymo Monteiro.....	82
3.1 O saneamento da cidade.....	86
3.2 Voltam-se os olhos para Duas Bocas: captação no ribeirão Pau Amarelo.....	88
 CAPÍTULO IV	
A terceira represa de Duas Bocas.....	98
 CAPÍTULO V	
O código Florestal de 1965.....	106
5.1 A reserva florestal de Duas Bocas: 1965-1991.....	107
5.2 Redemocratização e questão ambiental.....	108
5.3 A consolidação da reserva biológica de Duas Bocas: 1991-1995.....	111
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114

INTRODUÇÃO

Este trabalho é antes de tudo fruto de uma experiência pessoal. Após colar grau como graduado em História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), fui aprovado em concurso público para o cargo de guarda ambiental- denominação recém-criada para a atividade de “guarda-florestal”- no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

Nomeado para o cargo, tomei posse a 08 de março de 2008, tendo sido lotado para trabalhar na antiga Reserva Florestal de Duas Bocas, instituída pela Lei número 2095 de 12 de Janeiro de 1965, situada no município de Cariacica e que desde 1991 havia sido recategorizada para Reserva Biológica (Rebio). Entre março de 2008 e abril de 2010; portanto, fui servidor efetivo da supracitada autarquia da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Seama) do estado do Espírito Santo e que, desde 2005, gerencia as unidades de conservação (UC) no âmbito estadual passando eu então a ter acesso à referida unidade. Cumpre salientar que a categoria de reserva biológica está entre as mais restritas no tocante ao acesso, conforme elencado no Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC)¹, de modo que o fato de estar servindo na referida unidade dava-me condições de acesso que concorreram proficuamente para este trabalho. Uma vez lotado na Rebio, colaborei amplamente no Programa de Educação Ambiental denominado **Um Dia na Floresta** desempenhando atividades de recepcionamento, monitoria e palestras a estudantes de escolas públicas e privadas, bem como no auxílio a pesquisadores em trabalho-de-campo, concomitante às atividades inerentes de um guarda florestal, quer seja a fiscalização da caça e da pesca dentro da área da Rebio e em sua zona de amortecimento. O trabalho da fiscalização e a proximidade com os guardas florestais veteranos que atuam nesta UC possibilitaram-me encontrar no interior de áreas de mata fechada um campo de estudos que considerei digno de uma exploração historiográfica. Faltava-me, contudo, os devidos aportes teóricos e a orientação a termos de metodologia de abordagem para levar a cabo uma pesquisa que pudesse tornar tal expectativa uma realidade.

¹ cf.: Artigo 10, § 2º SNUC. Sistema Nacional de Unidades de conservação; Lei 9985 de 18 de Julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: série políticas públicas. São Paulo: Conselho Nacional de Reserva da Mata Atlântica, 2000.

Decidido a elaborar um projeto de pesquisa para a investigação antológica da Reserva Biológica de Duas Bocas, busquei auxílio no Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) na pessoa do Professor Doutor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro cuja linha de pesquisa de fato convergia para os pressupostos de um trabalho que vislumbresse a temática História e Meio Ambiente tal como eu poderia explorar no prodigioso objeto que se apresentava diante de meus olhos a cada excursão que empreendia pelo interior das florestas de Duas Bocas. Pude adequar a expectativa quanto às possibilidades de uma investigação historiográfica de Duas Bocas à orientação do Doutor Luiz Cláudio, inicialmente, por meio da leitura de autores por este indicadas que possibilitaram-me organizar um paradigma de abordagem teórico-metodológico interessante à proposta em tela. Foi quando comecei a esboçar um projeto de investigação minuciosa acerca das origens daquela área de preservação tendo como ponto de partida seu protagonismo na implantação do sistema de abastecimento de água para a grande Vitória inserida no contexto de reorientação urbana da capital do estado na primeira década do século XX. Verificada a viabilidade do projeto, candidatei-me a uma das vagas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo como orientador o Doutor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro e, uma vez aprovado, fui contemplado com uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Devido a baixa remuneração de um guarda ambiental - sobretudo após a definição, em Julho de 2008, de um plano de cargos que alijou a já reduzida categoria (na ocasião eram cerca de doze servidores nesta função dentro da autarquia) de qualquer possibilidade de melhoria salarial ou promoção - a conquista de uma bolsa de demanda social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tornou-me possível uma dedicação integral ao ofício da pesquisa, tarefa sempre exigente quanto prodigiosa. Em função da exigência da dedicação exclusiva à pesquisa para o aluno bolsista e à obrigatoriedade do cumprimento de estágio de docência superior, solicitei e obtive exoneração do cargo de guarda ambiental, desligando-me do lema e ingressando no Mestrado em História Social das Relações Políticas para o biênio 2010-2012.

Mantive, contudo, o vínculo emotivo para com a Rebio, tanto pelas felizes experiências de camaradagem que pude ter junto aos demais servidores e funcionários da UC como na condição de historiador que a elegeu como seu objeto

de estudo e, mais ainda, pela impressionável capacidade que a paisagem tropical possui em impressionar os urbanos, nessa estranha sensação de pequenez do indivíduo em meio à floresta, tão bem exemplificadas por Biard, naturalista francês que há 158 anos percorreu as matas do Espírito Santo e registrou em seus diários a mesma sensação que ainda hoje se pode experimentar nas trilhas de Duas Bocas.²

Tenho de admitir que inicialmente a ambição historiográfica obumbrava-me em boa medida a realidade imposta pela exequibilidade de um projeto de tamanha magnitude. Desejando um resgate minucioso que partia das origens da cadeia dominial local, num recorte temporal vasto, a riqueza das informações nas fontes documentais primárias disponíveis e sobretudo as exigências regimentais quanto aos prazos de uma pesquisa em nível de mestrado constituíram um desafio à parte na medida em que o trabalho foi além da mera apresentação de como se construiu o sistema de represamento e abastecimento de água na localidade. Grosso modo, pautamos a execução desta pesquisa em dois eixos metodológicos fundamentais: de um lado o estudo criterioso de fontes primárias, de outro o trabalho de campo a que nos dedicamos na própria Reserva Biológica de Duas Bocas. No que concerne às fontes primárias- registros de processos, mapas e mídia impressa referente aos períodos de encampação das propriedades de Duas Bocas pelo governo do Estado em dois momentos da histórica capixaba – foi-nos exigido um esforço centrado na filtragem das informações disponíveis. Houvemos de lidar com a oferta volumosa de fontes de ordem primária, ao mesmo tempo em que buscamos o auxílio das secundárias sendo que, quanto a estas, é importante citar - sem que isso infira no desprestígio de qualquer outra literatura consultada- duas obras que foram-nos fundamentais para o norteamento desta investigação histórica: o livro de Omyr Leal Bezerra³, “Cariacica: resumo histórico”, editado pela primeira vez ainda em 1951

² BIARD, Auguste François. **Viagem à Província do Espírito Santo**. (tradução de José Augusto Carvalho). Espírito Santo: Aracruz Celulose/Fundação Jonice Tristão, 1990

³ **Omyr Leal Bezerra** (1929-1982). Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, tendo passado parte da infância no sul do Espírito Santo. No final dos anos 1940 passou a residir em Cariacica. Diplomou-se pela faculdade de Direito do Espírito Santo, em Vitória, em 1952. Foi professor e vereador por dois mandatos de 1955 a 1963. Notabilizou-se pela oratória entusiasmante durante sua atuação política e como escritor deixou uma única obra concluída, “Cariacica: resumo histórico” que publicou pela Edições Renato Pacheco ainda no início dos anos 1950. Dedicou-se ainda a um livro sobre o município de São Mateus, que não chegou a concluir. Sem dúvida Omyr Leal Bezerra está entre os que deixaram alguma contribuição para o conhecimento da história capixaba, notadamente de Cariacica. cf.: BEZERRA, Omyr L. **Cariacica: resumo histórico**. 2ed. IPEDOC-Cariacica/ES, 2009

pelo saudoso e mais que referenciado historiador capixaba, Renato Pacheco⁴; bem como outra obra de grande valor para a memória capixaba: “História do Estado do Espírito Santo” de José Teixeira de Oliveira⁵ cuja obra agrega um acervo de fontes primárias sistematizadas que revelam muito do estado do Espírito Santo no período colonial (1535-1815).

Com a anuência do lema e da gerência da Rebio, aliado a disponibilidade dos veteranos guardas ambientais, não nos eximimos do trabalho de campo, percorrendo as florestas de Cariacica como autênticos desbravadores buscando em meio à natureza exuberante e ao mesmo tempo hostil os resquícios arqueológicos que nos possibilitassem convergir para com as informações aferidas nas fontes primárias e secundárias. O trabalho de campo mostrou-se deveras produtivo uma vez que esforçamo-nos em pautar a observação nos apontamentos de historiadores ambientais precursores- sobretudo no que diz respeito àquilo a que alguns desses autores chamaram de “olhar treinado” do historiador diante da paisagem- e nos contributivos da arqueologia histórica. Desse modo pudemos compor um bom acervo fotográfico que assinala a localização e o registro de ruínas das antigas propriedades que perfaziam o universo rural de Duas Bocas.

Cumpramos esclarecer que este trabalho, ainda que favoreça o uso de uma abordagem interdisciplinar quanto ao objeto, com óbvias contribuições da Biologia e da Botânica, do Direito, da Hidrologia, da Sociologia, da Geografia e até mesmo da Arqueologia, é essencialmente historiográfico e supõe que para compreender a atual

⁴ **Renato José da Costa Pacheco** (1928-2004) nasceu em Vitória. Graduado pela Faculdade de Direito do Espírito Santo (1951) e pós-graduado em Sociologia e Antropologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1956). Catedrático de História Geral do Colégio Estadual do Espírito Santo foi também professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo e diretor da Escola de Magistratura do Estado do Espírito Santo. Magistrado desde 1957, foi juiz de direito da comarca de Santa Leopoldina. além de uma longa contribuição à cultura do Espírito Santo. Magistrado aposentado, foi professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro da Academia Espírito-santense de Letras e Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Importante pesquisador da história e do folclore de seu estado, deixou mais de 18 obras de importante referência para a historiografia capixaba. cf.: Revista Jus Vigilantibus. 18 de março de 2004. Disponível em <<<http://jusvi.com/artigos/3976>>> Acesso em 14 de jan. de 2012.

⁵ **José Teixeira de Oliveira** (1913-2004) nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais. Estudou o curso ginasial em Muriaé, onde também trabalhou como secretário. Em 1935 mudou-se para o Rio de Janeiro, vindo a formar-se em Direito pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1946. Foi também jornalista, tendo trabalhado no jornal *A Noite*, passando posteriormente a ser funcionário do Departamento Nacional do Café (DNC) e em 1948 foi admitido no Tribunal Federal de Recursos, instituição pela qual se aposentou. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro. .. cf. biografia anexa a **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura. Vitória, 2008.

Reserva de Duas Bocas cumpre acercar-se da sua inserção histórica no município de Cariacica bem como das transformações ocorridas no estado do Espírito Santo na primeira metade do século XX quanto à urbanização da capital do estado e da composição da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Assim, nosso trabalho partiu da inquirição de como uma área de propriedades agrícolas seculares ganhou importância por sua riqueza hídrica e ao mesmo tempo foi esquecida; de como protagonizou uma notável obra da engenharia hidrológica que resultou na melhora da qualidade de vida de milhares de pessoas na urbe capixaba e terminou por se tornar uma vasta área de preservação ambiental excluindo qualquer possibilidade de urbanização em seus 2.910 ha cobertos por vegetação de Mata Atlântica (ainda primária em sua maior parte).

Não nos teria sido possível, decerto, uma abordagem proveitosa do nosso objeto de estudo se não tivéssemos por bem buscado referenciais na história ambiental; por isso, consideramos interessante para a boa compreensão deste trabalho uma breve apresentação deste campo novo para a pesquisa historiográfica; seus precursores, seu desenvolvimento e alguns de seus mais reconhecidos expoentes nos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil. Confiamos que a explanação que elaboramos no primeiro capítulo forneça o balizamento para a compreensão inicial da metodologia e dos pressupostos teóricos que empregamos para a elucidação histórica que nos propomos fazer da Reserva Biológica de Duas Bocas, reduto de vida selvagem em solo capixaba onde subsiste não só um valioso patrimônio de biodiversidade da fauna e flora como também uma majestosa riqueza humana e histórica encerrada no acervo imaterial da floresta.

CAPÍTULO I

Evolução de paradigmas na abordagem historiográfica: a história ambiental

Durante muito tempo o campo de abordagem do historiador era quase exclusivamente restrito a objetos da Política e do Estado. Ao que se dedicava ao estudo da história era imperativo o escrutínio dedicado da biografia de indivíduos cuja relevância política influenciara na transformação de ordem ou *status* para determinado país. De igual modo, cabia ao historiador a missão de decifrar nos registros escritos a linguagem por vezes obscura da burocracia governamental, dos discursos políticos inflamados, das discretas correspondências trocadas entre dignatários e chefes de Estado. Era como se a História, esta ascendente ciência do passado precisasse restringir-se à biografia, a política e à diplomacia.

Notadamente a partir da constituição dos últimos grandes estados nacionais, no terceiro quartel do século XIX, o método histórico passou a orientar-se por uma perspectiva de empirismo absoluto. Privilegiando as informações escritas, os historiadores elegiam a reprodução minuciosa como um tipo de substitutivo das experiências práticas de outros ramos científicos, com o fato histórico entendido como suficiente a partir dos registros da burocracia e bastando para a reconstituição do passado. Seria somente por meio de técnicas objetivas de conhecimento da erudição que os testemunhos permitiriam a redescoberta de realidades subjacentes aos quais não caberiam jamais ao historiador contrapor com críticas e sim reproduzi-las o mais fiel que o pudesse. Reconstruir uma realidade a partir de dados positivos, tal era a perspectiva do pesquisador em história, cuja imagem de homem erudito que se dedica a investigar nas minúcias cronológicas, por base em aferições detalhistas dos registros escritos, tornou-se o paradigma do historiador positivista.⁶

Equacionar os fatos históricos em torno de biografias de homens que outrora manejaram e foram manejados na política e sistematizar tudo em uma narração o mais exata possível, eis o dever que matizava todo o trabalho da historiografia dita positiva. Era, portanto, a disciplina histórica, essencialmente, vinculada à elucidação da **política do passado**. Neste ponto, queremos salientar o processo de

⁶ BURGUIÈRE, André. (org.) **Dicionário das Ciências Históricas**. (tradução de Henrique de Araújo Mesquita) Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993 p. 614.

transformação do campo de abordagem do historiador desde que seu ofício se organizou em torno de uma disciplina ordenada e com caráter científico. Porque se por um lado a historiografia do século XX - que se norteou por uma preferência na investigação da política – forneceu as bases para sua condição de disciplina acadêmica, por outro terminou por fazer a política figurar como um tipo de relíquia epistemológica. Como bem evidencia Cardoso, o papel do historiador positivista era o de simplesmente “recolher os fatos”, organizá-los e apresentá-los de maneira linearmente ordenada, dos quais se podia tomar os “fatos históricos” como singulares, individuais e irrepetíveis.⁷

Contudo, a universalização dos valores democráticos que levou a investigação histórica para além dos nacionalismos e da política dos Estados impunha aos historiadores corresponder às demandas de um mundo que se transformava, de gerações que passavam a olhar para o passado não somente como um enredo determinado por indivíduos de grande envergadura na arena política e sim como uma teia complexa onde os mais diversos elementos compeliavam-se em tensões ou aglutinavam-se em interesses recíprocos. Conforme nos aponta Worster

Esta velha história, tão cheia de certezas, na verdade não era tão antiga assim-tinha apenas cem anos de idade, no máximo duzentos. Ela emergiu juntamente com o poder e a influência do Estado nacional e alcançou um máximo de aceitação no século XIX e início do século XX. Frequentemente seus praticantes eram homens com fortes sentimentos nacionalistas, levados por motivações patrióticas a reconstituir a ascensão dos seus respectivos países, a formação de lideranças políticas dentro deles, e as rivalidades com outros estados, na busca de riqueza e poder. Eles sabiam o que era importante, ou pensavam saber.⁸

Era evidente que a história conceituada enquanto “política do passado” passou a ser preterida na medida em que as transformações econômicas e sociais impunham novos paradigmas. A própria democratização das instituições políticas requeria uma abordagem mais diversificada e os historiadores deixaram de lado, gradualmente, a convicção primordial de que o poder político era exercido apenas nos círculos restritos do aparato representativo onde rebuscados discursos de homens treinados

⁷ CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2002. p. 21-22.

⁸ WORSTER, Donald. **The ends of Earth-perspectives on modern environmental history**. Cambridge, Cambridge University 1988 In: ESTUDOS Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8: história e Natureza. p. 149-280. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), FGV, 1991. p. 198.

na arte da retórica se manifestavam e constituíam quase como um monopólio de fonte historiográfica. Em outras palavras, os historiadores começaram a atentar para o não aparente das conjunturas investigadas, buscando respostas nos subterrâneos das coletividades e reconhecendo o valor testemunhal da memória dos tipos comuns que passaram a ser percebidos enquanto protagonistas de realidades perdidas no tempo e que iam além dos registros que concerniam às engrenagens burocráticas de principados, bispados, repúblicas, enfim... governos de toda sorte.

E assim, o surgimento de um novo olhar historiográfico permitiu o desanuvio e a elucidação de elementos inéditos que evidenciavam um universo de complexidades sociais que a simples investigação das querelas legislativas, que os manuscritos que revelavam episódicas disputas de poder não permitiam, até então, considerar. Para além do papel e tinta, as ações; para além das ações, suas resultantes no ambiente; tudo é história. É aqui que salientamos como a temática ambiental faz uma interface com a sociologia e agrega uma contribuição valiosa ao conhecimento histórico na medida em que a investigação do passado a partir do meio ambiente, e das relações estabelecidas entre homem e natureza, segue a linha evolutiva da história enquanto disciplina; e que mais uma vez reinventa a maneira com a qual buscamos respostas sobre nosso passado. O ofício do historiador, que em determinado momento se circunscreveu à análise de documentos oficiais, coteja então com seus já consagrados métodos as novas possibilidades metodológicas para o conhecimento do homem, dos homens melhor dizendo, das sociedades que edificaram. E para além dos testemunhos escritos os historiadores miram para a paisagem entendendo-a como mais uma fonte de prodigiosos testemunhos. Desse modo a história ambiental delineia-se no horizonte da pesquisa histórica como um campo desafiador que tende a promover um melhor conhecimento acerca das origens de parques, reservas e das comunidades que habitam em seu entorno da mesma forma que a arqueologia possibilita a compreensão da dinâmica de centros urbanos da antiguidade pela criteriosa sistematização das antigas construções. Estende-se, enfim, a busca do conhecimento histórico para as silenciosas ruínas encerradas nas florestas, para as vozes dos remanescentes das comunidades autóctones, para os arquivos-vivos da biodiversidade exuberante nos nichos de preservação que revelam um passado esquecido, não percebido ou simplesmente ignorado.

Nesse sentido, Worster⁹ demonstra como o ofício do historiador a partir da exegese da paisagem natural adquiriu contornos precisos num momento em que os anseios de uma geração que se confrontava com os efeitos negativos do avanço industrial engendrou um olhar mais humano para a natureza enxergando-a como um ente pleno de historicidade; justamente quando as questões ecológicas passaram a ser vanguarda para grupos organizados da sociedade civil que confrontavam os efeitos negativos da industrialização e passaram a questionar o controle humano sobre o meio ambiente considerando seus efeitos negativos, constituindo assim o embrião do arcabouço conceitual de uma historiografia vinculada às preocupações com o meio ambiente e que tomou corpo no rastro da grande conferência de Estocolmo (1972) que debatia sobre a crise mundial a partir de seus pressupostos ecológicos numa conjuntura em que a reivindicação de novas posturas e novos modelos de desenvolvimento se conjugavam aos de luta por democracia em vários países do então chamado Terceiro Mundo.

Era um momento em que a *Détente*¹⁰, na segunda fase da Guerra Fria, permitiu à opinião pública internacional descansar um pouco das tensões psicológicas de uma possível hecatombe nuclear e voltar-se para as questões ambientais. É sintomático da distensão na diplomacia internacional em tal período que encontros mundiais tivessem em pauta discutir preocupações ambientais inclusive até em países para além da Cortina de Ferro, mas no Ocidente, sobretudo na grande democracia americana do norte, olhar a natureza como objeto de investigação historiográfica agregava propostas ousadas de aprofundar o conhecimento sobre como os seres humanos se relacionavam através dos tempos correlacionando as influências do meio natural e de como eles próprios respondiam ao natural a partir de suas provocações. De sua parte, os historiadores, indagavam que resultados a necessidade de sobrevivência, o avanço das técnicas produtivas ou mesmo o desejo

⁹ WORSTER, D. op. cit. p. 199-203.

¹⁰ **Détente** é uma palavra francesa que significa **distensão** ou **relaxamento**. O termo foi bastante usado em política internacional durante a década de 1970. De uma maneira geral, o termo pode ser empregado para se referir a qualquer situação internacional na qual nações que tinham anteriormente um relacionamento hostil (sem, no entanto, estarem em um estado de guerra declarada) passam a restabelecer relações diplomáticas e culturais, apaziguando seu relacionamento e diminuindo o risco de conflito declarado. O termo é mais freqüentemente utilizado em referência à redução geral de tensão entre a União Soviética e os Estados Unidos da América durante a Guerra Fria, ocorrido no final da década de 1960 (após a Crise dos mísseis de Cuba) até o início dos anos 1980. cf. WIKIPÉDIA- A Enciclopédia Livre. **Disponível** em << <http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9tente>>> Acesso em 27 mar. 2011.

de controlar e dominar teriam sido elementos determinantes nos processos históricos em todo o mundo, de tal modo que

Em outras palavras, ela [a história ambiental] nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural em escala mundial. [...] A história ambiental nasceu portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromisso políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover.¹¹

Mas ainda que tenha em tal momento (década de 1970) se firmado como um distinto campo da história, não se pode ignorar os antecedentes de um esforço historiográfico no campo ambiental ainda anterior, ao final da década de 1920, quando Marc Bloch e Lucien Febvre dedicaram-se a um esforço investigativo que privilegiava a compreensão do medievo a partir da geografia do mundo rural francês, abrindo assim possibilidades para a interpretação de sociedades do passado a partir de seus fundamentos ambientais¹². Como bem assinalam Cardoso e Pérez

A decisiva mudança de rumos [na historiografia] ocorreu a partir de 1929, com a criação dos *Annales*, por Lucien Febvre e Marc Bloch: estes historiadores fizeram da referida revista um ponto de encontro e de debates entre historiadores e cientistas sociais em geral. [E] Graças a seu estímulo [...] começou a evolução que conduziu ao estado presente da historiografia francesa, cuja influência sobre muitos historiadores latino-americanos sempre foi grande.¹³

Dentre esses antológicos precursores, também Fernand Braudel estudou a essencialidade do ambiente em seus escritos sobre a “longa duração” quando tratou de investigar a sociedade do Mediterrâneo¹⁴; portanto cerca de quarenta anos antes das conferências mundiais de preservação do meio ambiente darem as diretrizes objetivas para a história ambiental tornar-se um campo da pesquisa acadêmica e, trinta anos antes dos movimentos populares dos direitos civis nos Estados Unidos conferirem força política aos movimentos ambientalistas, havia já uma historiografia pioneira na investigação do ambiente em sua relação com os homens que pode ser entendida como a gênese da história ambiental hodierna. O que desejamos expressar aqui é a convergência objetiva que há entre a historiografia e o

¹¹ WORSTER, D. op. cit., p. 199.

¹² BLOCH, Marc. **French rural history: an essay on its basics characteristics**. London, Routledge & Kegan Paul, 1966; FEBVRE, Lucien. **A geographical introduction to history**. London, Kegan Paul, Trench, Trubner, 1932. apud. WORSTER, D. op. cit. 1991. p.200-201.

¹³ CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. op. cit. p. 23.

¹⁴ Ibid. p. 23-24.

conhecimento acerca do meio ambiente que de fato possibilitou a formação de um campo específico. Nesse sentido, torna-se imprescindível ressaltar alguns aspectos acerca da história ambiental tendo por base as contribuições de Drumond¹⁵ quanto ao trabalho do historiador ambiental no que diz respeito a fontes e metodologia; são pontuais características que consideramos importante informar a fim de que se tenha um aferimento preciso acerca da maneira com que foi produzido este trabalho. Tendo por base os postulados da historiografia ambiental norteamericana alicerçada na *American Society for Environmental History*¹⁶, Drumond especifica cinco características da historiografia ambiental que são pertinentes e precisam ser pormenorizadamente apresentadas. O primeiro apontamento assinala como a circunscrição de um objeto de estudo para o historiador ambiental por vezes guarda uma relação linear para com um determinado recorte cultural ou temporal, nesse caso

[...] Um parque nacional, a área de influencia de uma obra (ferrovia, projetos de irrigação, represas etc.), as terras de povos nativos invadidas por migrantes europeus etc. Com essa ênfase em áreas específicas, a história ambiental revele ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticos.¹⁷

Assim, para o historiador ambiental estudar as origens de uma reserva biológica a partir da construção de uma represa e um sistema de captação de água para abastecimento dos centros urbanos, em distintos momentos, como é o caso deste trabalho, impõe o conhecimento da geografia regional e das peculiaridades culturais que determinada comunidade mantém como características atávicas de seu passado em relação ao meio.

Nesse sentido, vale considerar a segunda característica da história ambiental que na verdade é, sobretudo, um pré-requisito: **a interdisciplinaridade**. O historiador ambiental não pode, por mais dedicado que o seja, contentar-se apenas com os instrumentos metodológicos e conceituais de sua disciplina se deseja investigar e encontrar o panorama fiel que revela como os homens se relacionavam com uma

¹⁵ DRUMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro. vol. 4, n. 8, 1991 p. 177-197.

¹⁶ Sociedade Americana para História Ambiental, fundada em Denver (EUA) em 1977, sua sede é no estado de Washington. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos e com caráter internacional e interdisciplinar, publica trimestralmente o jornal *Environmental History* (História Ambiental), pela editora da Universidade de Oxford. cf.: << <http://aseh.net/>>> acesso em 12 jun. 2012.

¹⁷ DRUMOND, J. A. op. cit. p. 181.

área que passou de propriedades rurais a reserva florestal em virtude de sua relevância hídrica para um centro urbano, por exemplo. Por isso Drumond, de maneira competente, evidencia o diálogo constante do historiador ambiental para com as ciências naturais:

Os historiadores ambientais não “visitam” protocolarmente as ciências naturais: dependem profundamente delas e muitas vezes trabalham em associação direta com cientistas naturais. Precisam entender o funcionamento dos ecossistemas para avaliar com correção o papel das sociedades humanas dentro delas, os limites da ação humana e a potencialidade da superação cultural desses limites. Frequentemente é preciso estudar até conceitos e achados “superados” ou “equivocados” dessas ciências, no caso (muito freqüente) de elas terem tido alguma identificável no modo como a sociedade estudada interveio no seu ambiente.¹⁸

Destarte, compreende-se que de aliadas ao trabalho do historiador ambiental as ciências naturais tornaram-se elementos intrínsecos ao próprio objeto de estudo uma vez que não raro mantém uma objetiva relação com o instrumental teórico que explica as paisagens por conhecimentos pontuais da zoologia, da botânica, da geografia etc. Assim, se a história fornece os instrumentos metodológicos primordiais para a investigação do passado pela crítica interna e externa das fontes que lhe são típicas, as ciências naturais auxiliam na medida em que fornecem os conceituais específicos para a linguagem necessária ao entendimento da ecologia, da biologia vegetal, da fauna, do clima e da hidrografia da região estudada, quer seja, tudo o que perfaz o conjunto de elementos-constitutivos dos objetos de estudo dos historiadores ambientais. São referenciais que possibilitam uma leitura holística do ambiente entendido como um bem histórico e sem os quais ficaria difícil inteligir os pormenores de uma linguagem científica com pretensões interdisciplinares.

Desse modo quando, por exemplo, o objeto de estudo é uma região onde predomina uma mata *ombrófila densa submontana* em estágio secundário, o historiador terá a contribuição da botânica para apresentar ao receptor que o ambiente em questão investigado por sua historicidade trata-se de uma floresta de Mata Atlântica (densa), de área onde predomina altitude média com alguma elevação (submontana) e com fartura de água (ombrófila); e a percepção do historiador em notar a incidência de jaqueiras ou resiliências de café arábica em certa zona da circunscrição de seu objeto de estudo o fará identificar ali não apenas uma paisagem verde de nível

¹⁸ DRUMOND, J. A. op. cit. 182

secundário mas registros de que em tal lugar houve a presença humana num passado mais ou menos distante de seu ponto de permanência. E mais, a observação de indivíduos exóticos em um ambiente natural (como a ocorrência de café arábica em meio a floresta) oferece ainda pistas acerca do tipo de relação produtiva que aquela paisagem manteve com outras regiões num passado mais ou menos distante. Isso torna possível ao historiador trazer a conhecimento de seus leitores um pouco da realidade de tal passado; porque para o historiador ambiental importa a confrontação entre suas fontes tradicionais escritas e o que se pode verificar em campo.

Então devemos comentar do terceiro aspecto fundamental da historiografia ambiental, o que concerne à materialidade do objeto a ser estudado. Cumpre a contextualização e a sensibilidade ao tipo de dinâmica produtiva que norteava uma determinada cadeia dominial para não incorrer nem às simplificações mecânicas do tipo economicista, como tampouco ao anacronismo voluntário que ignora por completo a dinâmica produtiva que em determinado momento movimentou as engrenagens sociais de uma região onde o meio natural tinha o papel de fornecedor de recursos para a subsistência cotidiana de seus habitantes.

É nesse sentido que Drumond parece apontar quando assinala neste aspecto a necessidade de estudar as conexões que se estabelecem entre o conjunto de recursos disponibilizados num dado ambiente, considerados a partir de sua utilização ou descarte pelas comunidades locais e os variados tipos de civilização que se configuram a partir do uso de tais recursos, em distintas épocas. O uso da água, o preponderante papel dos veículos marinhos ou fluviais, o manejo da madeira, do solo, o lugar da caça e da coleta, são dados que precisam ser aferidos em uma amplitude que considera a dinâmica produtiva que se estabeleceu ou importou-se, e é para oferecer tal subsídio que

As ciências naturais contribuem na identificação do conjunto de recursos naturais disponíveis no território de uma sociedade. No entanto, as próprias ciências sociais fazem o principal: na história das civilizações, em alguns ramos da antropologia cultural e na geografia humana os historiadores ambientais encontram conceitos e enfoques úteis para estudar o papel da cultura no uso dos recursos. Afinal os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados.¹⁹

¹⁹ DRUMOND, J. A. op. cit. p. 182.

Ou seja, cumpre ao historiador ambiental elaborar um panorama identificador da dinâmica social de comunidades do passado tendo por ponto de partida a relação que estas tinham para com o meio ambiente. Se é o caso de investigar o passado de uma área rural, há que acercar-se dos paradigmas comuns que orientam as mentalidades coletivas de um universo agrícola na interação com a flora e a fauna nativas; se é o caso de sistematizar o funcionamento de uma comunidade pesqueira, os instrumentos e o tipo de pesca empregada bem como aos meandros da mítica territorial costeira que faz do mar a extensão da casa do pescador; se o objeto em questão é uma comunidade mineradora antiga, deve-se levar em conta que esta possui instrumentos materiais e uma orientação subjetiva que lhes são coligados à dinâmica industrialista clássica etc. Ou seja, a materialidade é considerada em história ambiental não por si própria, mas pelo que influi na transformação do meio e do tipo de *modus vivendi* que produziu numa determinada época. E tal *modus vivendi* ainda que não mais exista pode ser informado nos testemunhos sutis de uma paisagem tanto quanto em antigas ruínas arqueológicas.

Esses são os três aspectos iniciais que constituem eixos-norteadores da pesquisa em história ambiental. Sem dúvida que o decurso da análise de um determinado objeto em tal campo influi em maior ou menor ênfase em determinados desses três primeiros pontos de referência; mas em qualquer que seja o caso, a função do trabalho deve ser sempre o de trazer elementos que agreguem importância ao conhecimento científico, racional, de uma realidade que se pretende sistematizar para conhecimento universal.

Assim, um trabalho que vise elucidar as nuances políticas que foram determinantes na constituição de uma unidade de conservação (UC). dentro de um contexto de modernização urbana sem dúvida considerará os determinantes econômicos e as implicações sociais dando-lhes maior atenção ainda que dessa forma não renuncie a qualquer das demais questões pertinentes. Mas há ainda uma quarta e uma quinta características da história ambiental, aquela diz respeito à variedade de fontes e esta ao imperativo do trabalho de campo, quando o historiador sai da condição de examinador de documentos guardados em arquivos para checar, *in loco*, a geografia física de seu objeto de estudo e traçar mapas comparativos entre suas fontes escritas e o que ainda subsiste como registro arqueológico em campo.

Primeiro, no que diz respeito às fontes, antes de qualquer outra referência, queremos lembrar o que nos deixou Marc Bloch ao falar do estudo das fontes em historiografia quando nos alerta para a grande ilusão que há em considerar que para cada problema histórico se produz um corpus documental restrito, específico para seu estudo; de onde o historiador não pode ultrapassar. Ilusão cerceadora do ofício historiográfico, porque quanto mais o historiador se debruça a encontrar uma interpretação válida a rigor do método científico, mais precisa do auxílio das contribuições teóricas convergentes, dos testemunhos diversos de outras disciplinas que o tornam um exímio inquiridor do passado materializado em suas fontes e, desse modo, lograr êxito na arte de preencher lacunas sobre o objeto que tenta reconstruir teoricamente, porque afinal os “[...] documentos [...], mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. [...]”²⁰ Mas que fontes compõem um *corpus*²¹ para um historiador ambiental? Primeiro devemos pontuar acerca de seu objeto de estudo, para considerar, de antemão, a necessidade do conhecimento interdisciplinar para a lide com as fontes *sui generis* da historiografia ambiental. Sem qualquer dúvida, Marc Bloch foi muito feliz ao afirmar que *as fontes não falam por si*. Porque o quê é o ofício do historiador senão um permanente esforço em deduzir, averiguar, confrontar, rejeitar, confirmar, procurar e achar respostas no que os *documentos* permitem apreender de parte de uma realidade que já não mais existe?

Destarte, se constitui um desafio a arte de interrogar as fontes primárias tradicionais (escritas), para o historiador ambiental tal empreendimento torna ainda imprescindível o recurso à interdisciplinaridade para que possa compreender de que maneiras a paisagem revela informações preciosas em suas peculiaridades físicas, conforme já dito; mas a completude da pesquisa em história ambiental no ato de ir a campo pode mesmo tornar a pesquisa historiográfica uma jornada produtiva para o historiador empenhado em reconstruir parte de um mundo perdido no tempo. Um ecossistema alterado, a incidência de espécies exóticas na flora, a descrição de um rio em uma fonte escrita onde em campo se encontra um descampado... tudo isso, se devidamente contextualizado, são fontes preciosas para o historiador ambiental que as confronta com os documentos de registros tradicionais. Aqui ressaltamos a

²⁰ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Zahar Editora, RJ, 2002 p.79-80.

²¹ **Corpus documental** é a designação para o “Conjunto de fontes” utilizadas por um historiador. cf. BARROS, José D’Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Vozes, Rio de Janeiro: 2005 p. 195.

integração entre os dois últimos dos cinco aspectos apontados por Drumond para a pesquisa em história ambiental, quer seja no que diz respeito à variedade das fontes, uma vez que:

Os historiadores ambientais usam também memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos. Usam descrições de dietas, roupas, moradias, materiais de construção, mobiliário, ferramentas e técnicas produtivas, estudos sobre epidemias e doenças, projetos e memoriais descritivos de obras (estradas, ferrovias, portos), listas de bens comercializados, romances, desenhos, pinturas-tudo enfim que permita ver (a) quais recursos naturais são locais e quais são importados. (b) como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e (c) que tecnologias existem para o seu aproveitamento.²²

Como também o propriamente o trabalho de campo, que Drumond aponta com o quinto aspecto norteador da pesquisa em história ambiental, em que é sempre profícuo a ida ao local estudado, a catalogação dos aspectos da paisagem em notas, especificando em suas observações particularidades naturais, clima, flora, fauna, características ecológicas bem como as modificações ocorridas em áreas de antropização, quer sejam derivadas de marcas rurais ou mesmo urbanas que se compõem em registros históricos para o olhar do historiador. O ofício do historiador ambiental em lidar com seu objeto de estudo peculiar (a paisagem) no trabalho de campo consiste na identificação das marcas remanescentes deixadas pelos diversos usos produtivos ali ocorridos, registros visuais que nem sempre se coadunam com os tradicionais referenciais escritos e que precisam ser confrontados para uma eficaz busca da verdade histórica, desse modo conforme Nash, a paisagem se transforma em si mesma num documento que precisa ser lido adequadamente e deve ser tomada como um referencial histórico em toda sua integralidade considerando sempre “o papel do ambiente na formação da sociedade”.²³ Urge, portanto, empreender uma leitura da paisagem de modo a encontrar nela historicidade que explica o ser humano em suas relações com o meio e com seus iguais. Esse documento vivo, que é a paisagem natural, oferece seus subsídios na observação da flora, em que a presença de determinados tipos de plantas, ou ainda a ausência de outras, evidenciam um passado ali encerrado, e que pode ser

²² DRUMOND, J. A. op. cit. p. 184.

²³ NASH, Roderick. **Environmental history**. Chicago. Quadrante Press, 1970. p. 249-260. apud. WORSTER, D. op. cit. p. 200.

perscrutado até mesmo pela disposição do terreno. Desse modo, bem especifica Drumond que

Um historiador ou cientista social com um olhar minimamente treinado pode, por exemplo, distinguir (a) uma floresta nativa madura de (b) uma floresta secundária (capoeira) renascida depois de um desmatamento total, ou de (c) uma floresta apenas parcialmente derrubada ou, ainda, de (d) um reflorestamento. Cada tipo de floresta indica usos humanos distintos, recentes ou remotos, com antecedentes e consequentes ambientais relevantes. Ele pode também identificar plantas ornamentais ou de valor comercial 'exóticas' (nativas de outras regiões, países ou continentes) introduzidas pela estética ou pelo trabalho humano. [...] um rio assoreado que os documentos dizem ter sido navegável no passado [...]; uma encosta nua, com fendas erosivas [...] os rejeitos de uma mina exaurida espalhados sobre um trecho com vegetação rala; os restos de um pomar retomado pela vegetação nativa; uma pedreira; ou o leito, as pontes e os barrancos de uma estrada de ferro desativada.²⁴

E, por que não, as ruínas de uma velha represa e seu sistema de decantação de águas, perdido em meio a uma floresta tropical, como é o caso deste estudo? Importa dizer que a paisagem, enquanto uma fonte para o historiador ambiental, pode ser conclusiva em si mesma, mas é sempre proveitosa sua confrontação com as informações da documentação tradicional. É sempre útil ao observar o panorama da paisagem valer-se das anotações, num bloco de notas especificamente adequado para a utilização em campo adverso. Os dados colhidos em campo podem ser tanto empregados como referenciais integrais como podem suplementar informações das fontes escritas ou orais. Portanto, se é possível, no lidar com as fontes tradicionais a reconstituição de realidades complexas do passado, a historiografia ambiental pretende o conhecimento histórico também a partir das leituras que se pode fazer das interações percebíveis que os homens tiveram com a fauna, a flora, a terra em si com todos os seus agregados bióticos, num um determinado recorte; e como essas relações encontram uma correspondência na atualidade.

Conforme sabido, a história ambiental enquanto campo da História, teve referências pioneiras nos trabalhos de Marc Bloch e Lucien Febvre, no final dos anos 1920, mas foi nos anos 70 do século XX que se construiu definitivamente como um campo específico. Ao findar da década de 1960, os problemas referentes ao crescimento econômico acelerado e a crise gerada pela exploração desenfreada dos recursos

²⁴ DRUMOND, J. A. op. cit. p. 184.

naturais, com o evidente esgotamento de áreas naturais outrora exuberantes, terminou por colocar em cheque o mito do progresso incondicional e tornou contingente a reflexão acerca de uma proposta de racionalidade econômica com vistas a uma dinâmica de desenvolvimento acompanhada de uma preocupação para com o equilíbrio ecológico do planeta. Foi em tal contexto de reflexões sobre o ideário do progresso e preocupações coletivas quanto ao futuro do planeta que o ambientalismo propôs uma crítica radical ao capitalismo e sua racionalidade econômica.

Dado que análogo às transformações de ordem produtiva deu-se um processo de deterioração do meio ambiente, com repercussões de ordem sociais e culturais afetando sobretudo as comunidades menos favorecidas economicamente, a crise ecológica, tal qual a crise financeira que se seguiu ao colapso da exploração exacerbada dos recursos naturais²⁵, uma vez que se fez severa nos países capitalistas periféricos, terminou por agravar o empobrecimento e a marginalização social com o aniquilamento de modos de vida específicos. A crise do progresso fez-se sentir na medida em que as promessas da *Belle Époque*²⁶ não apenas não se realizavam universalmente como também as consequências da exploração dos recursos naturais desenfreada tornavam-se emblemáticas e agregavam a queda na qualidade de vida de populações. É nesse sentido que observa Leff como “Junto com os processos de degradação ambiental conjuga-se uma série de efeitos econômicos, sociais e culturais que afetam as maiorias mais pobres”.²⁷

Então podemos dizer que dentre os fundamentos do ambientalismo militante, contemporâneo à formação da história ambiental como um campo da pesquisa científica, achava-se o compromisso com o fomento de novos paradigmas culturais, sistematizando princípios para uma ética ecológica e analisando onde convergem e onde divergem os valores oriundos da racionalidade econômica; de modo a propor uma estratégia de ecodesenvolvimento numa racionalidade de produção. No início da década da década de 1970 o pensamento ambientalista tinha a proposta não só de preservar o meio ambiente como também de operacionalizar os princípios de

²⁵ LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, Vozes: 2009 p. 288.

²⁶ Belle Époque é como normalmente é chamada a era de ouro da expansão capitalista, entre fins do século XIX até a crise do final dos anos 1920, caracterizado pela universalização dos códigos sociais burgueses.

²⁷ LEFF, E. op. cit. p. 288-290.

uma ética ambiental enquanto arcabouço que norteasse a moral dos indivíduos frente a um mundo em rápidas transformações tecnológicas. A sociedade que viu nascer a história ambiental era uma na qual o ser humano percebia-se cada vez mais como parte de um jogo de relações não restritas a seu local de origem mas no aspecto internacional, ensejando novas posturas, reivindicando novos modelos de produção e distribuição de valores e bens. Cabe, portanto, considerar a conformidade dos princípios valorados que estão agregados ao discurso do ambientalismo e perguntar-se até onde eles lograram êxitos em modificar comportamentos, de que maneira se ligam à lógica econômica e às estruturas do Estado que derivam de suas instituições representativas e, principalmente, como a história ambiental vem a contribuir em todo esse processo de reencontro com a natureza em vistas de um olhar crítico que oriente nossas abordagens sob paisagens bem definidas.

O Brasil é um país onde a exploração dos recursos naturais (madeira, mananciais, fauna, flora e etc.) tem uma relação objetiva com a dinâmica econômica que se consolidou a partir dos pressupostos de uma economia capitalista em estágio avançado; impõem-se no plano infraestrutural um imediatismo exacerbado na aquisição de matérias-primas que engendra uma permanente tensão entre o desejo de preservar e a necessidade de desenvolver economicamente e gerar riquezas a partir de um modelo industrialista que possa consolidar o país junto às nações de economia avançada, ao mesmo tempo há o geral consenso da expectativa de que *pari pasu* ao crescimento econômico sejam sanados os seculares problemas sociais que afligem a sociedade brasileira, historicamente caracterizada por abismais diferenças sociais, sendo notável a condição de pobreza de grande parte de sua população apesar da amplitude dos recursos naturais disponíveis no território nacional.

Cabe, portanto, compreender como dentro dessa aparente conflituosidade estabelecida entre o afã pelo crescimento econômico e o saneamento da pobreza de um lado e os requisitos de um desenvolvimento que coteje a preservação do patrimônio verde, de outro, a história ambiental pode contribuir para a melhor compreensão da sociedade que se dinamiza numa economia de mercado e justapõe interesses que, ao menos em princípio, parecem incompatíveis.

Uma nova historiografia, nesse sentido, encontra-se diante do desafio de elucidar uma sociedade que é resultado de um sistema de exploração de um ou vários recursos naturais sequencialmente, e não há dúvida de que a história ambiental deve pretender ousar na composição de esquemas metodológicos e teóricos que visem tornar possível a compreensão de sociedades industriais ou rurais a partir de sua relação com o meio ambiente. Destarte, reconhece Drumond como

[...] a história ambiental pode contribuir nos próximos anos para que se atinja um meio termo entre os 'ciclos estanques' e os 'ciclos abstratos'. [...] identificar, em escala regional e local, que tipos de sociedade se formaram em torno de diferentes recursos naturais, que permanência tiveram essas sociedades e que tipo de conseqüências elas criaram para os seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedade.²⁸

Portanto, a história ambiental é a história de tudo o que diz respeito ao meio ambiente, mas não ao meio ambiente como um dado unívoco, e sim pelos modos com que os homens guardam com este uma relação de interdependência; nesse sentido, a história ambiental tanto não é uma história rural quanto uma história urbana, ela é uma maneira de se fazer a história em sua totalidade. Sua vocação foi, desde sempre, o de aprofundar o conhecimento acerca do homem e não se explica o homem sem se perguntar de que maneira ele vive e como obtém os recursos de que precisa para subsistir e organizar-se socialmente.

No curso dos últimos vinte anos, a história ambiental vem despertando grande interesse no Brasil com a redemocratização e a cada vez maior participação da sociedade nas decisões políticas no rastro do aprimoramento das instituições democráticas; o que sem dúvida traz contribuições para o conhecimento histórico no país considerando sua verve ambientalista. Contudo, apesar dos significativos avanços na compreensão do meio ambiente como um patrimônio a ser preservado por meio de políticas públicas específicas e interligadas aos valores democráticos e da promoção de debates amplos junto a organismos da sociedade civil acerca do desenvolvimento sustentável, a história ambiental tem ainda grandes desafios a vencer na medida em que a expansão dos horizontes de pesquisa imponham uma ousada renovação dos métodos e cuidado para que o estreitamento deste campo

²⁸ DRUMOND, J. A. op. cit. p. 195.

com seus centros de interesse não venham a obstar maiores voos da historiografia ambiental brasileira.

1.1 Historicidade da relação homem/natureza

Tanto quanto a própria disciplina histórica se afirmou na condição de ciência passando por radicais transformações concernentes ao método, a abordagem e a eleição de seus objetos de estudo, a relação entre o homem e a natureza também foi marcada por radicais transformações ao longo dos séculos.

A ciência natural, desde os 1800 ensejou esforços no sentido de demonstrar que o ser humano é parte da natureza e não superior a ela; e, dessa maneira contribuiu para a elaboração de novos paradigmas em relação ao meio natural. Como bem demonstrou Thomas, concomitante ao desenvolvimento econômico e social, a relação homem/natureza variou radicalmente do vínculo sacralizado dos antigos gregos à instrumentalização predatória dos colonizadores quinhentistas; em **O Homem e o Mundo Natural**, o autor expõe como a ciência terminou por dessacralizar a natureza, esvaziando-a aos olhos dos homens de seus elementos místicos tradicionais. Todavia, a ciência não foi a grande responsável por engendrar tal domínio humano sobre a natureza uma vez que tal domínio sempre existiu, o papel da ciência foi o de apenas permitir uma releitura de tal dominação por base em pressupostos racionais; de igual modo, o desenvolvimento do capitalismo agudizou ainda mais a relação predatória legada dos séculos predecessores, embora não seja o modo de produção capitalista em si o inventor da vocação predatório do homem em relação ao meio natural. Nos processos de conquistas ultramarinas dos séculos XV e XVI, a própria colonização do Novo Mundo implicou na transformação dos meios naturais dos povos conquistados por meio da troca compulsória de espécimes da fauna e da flora, mas do desejo romântico dos primeiros preservacionistas dos 1800 ao zelo conservador que mobilizou toda uma geração de protoambientalistas no início do século XX vai uma grande distância. A filosofia clássica grega justificava a natureza em sua serventia ao mesmo tempo em que distinguia radicalmente os seres humanos do mundo natural, porém conferia

àquela um caráter divinizado, em que as forças mitológicas da Grécia são a expressão mais clara da deificação do Natural distinto do humano/mortal.²⁹

Tal perspectiva só começou de fato a ser revisionada a partir de fins do século XVIII quando o desenvolvimento industrial terminou por provocar uma completa “dessacralização” da natureza frente ao homem na medida em que o avanço do modo de produção capitalista paulatinamente esvaziou a percepção social do meio natural de seus elementos míticos e simbólicos consagrados na tradição grega. Não há dúvida de que o conhecimento, sistematizado, das leis naturais excitaram um tipo de dominação sobre o meio natural que se legitimou cientificamente durante o século XVIII e que diferia do antropocentrismo dos períodos anteriores, fundamentado na objetiva dicotomia homem/natureza. Já os pioneiros naturalistas (séculos XVI e XVII) esforçaram-se em fazer superar vários dos pressupostos e práticas populares ante o meio natural; desse processo de racionalização o resultado mais notável foi a produção de uma nomenclatura denotativa específica para animais e plantas, fazendo nascer os termos científicos com a utilização do latim, estabelecendo uma distância entre as denominações populares e a que logo se diferenciou como erudita caracterizando na nomenclatura designativa dos organismos vivos, sobretudo das plantas, a linguagem científica dos naturalistas. Assim

O pai de *sir* William Petty observava que um açougueiro rural podia ser um excelente anatomista, mas empregava uma linguagem diferente, chamando tendão de ‘fivela’, uma membrana de *vilme*, e uma artéria de ‘tubo’.³⁰

Na medida em que os pesquisadores passavam a internacionalizar a linguagem científica baseada em termos rebuscados fundamentados numa língua-morta, portanto imutável - o latim - demarcavam um discernimento entre dois tipos de saberes, o popular e o científico. Manuais-padrões de botânica passaram a servir de apontador para os naturalistas universalmente. Destarte a

Historia Plantarum (1686-1704), e sua versão mais portátil, *Synopsis* (3.^a edição, 1784), sempre vinham em latim, mas o passo decisivo foi a rápida adoção, no final dos anos 1750 e início dos 1760 da padronização lineana

²⁹ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988 p. 93-102. *passim*.

³⁰ *Ibid.* p.102.

da nomenclatura binomial, conforme estabelecida no *Species Plantarum* (1753) e na décima edição do *Systema Nature* (1758).³¹

Destarte, a nomenclatura em latim tornou-se o paradigma de referência na linguagem científica, predominando desde então sob a fórmula binômica para designar as espécies catalogadas. Todas as plantas, à parte o nome vulgar local, passaram a ser identificadas em dois termos grafados em latim, indicando gênero e espécie respectivamente. Se por um lado cuidava em reunir num corpo de doutrina o homem e a natureza, a ciência natural estabelecia ainda uma separação entre o saber popular e o científico e a relação com o meio natural influía em pressupostos que reorientavam atitudes frente aos espaços naturais. No limiar dos 1700, o embrionário ideológico do conservacionismo vem com a idealização de uma natureza intocada, mas seria no século seguinte, na América do Norte com a criação do Parque Nacional de Yellowstone que o protecionismo idealizado e romântico dos setecentos se constituiria no marco referencial de toda ação estatal e paraestatal no sentido de regular a interação homem e natureza em todo o mundo, até a década de 1970.

1.2 Áreas Protegidas: preservacionismo e conservacionismo

Nas últimas décadas do século XX e no alvorecer do XXI a humanidade necessitou discutir uma nova relação do desenvolvimento com a conservação do meio ambiente, confrontando-se abertamente com a demanda de uma nova relação com a natureza. O desenvolvimento da economia capitalista, impondo Conforme nos apontam Oliveira & Quintaneiro, partido dos pressupostos analíticos do filósofo alemão Karl Marx, no desejo de corresponder às necessidades materiais, o ser humano produz seus meios de subsistência e em tal processo, organizando-se socialmente, reproduz sua espécie numa continuidade de transformação da natureza ao longo de sucessivas gerações, e dominando as circunstâncias naturais,

³¹THOMAS, K. op. cit. p.100 et seq.

o homem modifica a fauna e a flora.³² Os resultados aparentes de políticas equivocadas e/ou insuficientes de desenvolvimento causaram degradação ambiental e impuseram desafios de ordem tanto econômica quanto humanitárias; definitivamente colocou-se na pauta dos debates a necessidade de encontrar -ou reencontrar- uma dinâmica de desenvolvimento que privilegie a proteção dos recursos naturais tendo em vista a preservação da própria espécie humana; reestruturando uma relação que havia sido desconstruída de um processo civilizatório que agora se revisa em face da pressão da opinião pública, da emergência de novas democracias.

Cumpre, portanto a investigação de como o pensamento ambientalista evoluiu conjuntamente à delimitação de áreas de preservação ao longo de dois séculos. Foi na segunda metade do século XIX que começaram a surgir e estruturar-se as primeiras áreas protegidas. A perspectiva era o de que a natureza era um bem a ser preservado, mantida intocada. Desse modo, os paradigmas teóricos e normativos que orientaram a implantação de parques e reservas naturais em sua maioria partiram do modelo norteamericano, assinalando-se o marco com o Parque Nacional de Yellowstone em 1872³³. Alguns autores propugnavam o ideário da natureza enquanto um ente sacralizado, e a termos de políticas de amparo ao meio ambiente, duas principais perspectivas se estabeleceram: de um lado, a perspectiva do tipo preservacionista, norteando a demarcação de áreas protegidas com intuito de isolá-las de toda e qualquer interferência humana, tal pensamento foi determinante na criação das primeiras grandes reservas e de fato constituiu no embrião de uma espécie de “culto à natureza selvagem” (*Wilderness*) que ainda é perceptível no discurso de alguns grupos ambientalistas hodiernos; conforme evidencia Alier a devoção ao mundo natural selvagem desenvolve-se concomitante à atração pelas belas paisagens, com o apelo idílico de um romantismo que externaliza mais valores subjetivos que materiais. O eixo norteador dessa corrente ambientalista está em fomentar a constituição de áreas naturais intatas, quer sejam parques nacionais ou estaduais, sempre distanciados o mais possível de interferências antrópicas; grosso modo

³² OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. QUINTANEIRO, Tânia. **Um Toque de Clássicos**. 2 ed. MG/BH: Editora da UFMG, 2009. p. 32 et seq.

³³ O parque nacional de Yellowstone é um parque situado nos estados norte-americanos de Wyoming, Montana e Idaho, tendo como cidade mais próxima Billings (Montana). Abrangendo uma área de 898.000 ha.

Existem gradações a respeito das proporções que as áreas protegidas toleram em termos de presença humana, se estendendo desde a exclusão total até o manejo consorciado com as populações locais. [...] [Desse modo] uma reserva natural poderia admitir visitantes, mas não habitantes humanos.³⁴

Assim, o surgimento de áreas protegidas, inclusive no Brasil, derivou de uma opção estratégica cujo eixo-norteador consistiu em circunscrever remanescentes naturais que agregam apelos estéticos em sociedades onde os avanços da indústria e da urbanização haviam-se acelerado, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. É significativo que no Brasil o primeiro parque nacional tenha vindo num momento em que o capitalismo estava já plenamente consolidado no país; e justamente no sudeste, uma das regiões da federação brasileira onde a indústria fazia seus maiores avanços entre fins do século XIX e a década de 1930. O Parque Nacional de Itatiaia (RJ) criado às vésperas do golpe que deu origem à ditadura do Estado Novo, por ato normativo direto assinado pelo presidente Getúlio Vargas (Decreto número 1.713 de 14 de Junho de 1937) e estruturado no que era a antiga “Estação Biológica do Itatiaia”, marcou o início da história das unidades de conservação em terras brasileiras. De fato o modo mais eficiente de conservação *in situ* do patrimônio natural é a instituição das Unidades de conservação³⁵.

E o referido decreto de criação do Parque do Itatiaia destaca-se por seu apelo ideológico eminentemente preservacionista uma vez que estipulou a desapropriação de terrenos adjacentes que deveriam ser incorporados para a formação do parque- o que por óbvio implicou na transferência de famílias desapropriadas- ao mesmo tempo em que também versa sobre a destinação de áreas para a construção de uma infraestrutura turística com vistas à promoção de atividades lúdicas e recreativas no referido parque, conforme se pode observar em seu artigo segundo:

³⁴ ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007 p. 22-24.

³⁵ Institucionalmente as unidades de conservação são áreas delimitadas do território, estabelecidas para a proteção de ecossistemas significativos cumprindo, além da função de preservar, outras funções das quais destacamos a reserva de laboratório vivo para pesquisas científicas, proteção dos recursos hídricos e mesmo a reabilitação de áreas já degradadas, conforme historicamente ocorreu em grande parte das UC em todo o mundo. No Brasil as principais UC são os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, as Estações Ecológicas (EC), as Reservas Biológicas (Rebio), as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie), bem como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e as Reservas Extrativistas (RE), todas atualmente tipificadas no Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC). cf.: BRASIL. **Conservação Ambiental no Brasil: programa nacional do meio ambiente 1991-1996**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/ PNMA. Brasília, DF, 1997 p 65.

A área atual da Estação [Biológica] será acrescida do que fôr desapropriada, constante dos pequenos lotes, ainda pertencentes a particulares que se encontram encravados nas terras do domínio da União ficando os limites do Parque constituídos pelos atuais da dita Estação com as modificações resultantes da incorporação dos aludidos lotes.

§ único: das terras devolutas do Domínio da União, existentes nas proximidades do Parque serão reservadas as que forem necessárias para a localização de hotéis e instalações que facilitem o movimento turístico na região.³⁶

À letra da lei, o Estado abria a possibilidade de compensar desapropriações destinadas à preservação com a cessão de terras devolutas na região para o estabelecimento de atividades relacionadas ao setor econômico do turismo para as pessoas que tivessem perdido terras ou que quisessem reverter em investimentos na região adjacente ao parque, explorando o potencial econômico da unidade de conservação, mas a maioria das UC criadas a partir de então agregavam aspectos normativos a proibição tácita de permanência de quaisquer comunidades em seu interior, ainda que concomitante à determinação de retirada de moradores se permitisse a construção de infraestrutura para o lazer e a contemplação turística desses lugares. Posteriormente, ainda nos anos 1960, foram elaborados instrumentos legais que possibilitaram o controle fiscalizatório também das atividades agrícolas praticadas por moradores do entorno das áreas protegidas.

Alier assinala como o pensamento ambientalista dos anos 1960 e 1970's apresentava-se como uma contraposição ao crescimento econômico e, em boa medida, uma crítica ao capitalismo, meio que como um viés ecologista do materialismo dialético dos marxistas típicos³⁷; de igual modo Giddens demonstrou como o aporte ideológico das esquerdas foram durante muito tempo a força balizadora dos movimentos ecologistas que transpunham a perspectiva de uma revolução socialista para o de uma utopia verde.³⁸ À previsão da crise inelutável do sistema capitalista, conforme estipulado nas rubricas marxistas clássicas, substituíram aqueles militantes da causa verde por uma interpretação de que a transição para uma economia do tipo socialista não precisava mais preceder ao colapso econômico financeiro do monopólio produtivo de uma classe (burguesia) e

³⁶ BRASIL. Decreto nº 1.713, de 14 de Junho de 1937. Cria o Parque Nacional do Itatiaia. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 de Junho de 1937 Disponível em: <<<http://www.icmbio.gov.br/brasil/RJ/parna-itatiaia/decreto-n-1-713-2013-de-14-de-junho-de-1937.pdf>>>. Acesso em 18 jan. 2011.

³⁷ ALIER, J. M. op. cit.. São Paulo: Contexto, 2007 p. 21.

³⁸ GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo: UNESP, 1996 p. 227.

sim a uma crise generalizada de escassez dos recursos naturais, configurando uma hecatombe ecológica que forçaria a superação do próprio capitalismo.³⁹

Por outro lado, é interessante como o preservacionismo original que ainda era forte nos anos 1930 também agregava em seu arcabouço ideológico uma nítida preocupação com o avanço da sociedade urbana e industrial, para o quê cumpria o estabelecimento de circunscrições territoriais onde a permanência humana em seus limites era sempre vista com desconfiança, fosse pelos formuladores técnicos, fosse pelos legisladores. Sob tal construção ideológica, comunidades que há séculos coexistiam com a natureza eram entendidas como predadores natos uma vez que se utilizavam dos recursos disponíveis na fauna e na flora para a própria subsistência. Desse modo, aplicava-se o instrumento legal da desapropriação para desabitatar as áreas destinadas para serem parques ou reservas geridas pelo poder público e promovia-se o aparelhamento de um corpo de funcionários com vistas ao monitoramento de eventuais visitas de forasteiros. Era o que, nos dizeres de Diegues norteava o mito – ou melhor o “neomito”- da natureza intocada, como se “[...] a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la”.⁴⁰

Mas o discurso da natureza intocada não encontrava respaldo na racionalidade econômica da modernização capitalista do século XX. Conforme Diegues, tal discurso da preservação da floresta intocada guardava, em última instância, também uma perspectiva contraditória na medida em que propugnava as reservas como locais paradisíacos onde a paisagem possibilitasse aos indivíduos urbanos recompor seu equilíbrio emocional, onde pudesse recuperar-se do cotidiano e da intranquilidade típicas da sociedade industrial e urbana. Portanto

Parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. Esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica etc.⁴¹

Também na esteira de tal perspectiva a desconsideração às especificidades tradicionais locais determinava a completa cegueira do poder público às demandas

³⁹ GIDDENS, A. op. cit. p.227 et seq.

⁴⁰ DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1996. p.13.

⁴¹ DIEGUES, A. C. op. cit. p. 13 passim.

sociais que acarretavam a política de retirada de famílias estabelecidas nas áreas desapropriadas para fins da criação de reservas. Cumpria a qualquer custo preservar determinado refúgio de vida natural por meio da instituição de instrumentos legais que garantissem a preservação, mas o passivo social da expulsão de moradores ainda permanece, em grande parte, ignorado na história da formação das UC no Brasil e no mundo.

A crítica ao pensamento preservacionista reside justamente em sua contradição óbvia: ao mesmo tempo em que pugnava a existência de “paraísos verdes intocados” considerando o homem um exclusivo adversário da floresta-e por esse motivo o afastamento de comunidades inteiras de seu convívio- por outro não deixava de influir num viés utilitarista de tais refúgios silvestres, uma vez que os parques e reservas destinavam-se, em última instância, a recreações coordenadas e atividades lúdicas em meio à natureza. Ou seja, o fim último da preservação seria o bem-estar do homem moderno que poderia encontrar nos parques nacionais o pouco de um passado idílico perdido com o avanço da indústria moderna. Desse modo, emulando o modelo norte-americano da implantação de áreas protegidas mediante o mecanismo de atos diretos do Poder Executivo, o Brasil teve seu primeiro parque nacional instituído no final da década de 1930.

A instituição dos primeiros parques norteava-se num ideário avesso a concessões para com as comunidades estabelecidas e em princípio considerava como nociva qualquer interação entre homem e meio ambiente uma vez que supunha que tal relação implicava inexoravelmente na destruição do meio natural

Outra visão que norteava as políticas de criação de parques e que parece ter ganhado impulso no Brasil entre as décadas de 1970 e 1990 foi a conservacionista, que ainda conforme Diegues teve seu expoente na pessoa do engenheiro florestal Gilford Pinchot, fundador do movimento de conservação dos recursos nos Estados Unidos. Diferentemente do pensamento preservacionista, o conservacionismo pugnava por um uso racional e criterioso da natureza, com sua plena utilização de maneira otimizada.

Essas ideias foram precursoras do que hoje se chama “desenvolvimento sustentável”. [...] o conservacionismo de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos contra o “desenvolvimento a qualquer custo”. A grande aceitação desse enfoque reside na ideia de que se deve procurar o maior bem para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo

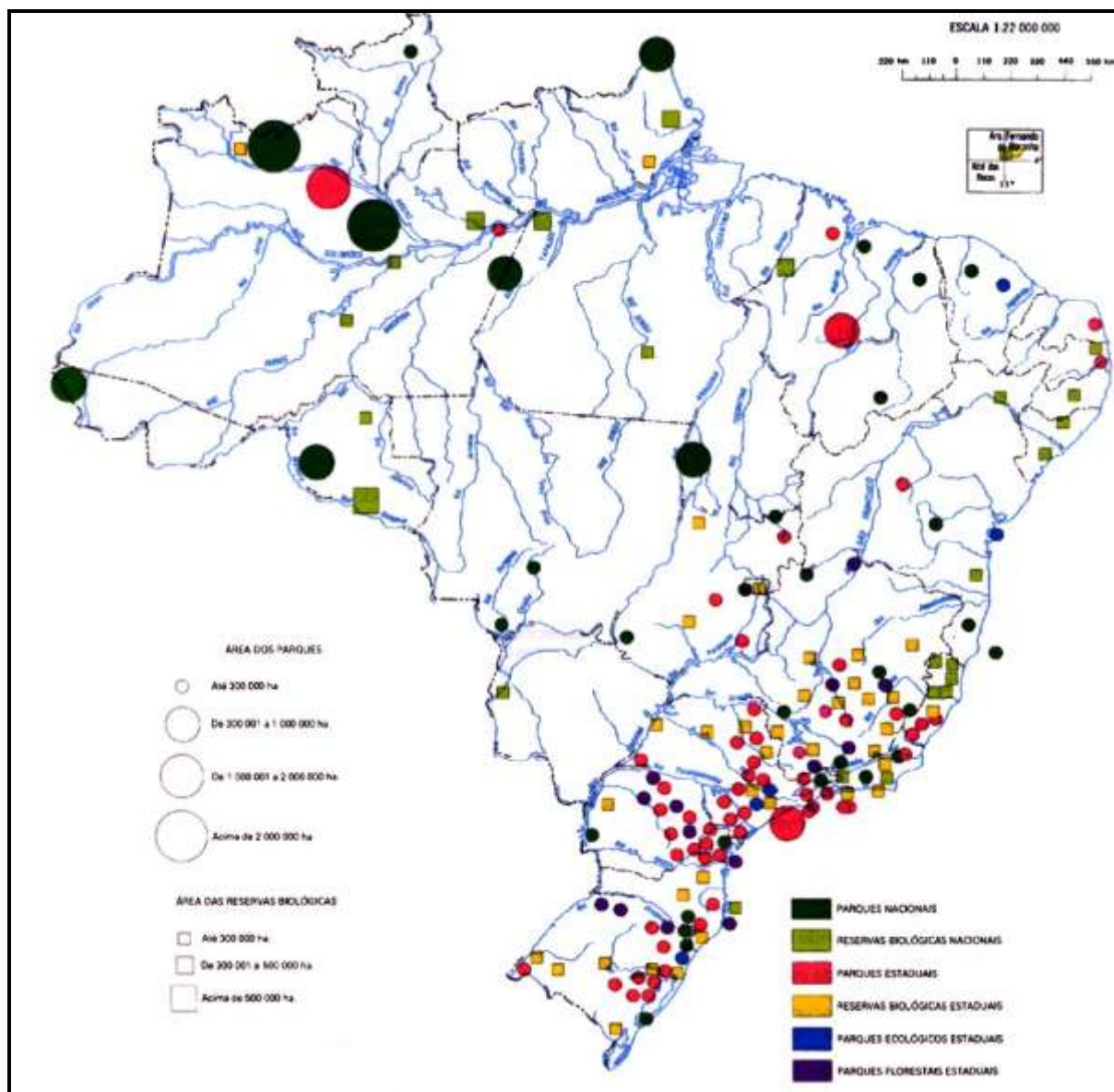
dos recursos naturais não-renováveis, assegurando a produção máxima sustentável.⁴²

Nos anos 1960 deu-se um ligeiro acréscimo na demarcação de áreas verdes para fins de preservação; foi, contudo, entre as décadas de 1970 e 1980 que se deu um verdadeiro *boom* do ecologismo paraestatal no Brasil, quando – verificando-se apenas as áreas protegidas sob a responsabilidade do governo federal - o país passou de oito para 58 áreas protegidas⁴³. Atualmente ainda pode-se notar uma tendência a criação de áreas protegidas, sobretudo porque o processo de consolidação da democracia, com o consequente crescimento da participação da sociedade civil em organizações ambientalistas de cunho não governamental influi num poder reivindicatório maior dos cidadãos frente ao poder público fomentando a criação de tais áreas, assim o aperfeiçoamento da democracia influi em maior abrangência dos debates antes da tomada de decisões políticas que impactam em determinadas comunidades – exemplo disso é quando se discute acerca da extensão das áreas de amortecimento das unidades de conservação em vistas do novo Código Florestal, o terceiro da história brasileira- sempre tendo por referência legal o SNUC e demais normas emanadas nos entes federativos. O aperfeiçoamento da democracia requer, por óbvio, uma agenda ambiental definida por base em princípios da soberania participativa que assegure toda liberdade de expressão nos debates pertinentes antes de qualquer decisão efetiva que venha a gerar impactos.

Conforme o demonstrado no **mapa 1**, a concentração de áreas de preservação ambiental e número de UCs no Brasil dá-se nas regiões Sul e Sudeste, verificando nestas regiões a maior participação das administrações estaduais no gerenciamento das áreas protegidas. Por outro lado as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste possuem menos UCs em número mas as que estas são maiores no tocante à extensão de área protegida, sendo que na região Norte, onde se localiza a maior reserva de biodiversidade do planeta a maioria de seus parques e reservas são circunscrições com mais de 2.000.000 ha legalmente destinados à preservação.

⁴² DIEGUES, A. C. op. cit. p. 29.

⁴³ cf.: Reid & Miller, 1989. IBAMA, 1989 (incluídos parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, em nível federal somente) In: DIEGUES, A. C. op. cit. p.16.



MAPA 1: Unidades de conservação no Brasil.
Fonte: IBGE/ Diretoria de Geociências.

Mas se ainda nos anos 1970/80 o Brasil não figurava como um fenômeno atípico no tocante a criação de áreas de reserva, ainda de acordo com Diegues, o fenômeno da expansão das Unidades de Conservação foi amplo no período assinalado em todo o mundo, sendo que o país apenas acompanhou tal tendência dentro de um panorama global.

O estabelecimento dessas unidades [de conservação] teve grande aumento entre a década de 70 e 80 quando foram criadas cerca de 2.098 unidades de âmbito nacional em todo o mundo, cobrindo mais de 3.100.000 km² ao passo que desde o início do século tinha sido criadas 1.511 unidades cobrindo aproximadamente 3.000.000 km².⁴⁴

⁴⁴ DIEGUES, A. C. op. cit. p. 16.

Deve-se sempre ter em mente que a demarcação de áreas protegidas influi em questões de ordem não só ambiental como também econômica social e política. Da mesma forma não se pode ignorar que a cada nova reserva ou parque formalizado via decreto entre 1930 e 1990 houve impactos na vida de centenas de pessoas cujas famílias habitavam desde tempos remotos as localidades destinadas a se tornarem, doravante, “paraísos intocados”.

Deve-se sempre ter em mente que a demarcação de áreas verdes protegidas influi em questões de ordem não só ecológica como também econômica, social e política. Conforme anteriormente exposto, a demarcação dos limites de um parque geralmente implica na interferência direta do poder público sobre a ocupação historicamente estabelecida e tal interferência se estende ainda aos moradores do entorno da UC. São restrições ao cultivo do solo e o disciplinamento da exploração dos recursos naturais impostos de cima para reordenar o manejo da área de amortecimento de parques e reservas que resultam numa conflituosidade permanente entre o corpo de técnicos dos órgãos estatais e os autóctones remanescentes.

Em termos políticos a demarcação de zonas para a preservação colabora para a boa imagem de qualquer governo, sem dúvida. Mas o custo social da expulsão de pessoas ou da intromissão do tipo “tecnocrata” em culturas tradicionais raramente é exposto. Compreender como se construiu historicamente a relação predominante entre tantas comunidades próximas das UC impõe numa abordagem da questão ambiental sob um prisma menos apaixonado e mais realista do ponto de vista da necessidade de sobrevivência de tais comunidades.

Conjuntamente ao cartaz romântico das iniciativas políticas de cunho preservacionistas materializou-se uma política estatal de inspiração econômica liberal que desarticulou os sistemas de regulação estabelecidos há séculos através da ocupação e do domínio de áreas de interesse para a conservação ambiental. É pertinente considerar que as comunidades locais historicamente estabelecidas possuem códigos simbólicos para com a floresta que lhes são típicos e que passam despercebidos ao olhar tecnicista de funcionários estatais. O cuidado em não abater animais prenhes ou no correr de determinadas épocas do ano é um exemplo aferido não só em comunidades indígenas como também em sítios onde a tríade

caça/pesca/coleta representa para o indivíduo um meio de subsistência essencial do qual se está ciente de regras próprias que lhe permitem a manutenção da subsistência. Contudo, é importante assinalar que não raro nota-se a desarticulação desses sistemas de subsistência quando ocorre o avanço da economia do consumo desordenado sob tais comunidades mesmo nas mais afeitas a tradicionais mecanismos de autocontrole podem ser desarticuladas pelas demandas do consumo e voltar-se vorazmente contra o meio do qual depende.

Nesse tocante, a atuação objetiva do poder público, quando não fracassa em assegurar uma nova mentalidade exploratória tendo em vista os parâmetros determinados na legislação, termina por criar embaraços que a longo prazo resulta numa contraprodução: o desinteresse em mensurar as alterações impostas na relação de tais pessoas com a floresta aliado à postura, muitas vezes arrogantes, de agentes governamentais (para os quais muitas vezes o exercício da “aplicação de multas” a agricultores simples parece adquirir ares de um “automatismo vicioso”) termina por fomentar um rancor atávico nos moradores que, diante da transferência forçada de uma parcela de sua territorialidade histórico-social ao poder público que lhe cria restrições de acesso, passam a lidar com o espaço com extrema hostilidade.

Não raro observa-se ainda o comportamento predatório dos habitantes do entorno em relação a uma área de preservação - com o recurso à caça inclusive- como que um tipo de reação ao poder estatal que lhe determina limites no uso de sua propriedade em virtude da adjacência para com a área protegida. Nesse caso, todo esforço no sentido de inculcar uma nova consciência de respeito ao meio natural vai de encontro a rancores subjetivos, historicamente estabelecidos na mentalidade coletiva de comunidades cujo sentimento maior em relação a uma determinada UC é o de alijamento. Cumpre, portanto, o fomento de um projeto que não exclua a dimensão humana no empenho pela preservação do meio ambiente, que não estabeleça uma dicotomia entre a manutenção dos redutos naturais e o saber local.

CAPÍTULO II

Formação Histórica do Município de Cariacica

A cidade de Cariacica localiza-se a oeste de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, da qual está separada geograficamente pela baía homônima que envolve a insular capital capixaba.

Trata-se de uma cidade com cerca de 350 mil habitantes, sendo que destes, 95% residem na área urban. A topografia de Cariacica caracteriza-se por planícies e regiões montanhosas, donde se destaca a cordilheira de Duas Bocas, com elevações cobertas principalmente por plantações de banana e áreas de remanescentes da Mata Atlântica em estágio primário, secundário e secundário para primário⁴⁵.

No estado do Espírito Santo os tipo de vegetação⁴⁶ mais comuns são a restinga, o manguezal e a Mata Atlântica; sendo que esta, caracterizada pela rica biodiversidade, chegou a cobrir cerca de 90% do território capixaba⁴⁷ e atualmente encontra-se bastante reduzida em ilhas de preservação, restando apenas 8% de remanescentes. Destes 3% constituem áreas de preservação ambiental⁴⁸ dentre as quais destaca-se a Reserva Biológica de Duas Bocas sob a administração estadual. Constitui um ponto controverso a real abrangência da cobertura florestal no Espírito Santo quando da chegada dos primeiros colonizadores em 1535. O Atlas de Ecossistemas do Espírito Santo dá-nos uma percentagem de cobertura vegetal de

⁴⁵ Há três estágios de condição natural para termos didáticos de reconhecimento de uma paisagem natural: primário, secundário e terciário. Comumente refere-se ao terciário como “Área antropizada”. Assim uma mata em estágio primário seria aquela onde a interferência humana não se fez ou se fez-se minimamente; o estágio secundário caracteriza uma área de floresta onde já houve interferência humana (antrópica) com a introdução de espécies exóticas na fauna e na flora, constituindo uma paisagem que tanto não é a originária como também não é totalmente antropizada. O terceiro estágio refere-se àquela paisagem totalmente alterada pela ação humana, no caso de uma floresta que foi totalmente derribada e em seu lugar fez-se uma plantação de banana ou uma pastagem, diz-se que é uma área amplamente antropizada. Em áreas de preservação, como é o caso de uma Reserva Biológica, os planos de manejo estabelecem geralmente metas para reconstituição da paisagem natural ao seu estágio primário. Assim quando uma determinada área onde já houve introdução de espécies exóticas está em processo de regeneração a seu estágio primário, novamente a termos de didática apresenta-se tal paisagem como em estágio de secundário para primário.

⁴⁶ Entende-se por “vegetação” o conjunto de plantas que cobrem uma determinada região.

⁴⁷ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2005. p. 106.

⁴⁸ ATLAS DE ECOSSISTEMAS DO ESPÍRITO SANTO.- [Vitória,ES] Seama; Viçosa/MG:UFV, 2008. p. 94.

87% enquanto alguns autores chegam a afirmar 90% de cobertura em estágio primário quando do desembarque da caravela *Glória*, como é o caso do historiador Gabriel Bittencourt. É certo, como bem explicita Pyne⁴⁹, que os nativos silvícolas americanos (inclusive aqueles que possuíam um caráter civilizacional nitidamente urbano, como os da mesoamérica) predavam o meio ambiente e certamente utilizavam-se da derrubada de árvores para a subsistência material de suas comunidades, bem como utilizavam dos recursos disponíveis nas florestas para a movimentação de suas respectivas redes produtivas. Mas ainda que usassem o fogo na derribada de árvores é muito evidente que os impactos que a maioria das populações nativas do Novo Mundo causavam à floresta estavam ainda numa escala deveras menor do que a levada a cabo pelos europeus no processo de exploração natural no decurso de um tempo curto, como no caso dos portugueses em relação ao pau-brasil. Assim - ainda que pareça-nos tarefa inglória querer mensurar a exata proporção da primitiva cobertura vegetal do estado - considerando o total de área verde existente ainda no início do século XX e a certeza de que o povoamento se deu sobretudo na costa até meados do século XVIII, parece-nos segura uma estimativa entre 85 e 90% do território capixaba coberto pela Mata Atlântica no período quinhentista.

Em Cariacica há atualmente a ocorrência de redutos da Mata Atlântica nos três estágios supraexplicitados: primário, secundário circundadas por áreas amplamente antropizadas (pastagens e plantações onde espécies da flora nativa são praticamente imperceptíveis). Não há ocorrência de restinga em Cariacica uma vez que se trata de uma vegetação típica de terreno arenoso, próximo às praias litorâneas; dado que o município de Cariacica situa-se ao fundo do estuário do rio Santa Maria da Vitória não possui praias oceânicas e, conseqüentemente, não há ocorrência de restinga em sua cobertura vegetal nativa. Por outro lado, os manguezais do município encontram-se atualmente em nível avançado de degradação, sobretudo pela expansão das periferias entre as décadas de 1960 e 1980⁵⁰. Esse importante ecossistema⁵¹ que é o manguezal foi sem dúvida das

⁴⁹ PYNE, Stephen J. **Fire in America- a cultural history of wildland and rural fire**. Princenton, Princenton University Press, 1988. apud. DRUMOND, J. A.. In: ESTUDOS Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n 8: historia e natureza. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), FGV, 1991. p. 149-280.

⁵⁰ DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. **A Expansão da Periferia por Conjuntos Habitacionais na Região da Grande Vitória (1964-1986)**. Vitória/ES: Grafitusa, 2010.

maiores vítimas da falta de planejamento urbano em Cariacica e ainda atualmente importa numa fatura ao meio ambiente que não foi sanada. Basicamente as condições do relevo de Cariacica variam do nível do mar até uma altitude de 700 metros acima deste, sendo que nas proximidades do limite com a baía de Vitória há a ocorrência de manguezais e mata de tabuleiro e na área montanhosa – com destaque para os morros do Peão, Óleo, Santo Antonio, Carrapato e Moxuara - onde há resquícios de Mata Atlântica em estágio secundário para primário. Contudo, embora possua mesmo uma pequena cordilheira, a maior parte do território do município situa-se em terras baixas, de modo que o clima predominante é o tropical quente com temperaturas elevadas durante boa parte do ano e sujeito a chuvas; distinguindo-se basicamente duas estações: uma quente e seca e outra fria e chuvosa.

A bacia hidrográfica⁵² é igualmente um patrimônio natural e histórico na região de Cariacica, tendo no passado a navegação fluvial desempenhado papel central no seu processo de povoamento. Embora o principal rio do Espírito Santo, o rio Doce, tenha sua nascente em terras mineiras, os demais rios capixabas nascem em territórios circunscritos ao território capixaba. Historicamente o povoamento da antiga capitania guarda uma relação direta com os rios que antes da colonização eram estritamente utilizados como elementos de demarcação de territórios, de perambulação dos povos nativos além de servir-lhes como fonte de alimentos e de terras próximas para cultivo agrícola e também de meio para os deslocamentos e ligação com as áreas planas e alagadas do litoral e com o mar.

A colonização logo buscou o abrigo dos rios que lhe serviam de porta de entrada para o domínio da terra. Os mais destacados foram o Jucu e o Santa Maria – em cujo estuário foi fundada a vila de Vitória, o rio Doce, o Cricaré, o Reis Magos e o Piraquê-açu; para a banda do sul da antiga capitania de Vasco Coutinho e sua parentela as principais bacias são formados pelos rios Guarapari, Benevente, Itapemirim e Itabapoama, este na divisa com a antiga capitania de São Tomé (depois Paraíba do Sul), de onde também podemos acentuar a utilização da bacia

⁵¹ Ecossistema é como se define um sistema ecológico onde plantas e animais vivem em estreita relação de interdependência, perfazendo um equilíbrio simbiótico entre diversas espécies.

⁵² Bacia hidrográfica é o conjunto de uma área drenada por cursos de água com vazão efluente descarregada numa só saída. Grosso modo, é a unidade territorial onde ocorre a influência de rios e seus afluentes.cf.: ATLAS DE ECOSSISTEMAS DO ESPÍRITO SANTO.- [Vitória,ES] Seama; Viçosa/MG:UFV, 2008. p 242.

do rio Paraíba do Sul como importante centro de produção relacionado com a economia portuária de Vitória.

Após a Independência e o século XX a economia capixaba dependeu grandemente do transporte fluvial tendo como área principal de produção e eixo de conexão com o transporte e o embarque de mercadorias em Vitória. O rio Santa Maria da Vitória faz divisa de Cariacica com o município da Serra no lado norte; o rio Bubu corta o município ao centro e o Formate (outrora também utilizado para captação de água para abastecimento) tem afluência⁵³ com o historicamente referenciado rio Marinho que desemboca na baía de Vitória e serviu de caminho aos primeiros colonizadores até o engenho de “Roças Velhas”. Vale assinalar que também pelo rio Marinho os jesuítas navegavam a fim de escoar a produção da fazenda de Araçatiba (Viana) entre os séculos XVII-XVIII⁵⁴. Assoma-se a isso uma rica formação de microbacias de rios temporários e fontes que fazem da zona rural do município uma das mais bem servidas em oferta de água por pessoa na região da Grande Vitória⁵⁵.

O **mapa 2** ilustra a variedade de rios e córregos intermitentes do território ocupado hoje pelo município de Cariacica, o que destaca seu potencial hídrico - referenciado desde a era colonial - ainda que estes mananciais (Formate, Bubu, Santa Maria e

⁵³ Designa-se como “nascente” ou “cabeceira” o lugar onde o rio nasce sua localização inicial, geralmente num plano mais elevado do terreno e de onde as águas seguem para o oceano ou ainda um lago ou mesmo outro rio. Nascentes são ainda manifestações de lençóis subterrâneos que dão origem a cursos d’água e classificam-se quanto à origem por lençóis freáticos ou artesianos; quanto à vazão podemos classificar as nascentes em perenes, intermitentes, temporárias ou efêmeras. As nascentes perenes são aquelas que se manifestam durante todo o ano com vazões variando ao longo do mesmo; as nascentes intermitentes são aquelas que fluem apenas durante a estação chuvosa, permanecendo ocultas durante a estação seca podendo os fluxos variar de algumas semanas até alguns meses. Nascentes temporárias ou efêmeras ocorrem somente em resposta direta à precipitação, ou seja, apenas quando há ocorrência de chuva; são mais frequentes nas regiões áridas ou semiáridas podendo ocorrer, todavia, em todos os tipos de clima. O “curso” de um rio é o percurso de suas águas da sua nascente até sua foz ou “desembocadura”. A foz ou desembocadura é, portanto o destino final de um rio, o lugar onde este termina. Quando um rio deságua ou faz uma junção com outro rio, denomina-se isto como “afluente”. Portanto o rio Formate possui afluência com o rio Marinho por suas águas se interligarem. Cf.: VALENTE, Osvaldo Ferreira & GOMES, Marcos Antonio. **Conservação de Nascentes: hidrologia e manejo de bacias hidrográficas de cabeceiras**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2005 p. 39-48.

⁵⁴ SANTOS NEVES, Luis G.; ALVARENGA, Léa Brígida.; PACHECO, Renato José da Costa. **Cariacica: nosso município- noções históricas e geográficas**. Prefeitura Municipal de Cariacica, 2002. p. 57.

⁵⁵ A título de demonstrativo, na região de Duas Bocas, em levantamento feito por amostragem em comunidades específicas, entre 2009 e 2010, verificou que mais de 85% de seus moradores utilizam para consumo familiar água de fontes naturais da própria região. Cf.: NOVELLI, Fabiano Z. . **Levantamento do perfil socioeconômico e ambiental de quatro comunidades residentes no entorno da reserva biológica de duas bocas: cariacica/es**. 2010. 77 f. Monografia (Especialização em Gestão Integrada do Território) – Instituto Politécnico de Tomar/ Fundação Gorceix/ Instituto Bioatlântica, Ipatinga. p. 31.

Marinho) estejam sob fortes impactos adversos causados pela degradação ambiental.



MAPA 2 : Hidrografia de Cariacica [recorte].

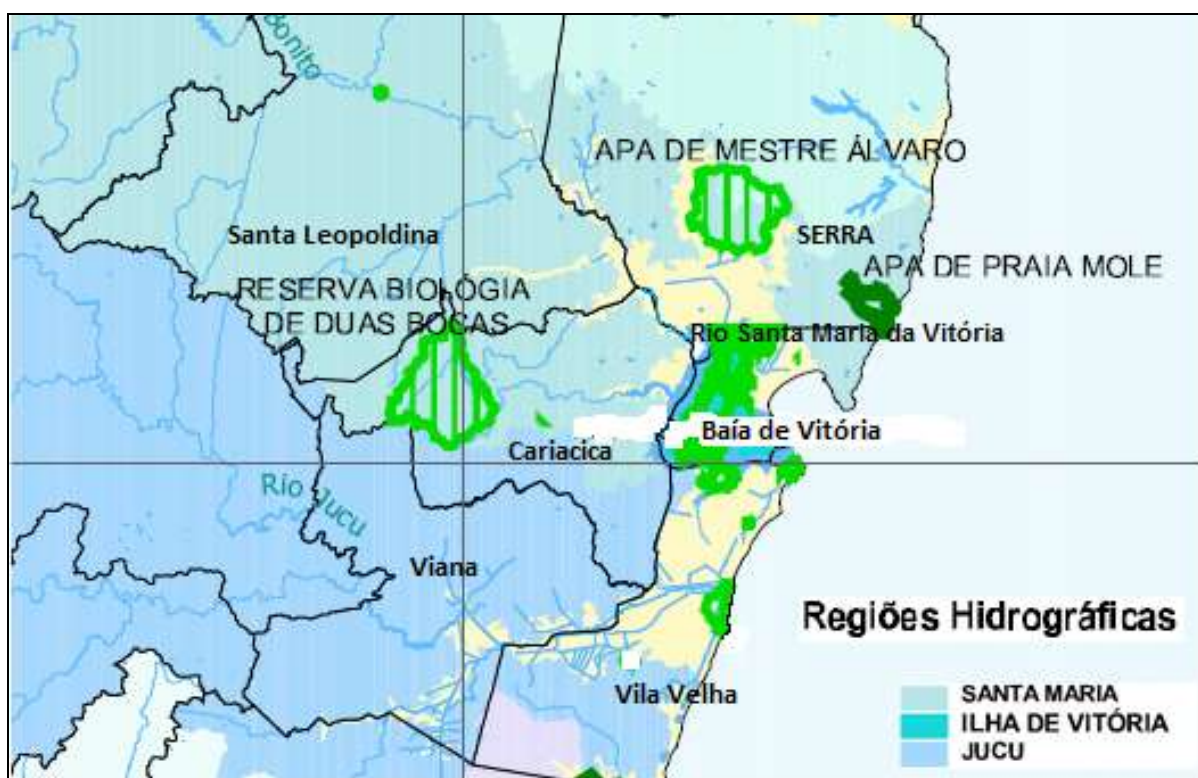
Fonte: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema)/Gerência de Recursos Naturais/Subgerência de Geomática

Posteriormente, no século XIX, o rio Santa Maria da Vitória (norte), ganhou importância por fazer o escoamento do café produzido na zona de imigração europeia da colônia de Santa Leopoldina para Vitória, viabilizando comercialmente o mercado exportador do café através do porto do núcleo de Santa Leopoldina e do porto marítimo da capital.

Por fim, afluente do Santa Maria da Vitória, o rio Duas Bocas, homônimo à represa que ainda atualmente fornece água para a cidade de Cariacica tem sua cabeceira no Moxuara é parte de uma microbacia regional com os rios Pannels, Naiá-açu, Pau Amarelo e Sertão Velho, e durante décadas foi a principal fonte abastecedora de água para a cidade de Vitória, a partir da captação feita no rio Pau Amarelo. O aquífero de Duas Bocas fornece água ainda para uma parcela da população de Cariacica. Dados de 1996 indicavam que o consumo de água proveniente de Duas Bocas era da ordem de 15% restritos aos munícipes cariaciquenses. Mas isso tem

mudado acentuadamente se considerarmos o crescimento demográfico e a busca por fontes alternativas de abastecimento de água e saneamento das últimas décadas na RMGV.⁵⁶

A cidade de Vitória por seu lado conta hoje com outras fontes de abastecimento sendo que seus bairros localizados na zona insular da capital são atendidos pelo sistema de abastecimento de água de Vale da Esperança, que possui como manancial o rio Jucu, enquanto a área localizada na parte continental a água chega aos domicílios pelo Sistema de Carapina, cujo manancial é o rio Santa Maria da Vitória.⁵⁷ O **mapa 3** apresenta um recorte da abrangência das bacias hidrográficas dos rio Jucu e Santa Maria da Vitória por sob a região da atual Reserva Biológica de Duas Bocas, bem como a abrangência destas bacias nos municípios limítrofes a Cariacica.



MAPA 3 : Abrangência da região hidrográfica dos rios Jucu e Santa Maria[recorte]

Fonte: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema)/Gerência de Recursos Naturais/Subgerência de Geomática

⁵⁶ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Duas Bocas: relatório final.** Vol 2. Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente-SEAMA/ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF. PLANAVE S.A-Estudos e Projetos, ES, 1996.

⁵⁷ SILVA, Sara Ramos da. **O papel do sujeito em relação à água de consumo humano:** um estudo na cidade de Vitória-ES.2007. 285 f. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos)- Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p.124.

Cumpre-nos registrar ao leitor, com sincero escrúpulo intelectual que os mapas 2 e 3 cujos recortes utilizamos parecem-nos carecer de precisão a despeito de figurarem no acervo da autarquia da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) para consulta pública; no recorte do mapa 2 por exemplo, o rio Duas Bocas é referenciado em dois traços que não revela sua real condição originária da desembocadura dos ribeirões Panelas e Naiá-açu. Na realidade o rio apontado como Duas Bocas no recorte número 2 parece-nos na verdade ser o Naiá-açu conforme análise comparativa com o mapa hidrográfico da Rebio (mapa 4); tampouco a cobertura aquífera da atual barragem que compreende 51 ha submergindo o desembocamento que deu origem ao topônimo Duas Bocas figura no desenho cartográfico disponível, trata-se de uma omissão das fontes oficiais que desprestigia o conhecimento da hidrografia local uma vez que o rio Duas Bocas deve ter o seu marco se não mais no encontro dos rios Panelas e Naiá-açu (dado a submersão) ao menos a partir da Estação de Tratamento de Água (ETA) da Cia. Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) sito anexa a atual barragem



Mapa 4: Hidrografia de Duas Bocas [recorte ampliado]

Fonte: IEMA/GRN/Rebio Duas Bocas

Por fim outra ambiguidade que julgamos pertinente ser informada: a não delimitação estética da cidade de Vitória enquanto ilha dá a impressão de que a baía homônima é uma extensão adentrando o continente quando na verdade é um marco natural de suma importância para onde afluem os principais rios das referidas bacias hidrográficas do Santa Maria da Vitória e Jucu e, exatamente por esse motivo, foram os rios veículos precípuos no processo de interiorização e do escoamento da produção agrícola capixabas ao longo de sua formação histórica. A nosso entender constitui falha que precisaria ser sanada, o leitor não afeito da geografia do estado do Espírito Santo ao deparar-se com tal desenho cartográfico pode desconhecer, inclusive, que Vitória é uma das poucas capitais insulares do país.

A área montanhosa a Oeste do município constitui a maior parte da área rural que, somada à zona urbana perfaz um total de 279,98 km²⁵⁸. O município de Cariacica é adjacente às cidades que compõem a chamada Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) quer sejam Serra, Vitória, Vila Velha e Viana. O loteamento desordenado de seu território efetivou-se na maior parte sem o adequado manejo em infraestrutura básica necessária, o que caracteriza uma cidade com profunda desigualdade nas condições urbanas.

O estado do Espírito Santo permaneceu ligado às atividades da produção cafeeira até a década de 1960, mantendo o modelo agroexportador herdado da colonização e configurando um panorama econômico permanentemente sujeito às oscilações e caprichos do mercado externo.⁵⁹ A partir da década de 1960 começou a viabilizar-se no estado um novo paradigma econômico, o industrial, marcando nos trinta anos subsequentes profundas remodelagens na economia e sociedade capixaba. Destarte, conforme aponta Siqueira

O dinamismo desse novo processo produtivo se deu de forma acelerada, num caráter desigual e que alterou radicalmente as relações sociais no campo e na cidade. Um dos resultados mais sérios foi a intensa mobilidade interna de um elevado contingente populacional em direção à Vitória.⁶⁰

⁵⁸ IBGE, Censo 2010.

⁵⁹ SIQUEIRA, Maria da Penha S.(org.) **Desenvolvimento Brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória, ES: Grafitusa, 2010 p. 13.

⁶⁰ Ibid. p. 14.

Assim, a industrialização no estado do Espírito Santo implicou em radical reordenamento da dinâmica urbana da capital e cidades adjacentes, dentre as quais Cariacica decerto foi a que mais impactos absorveu da industrialização. Grosso modo, economias dependentes da produção primária tendem a ser frágeis, e o contexto econômico do estado do Espírito Santo, com sua base econômica alicerçada na exportação do café tornava a capacidade de investimentos das administrações sempre variáveis conforme as oscilações da produção (oferta) e do mercado externo (procura), ora para bem devido a alta da cotação do produto exportável, ora para mal devido sua queda, o que implicava negativamente na arrecadação e impossibilitando o fomento de obras estruturais necessárias à própria modernização desejada. Modernização esta que, do ponto de vista do arcabouço ideológico da classe dirigente brasileira durante todo o século XX, significou industrialização.

No estado do Espírito Santo a modernização econômica com o preterimento do modelo cafeeiro só veio mesmo a acontecer cerca de 20 anos após a Era Vargas⁶¹ haver iniciado no Sudeste o programa de substituição das importações via fomento da indústria de base e, de fato, a industrialização capixaba foi sobremodos provocada pela política de erradicação de cafezais maninhos, política esta que coadunou interesses de industriais ante a oferta de mão de obra, proporcionando outro tipo de acumulação capitalista, agora vinculado à indústria e prestação de serviços.⁶² Ao contrário dos países europeus e da própria América do Norte onde a industrialização foi concomitante ao fortalecimento do mercado interno e trouxe melhorias no padrão de vida nas cidades, no Espírito Santo –bem como no Brasil em geral- deu-se o contrário: como resultado da industrialização e da desestruturação da economia fundiária convergiu-se para a capital e suas cidades limítrofes toda a contradição inerente ao capitalismo que se consolidou mediante oferta compulsória abundante de mão de obra barata e pouco qualificada e a incipiência de infraestrutura urbana dos polos convergentes na absorção dos migrantes.

Desse modo, a partir dos anos 1960 Cariacica, cuja história em boa parte confunde-se com a da capital do estado, acompanhou o ritmo de transformação da base

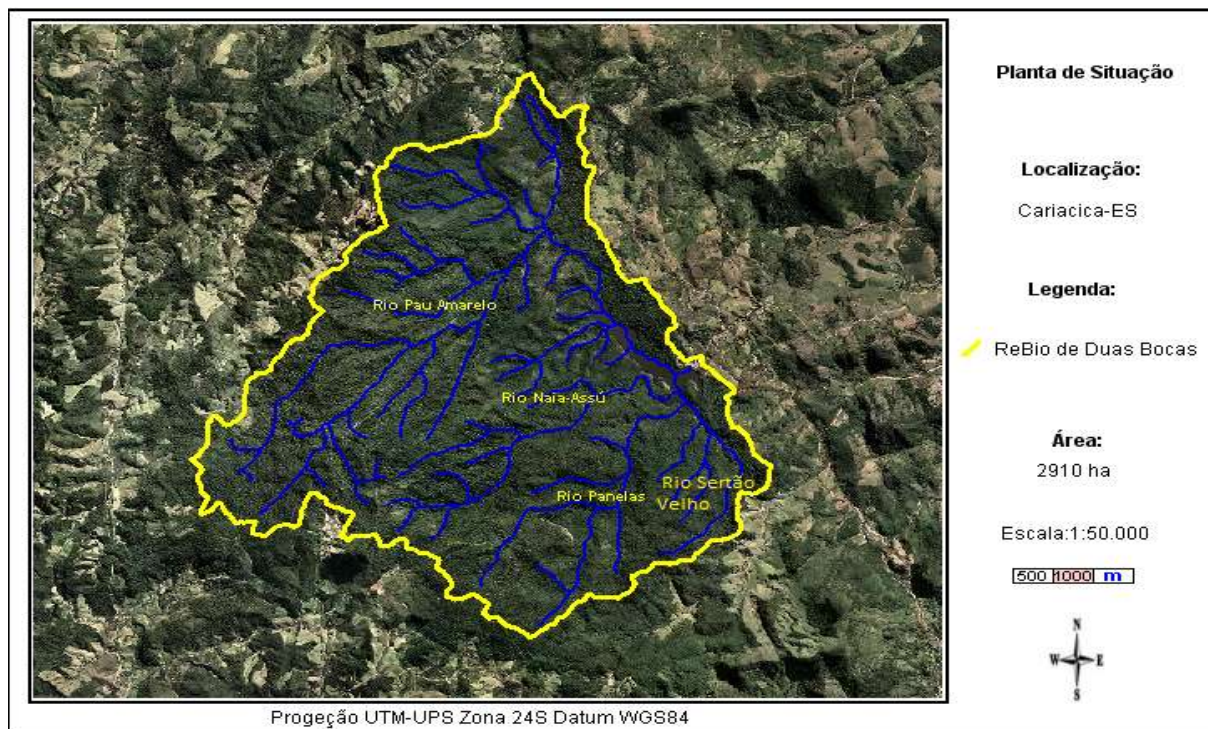
⁶¹ 1930 a 1945.

⁶² SIQUEIRA, M. P. S. op. cit. p. 15-20.

econômica do estado capixaba, entrando em fase de industrialização e tornando-se um dos principais pólos de manufaturas do estado do Espírito Santo, cujo resultado mais evidente foi o aperfeiçoamento de sua malha viária com a construção de rodovias, como a BR-262, inaugurada em fins daquela década (1967) e a expansão desordenada de moradias via loteamentos clandestinos e invasões, facilitando por um lado a oferta de lotes à população de baixa renda como de outro, numa contrapartida negativa, a degradação ambiental, trazendo uma dívida social e ecológica alta para a municipalidade cariaciquense. Atualmente o município de Cariacica faz parte do que se chama zona periférica da RMGV, uma cidade com inúmeros problemas de ordem social, amplos loteamentos de baixa renda com precária infraestrutura e problemas habitacionais, sobretudo ao redor das rodovias de maior fluxo e de ligação para com os demais municípios, destacando-se as BR 262 e 101. Sendo um dos principais municípios da RMGV, Cariacica tem em sua história uma relação direta com a constituição da própria Capitania do Espírito Santo, uma vez que seu povoamento no período colonial deu-se como um desdobramento do desembarque dos portugueses na costa na expedição do primeiro donatário a pisar em terras capixabas, o fidalgo Vasco Fernandes Coutinho. Desse modo, não se pode situar historicamente Cariacica sem referir-se à própria história da fundação da Capitania do Espírito Santo e de sua capital, Vitória, pois durante até a última década do século XIX a municipalidade cariaciquense esteve vinculada política e territorialmente à capital do estado do Espírito Santo. Não foi senão a República que deu à população cariaciquense sua emancipação política plena. Além de Vitória, o povoamento da região onde hoje está situado o município de Cariacica guarda ainda uma relação com o povoamento de outra cidade adjacente: Viana. Entre o final do século XVI e início do XVII, os colonizadores adentraram a região que compreende atualmente os municípios da RGMV sendo os rios Jucu e Marinho os principais veículos da ocupação territorial naquele período.

Por outro lado os dados sobre a hidrografia da região de Duas Bocas são mais precisos sendo os principais rios o Panelas, o Naiá-açu, o Sertão Velho e o Pau Amarelo, constituindo uma microbacia bastante fragmentada conforme pode-se observar no **mapa 5**. A ampla oferta de água de boa qualidade fez de Duas Bocas

um importante polo de captação para abastecimento das cidades adjacentes da RMGV por muitos anos.



MAPA 5: Hidrografia da Reserva Biológica de Duas Bocas

Fonte: IEMA/GRN/Rebio Duas Bocas

2.1 Catequese, navegação fluvial e ocupação da *hinterlândia* capixaba

Saindo da então Vila do Espírito Santo (hoje Vila Velha) e estabelecendo-se na ilha atualmente denominada Vitória, a colonização portuguesa logrou chegar até onde atualmente se situa o núcleo histórico de Cariacica. A fundação da cidade que veio a se tornar a capital capixaba, de modo mui típico entre historiadores, é motivo de divergência entre Daemon e Teixeira. Para Basílio Carvalho Daemon a antiga ilha doada a Duarte Lemos foi de fato fundada como vila a 8 de Setembro de 1551 em comemoração a uma importante batalha vencida pelos colonos ali sediados, a que passaram referir-se como Vila Nova de Vitória.

Segundo Daemon, da Vila Velha do Espírito Santo, após investidas dos índios em que pereceram certo número de colonos, decidiu o donatário Vasco Coutinho pela transferência do núcleo povoador para um contraforte na ilha outrora doada a Duarte Lemos que naquele período encontrava-se abandonada uma vez que seu

proprietário havia-se debandado para Porto Seguro, na Bahia. A escolha da ilha deveu-se por sua abundância de água potável e devido a sua geografia oferecer melhores condições estratégicas para a defesa. Uma vez ali estabelecidos rebatizaram a ilha de *Santo Antônio* - conforme a havia intitulado Duarte Lemos- de Vila Nova, em contraposição à Vila Velha a que haviam abandonado na baía do Espírito Santo. Uma vez desembarcados, trataram de erguer um fortim e quatro engenhos, fazendo ainda plantações de vinhas e cereais e fomentando uma base econômica no cultivo da cana-de-açúcar em algumas localidades, construindo a típica empresa colonial agroexportadora do açúcar que tanto caracterizou os esforços de colonização do Brasil quinhentista pelos lusitanos ao mesmo tempo em que ensejavam uma agricultura de subsistência.⁶³ Além disso constituía-se na capitania do Espírito Santo uma estrutura comercial e uma base de produção concatenada a uma burocracia estatal notavelmente servida por funcionários do rei e que fazia interagir comerciantes e contratadores (importadores), feitores, fazendeiros produtores e exportadores de açúcar e aguardente numa rede de abastecimento e serviços da própria *comunidade portuária* sediada na ilha outrora de propriedade de Duarte Lemos.⁶⁴ A 8 de setembro de 1551, contudo, a vila sofre forte assédio dos índios e após renhido combate foram estes definitivamente vencidos e expulsos da ilha e em comemoração a tal evento teria sido esta rebatizada de Vila Nova para vila da Vitória, conforme salienta Daemon

Em atenção ao valor, brilhantes feitos, e gloriosa vitória que alcançaram os povoadores, ficando até hoje existente este nome, que por decreto de 2 de março de 1822, foi confirmado ainda na criação da cidade, antes Vila Nova, antiga ilha de Duarte Lemos e primitivamente ilha de Santo Antonio.

Mas José Teixeira de Oliveira situa a fundação de Vitória não em setembro de 1551 e sim em meados de março de 1550 pois desta data existe

Uma provisão passada por Antonio Cardoso de Barros, “Provedor-mor da Fazenda de El-Rey Nosso Senhor nestas partes do Brasil”, onde se lê: Faço saber aos que esta virem que por nesta Villa da Victoria Província do

⁶³ DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória, Typographia do Espírito-Santense, 1879. Arquivo Público Estadual do Espírito Santo Vitória-ES, 2003 p. 120.

⁶⁴ RIBEIRO, Luiz C. M. **O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (sec. XVI-XVIII)**. XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL CRISES ECONÔMICAS, CRISES SOCIAIS. Universidade Técnica de Lisboa – 19 e 20 de novembro de 2010 p.7. Disponível em << <http://www.iseq.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/LUIZ%20CLAUDIO%20RIBEIRO.pdf>>> Acesso em 23 jun. 2012.

Espírito Santo Capitania de Vasco Fernandes Coutinho...” Em março de 1550 já estavam, pois, oficializadas perante as autoridades do governo geral a existência e a denominação da Vila da Vitória. Aquela provisão lança por terra a tradição de que foi o triunfo alcançado pelos ilhéus a oito de setembro de 1551, sobre os silvícolas, que inspirou o nome de Vitória à povoação fundada na antiga ilha de Santo Antônio como o nome de Vila Nova- “por oposição ao nome de Vila Velha, com que se designava a vila do Espírito Santo”.⁶⁵

O cerne da discordância entre Daemom e Teixeira reside no fato de que este aponta a origem de Vitória na condição de povoado (povoação) abandonado por Duarte Lemos e tornado vila em 1550 sem qualquer relação com uma batalha vencida pelos colonos enquanto aquele assinala como referencial a condição de vila desde o desembarque dos portugueses tendo o nome apenas sido modificado após a episódica batalha com os índios. Polêmica à parte, a oficialidade aceitou desde o início da República a versão de que o 8 de Setembro constitui a data-marco da fundação de Vitória. Mas ainda que não seja o escopo deste trabalho, não nos parece inócuo oferecer uma contribuição a elucidação de tal polêmica pela simples contraposição das duas hipóteses a partir de uma percepção alternativa às fontes primárias disponíveis. Teixeira de Oliveira cita Soutahey para corroborar sua discordância para com Daemon ao aferir-se da dedicação religiosa da ilha à padroeira que ainda atualmente é venerada como padroeira na capital capixaba: “Chegado ao lugar de seu destino [a ilha], começaram os colonos a edificar uma vila, que tomou a invocação de Nossa Senhora da Vitória, antes de se pelejar a batalha”⁶⁶

Nesse sentido, pode-se inferir que nenhuma das duas conclusões (de Daemon e Teixeira) é inexata em seu aferimento histórico. A euforia dos colonos ilhados ante o rechaço que lograram impor ao assédio indígena sob a óbvia invocação da padroeira pode ter de fato conferido um laureamento ao episódio, eivado de apelos à Providência e de cuja conhecida relação de dádiva-e-contradávica comum ao catolicismo encontrou um significado convergente na dedicação da ilha a sua padroeira, concatenando de um lado a importância histórica da vitória militar aos gentios e de outro o apelo místico ligado à veneração a Nossa Senhora da Vitória, a

⁶⁵ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura, 2008 p. 66.

⁶⁶ SOUTAHEY, Robert. **História do Brasil**. (tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro, anotações do cônego J. C. Fernandes Pinheiro). Tomo I e II Rio de Janeiro: Garnier, 1862 [BPES]. p 69. In: DAEMON, B. C. op. cit. p 120-121.

religião teria servido assim como um *ethos* conciliatório que amalgamou a euforia coletiva e que seria a posteriori reconhecido na oficialidade cronológica da fundação da insular cidade.

A religiosidade era um dado marcante na sociedade lusitana quinhentista, e os homens que vieram para as terras capixabas eram notavelmente imbuídos de referências religiosas do catolicismo, por óbvio que a evangelização dos nativos constituiria elemento essencial no projeto colonizador. Ainda que não existam referências à presença de missionários religiosos dentre os cerca de 60 homens que vieram com Vasco Coutinho na primeira caravela, em 1535, é inegável que a Companhia de Jesus teve um importante papel a desempenhar nos primeiros dois séculos da ocupação do território brasileiro e no Espírito Santo a presença inaciana resultou na formação de aldeamentos e fazendas de subsistência para o pólo irradiador de colonização estabelecido na Ilha de Vitória, especificamente na Igreja de São Tiago, onde atualmente encontra-se o palácio governamental, oficialmente cognominado Palácio Anchieta.⁶⁷ É portanto digno de registro a atuação jesuítica na interiorização do projeto colonial na capitania do Espírito Santo.

Em Maricar, a cerca de cinco quilmetros da atual sede do município de Cariacica e a seis quilmetros da região de Duas Bocas, os jesuítas implantaram um engenho e também iniciaram a produo de algodão para autoabastecimento, sendo mesmo mencionado o esforço missionário católico na região com o soerguimento de um convento anexo ao qual teria funcionado um colégio para instruo dos catequisados; de igual modo em Cauira intentaram seus esforços missionários. Além de Maricar e Cauira há registros de engenhos de aucar na região denominada Roças Velhas e Ibiapava - onde em meados de 1966 uma expedio arqueológica liderada pelo pesquisador tcheco Doutor *Adam Orssich de Slavetich* fez importantes descobertas sobre o homem indígena do período colonial no estado do Espírito Santo a partir da prospeco de túmulos, os chamados “murundus”, ainda parcamente estudados no patrimônio arqueológico espírito-santense.⁶⁸

⁶⁷ Por decreto do Governador do Estado do Espírito Santo Jones dos Santos Neves, de 8 de Junho de 1945, o antigo Colégio Apostólico de São Tiago de Vitória, outrora Capela Nacional e posteriormente reconhecido por “Palácio do Governo” na vigência da ordem republicana, passou a ser denominado “Palácio José de Anchieta”. cf. DEMONER, Sonia Maria. **Os Jesuítas no Espírito Santo**. In: UFES, Revista de Cultura. Ano VI, n 19, Maio, 1981 p. 26.

⁶⁸ **Relatório Arqueológico do Espírito Santo**. In: UFES. Revista de Cultura. ANO VI-número 19. Março/Abril, 1981. p. 57-63.

Cumprir evidenciar que a partir do momento em que a insular Vitória afirmara-se como um pólo irradiador seguro para o colonizador português em terras capixabas, o adensamento para o interior da capitania privilegia o influxo migratório para a região de Cariacica e Viana, sendo contínua a posição defensiva do indígena à medida que a empresa colonizadora ganha terreno. Análogo à conquista territorial ao nativo no decorrer da ocupação, a ilha tornar-se-ia não apenas um bastião do homem branco como o núcleo da expansão do catolicismo na capitania sob a coordenação dos inacianos, notáveis defensores dos índios e ferrenhos opositores às tentativas de escravização destes por parte dos colonos. A coadunação de duas forças - o aparato econômico com a força material e militar, de um lado, e o aporte ideológico proporcionado pela religião, de outro - favoreceram sumamente o projeto colonizador a partir de um lugar geográfico privilegiado, seguro e, ao menos nos primeiros anos da ocupação, livre de pragas. De Vitória partiriam para a capitania adentro as iniciativas de integração do nativo à civilização cristã que se construía a partir de então no ambiente adverso do europeu. Utilizando-se da benevolência natural que oferecia caminhos naturais, jesuítas, colonos e índios flexíveis, aqueles arcando com as despesas de suas empreitadas, fundaram aldeias e residências às margens dos próprios rios pelos quais transitavam. Assim, durante as décadas de 1550 a 1580 verifica-se a expansão da presença jesuítica no Espírito Santo, na mesma proporção que aldeamentos eram fundados e os selvagens tornavam-se “mais dóceis e civilizados”.⁶⁹

Em Nova Almeida (Serra) ergueram o aldeamento em torno da Igreja e residência dedicada aos Reis Magos. Em Guarapari surge o aldeamento em torno da Igreja dedicada a Santa Ana, na atual cidade de Anchieta fundaram a aldeia de Reritiba que chegou a congregar cerca de cinco mil indígenas catequizados⁷⁰. Em todas essas aldeias estabeleceram uma extraordinária empresa catequizadora, pautada no trabalho e na disciplina e construindo um sistema de instrução que incluía o estudo e conhecimento da língua tupi. Além dos aldeamentos catequéticos na orla marítima, os jesuítas voltaram-se para as regiões interioranas; subindo os rios implantaram fazendas onde organizaram uma agricultura em moldes a permitir ao colégio de São Tiago a devida subsistência. Dessa forma, quatro fazendas

⁶⁹ BALESTRERO, Heribaldo L. **A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo**. Viana, 1979. In: DEMONER, S. M.. op. cit. p. 24.

⁷⁰ DEMONER, S.M. op. cit. p. 25.

jesuíticas destacam-se na historiografia capixaba: Muribeca (Itapemirim), Araçatiba (Viana, Vila Velha, Cariacica), Itapoca (Viana e Cariacica) e Carapina (Serra).⁷¹

Em Muribeca, no território hoje pertencente ao município de Itapemirim, para a banda sul do estado, a empresa jesuítica dedicou-se à criação de gado, chegando mesmo a possuir cerca de duas mil cabeças⁷². Atualmente ainda existe a antiga igreja ali erguida como capela, dedicada a Nossa Senhora das Neves. Em Araçatiba formou-se uma das maiores fazendas jesuíticas, produzindo também açúcar e contando com o braço de mais de oitocentos silvícolas catequizados. Maria Stella de Novaes afirma que para Araçatiba advinham neófitos até de Porto Seguro (Bahia) sendo congregados ali os tupiniquim e papanaz atraídos pelo tratamento condigno dispensado pelos inacianos ao nativo.⁷³ Gabriel Bittencourt, a partir de Daemon⁷⁴, também traz informações precisas sobre esta fazenda jesuítica:

Na realidade, ela [Araçatiba] representava um complexo de fazendas subdivididas em engenho de açúcar, quatro fazendas de gado e sete datas de terra, estendendo-se até a barra do Rio Jucu e a Ponta da Fruta. Compreendia, aproximadamente, dois mil alqueires de terra, cuja sede ficava localizada no atual município de Viana. Produzia açúcar em larga escala até a época em que foi sequestrada dos jesuítas, em 1760, por determinação da política do marquês de Pombal.⁷⁵

Em Itapoca, localizada em localidades hoje pertencentes a Viana e Cariacica, no século XVIII, os jesuítas formariam uma fazenda às margens do rio Formate (Fazenda Caçaroca) que destinava-se à produção de alimentos para o colégio de São Tiago (Vitória), produzindo sobretudo farinha de mandioca e legumes que conduziam à baía de Vitória pelo canal do Marinho que abriram para encurtar distância.⁷⁶ De fato, Auguste de Saint-Hilaire – citado por Levy Rocha- dá-nos dados mais precisos acerca dessa interferência no curso do rio efetivada pelos inacianos, pois se referiu a este canal quando excursionou pelas terras capixabas em 1818

⁷¹ BALESTRERO, H. L. op. cit. p. 69-70.

⁷² Ibid. p. 67.

⁷³ NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Fundo Editorial do Espírito Santo. Vitória, s/d. p. 198.

⁷⁴ DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória, 1879. p. 169.

⁷⁵ BITTENCOURT, G. A. de M. op. cit. p.114.

⁷⁶ Ibid. p. 113.

como Camboapina e apontou sua localização a partir do rio Jucu, logo abaixo da fazenda Caçaroca (Cariacica)⁷⁷

[...] Construído por volta de 1740 pelos jesuítas. Partia do Jucu, abaixo da fazenda Caçaroca. Atravessava Percembape e desaguava no rio Aribiri, donde tinha começo um aterro e calçamento de pedra até a baía de Vitória.⁷⁸

Heribaldo Balestrero dá-nos informação valiosa sobre Itapoca ao assinalar que o topônimo Itapoca significava na língua tupi *pedra lascada* (ita: pedra; poca: lascada), tendo a fundação dessa fazenda, a pouca distância da pedra do Moxuara, atribuída ao padre Domingos da Silva, em 1749.⁷⁹ De igual modo fornece-nos um dado de singular importância ao apontar que “a sede da povoação, onde existia a igreja, hoje desaparecida, estava no município de Cariacica, onde foi criada uma escola por [força da] Lei nº 04 de 19 de Julho de 1856”.⁸⁰ É curioso como apenas vinte anos antes de seu banimento da capitania, para encurtar a distância e interligar as fazendas de Araçatiba, Itapoca e Vitória, os laboriosos discípulos de Santo Inácio abriram um longo canal de 12 km de extensão ligando o rio Jucu à borda do manguezal de Cariacica para daí ser feita a travessia da baía de Vitória e se chegar ao núcleo urbano da ilha. Tal intervenção no curso do rio Jucu, segundo Sonia Demoner, constituiu o primeiro canal artificial aberto no país⁸¹ e demonstra como era pujante o trabalho missionário dos inacianos nas terras capixabas.

Já a fazenda de Carapina, de acordo com Demoner citando Heribaldo Balestrero, originou-se de uma doação de Miguel Pinto Pimentel aos jesuítas ocorrida “No tempo do padre Brás Lourenço e com a ajuda do padre Fabiano Lucena e do índio Maracaiaguaçu (Gato Grande)”.⁸² Ali fizeram construir uma residência e capela de pequenas dimensões. Essa fazenda era destinada à policultura e seus limites iam

⁷⁷ Infelizmente, conforme já dito, o mapa hidrográfico de Cariacica, disponível para consulta é pouco preciso; os rios da microbacia de Duas Bocas por exemplo, estão todos denominados como “Rio Duas Bocas”, enquanto na verdade o rio tem esse nome a partir da saída da ETA da Cesan, já fora dos limites da Reserva Biológica de Duas Bocas. Por outro lado, o “Canal Camboapina” assinalado no referido mapa não traz estabelecido nenhuma relação com o rio Jucu, lamentavelmente não titulado no esquema cartográfico.

⁷⁸ ROCHA, Levy. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo**. MEC/EBRASA, Brasília, 1972. p. 69-70.

⁷⁹ BALESTRERO, H. L. op. cit. p.72.

⁸⁰ Ibid. p.67.

⁸¹ DEMONER, Sonia Maria. **Os Jesuítas no Espírito Santo**. UFES, Revista de Cultura. Ano VI, nº 19, Maio, 1981 p. 26.

⁸² BALESTRERO, H. L. op cit. p. 70.

desde o rio da Passagem, em Maruípe até o início de Camburi⁸³. A antiga capela, dedicada a São João Batista, esteve de pé até o século XIX, tendo sido totalmente destruída pelo abandono e depredação de vândalos durante a década de 1980, persistindo apenas sua torre sineira e algumas paredes laterais. Em 1996, foi totalmente reconstruída a partir de registros fotográficos e atualmente é utilizada regularmente pela comunidade local para celebrações religiosas. Curiosamente, registra-se que este templo parece ter estado em ruínas também no século XVIII, após a expulsão dos jesuítas e uma data no seu atual arco central interno traz inscrito 1746 que seria a data de sua primeira reconstrução, tendo sido reformada ainda em 1870.

José Antonio Carvalho refere-se à fazenda de Carapina como aldeia de São João de Carapina e Basílio Daemon, citado pelo referido autor, dá sua construção como datada do século XVIII, quando foi na verdade reconstruída pela primeira vez e teria sido então mudado o padroeiro para São João, sendo que anteriormente teria sido dedicada a Nossa Senhora da Ajuda.⁸⁴ Destarte escreveu Daemon como havendo “Mudado o orago da igreja para S. João Batista, ficando a freguezia com o título de S. João Batista de Carapina.”⁸⁵

A catequese jesuítica balizou-se pela constatação dos missionários de que a maioria dos silvícolas que habitavam na costa falavam idioma semelhante, derivado do mesmo tronco linguístico, o tupi; e, grosso modo, puderam aproveitar tal conhecimento a favor da ação catequizadora que dirigiam aos nativos uma vez que diferentemente do idioma dos tapuias, o idioma tupi foi rapidamente sistematizado pelos jesuítas, até mesmo devido sua estrutura etimológica relativamente simples fundamentada na junção de termos. Conforme relacionou a poetisa Josefa Teles de Oliveira, na língua tupi os substantivos não recebem terminações especiais para indicar gênero e número, são invariáveis sobe este aspecto, sendo necessário para indicação do gênero apenas a posposição ao substantivo de sufixos invariáveis como *cunha* (fêmea) ou *apiguaua* (macho), ou ainda *Açu* (grande) e *Mirim* (pequeno).

⁸³ Ibid., p. 70 In: DEMONER, S. M. op. cit. p. 26 passim.

⁸⁴ Carvalho, José Antonio. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Expressão e Cultura. Rio de Janeiro, 1982. p. 91-93.

⁸⁵ DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória, 1879 p.309-310 In: Carvalho, José Antonio. op. cit. p. 91.

Acresce-se a relativa facilidade com que os colonizadores assimilaram o idioma tupi a característica essencialmente fonética desse idioma indígena, com palavras em geral monossilábicas oriundas de uma tradição oral.⁸⁶ Desse modo, a palavra Cariacica traduz-se pela união dos termos tupis “Cari” (branco) e “Jacica” (chegada, ou estada), considere-se que o “J” no português quinhentista, ainda impregnado de correspondências com o latim, tem som de “I”, daí derivando a palavra amoldada à fonética, “Cariacica”. Há referência historiográfica do significado do termo “chegada do branco” – Cari-Jacica, no idioma tupi- como a designação ao rio que percorre a região serrana da localidade.

Nesse sentido Cariacica pode significar mais precisamente “lugar onde o branco esteve” posto que a denominação fosse dada ao rio que percorre a região partindo da pedra do Moxuara, esta que é um maciço granítico que por muito tempo serviu de barômetro infalível para os autóctones, sendo ainda atualmente um marco natural para a ocorrência de precipitações que a hidrologia explica como chuvas orográficas e convectivas⁸⁷, e cujo nome, segundo uma versão muito corrente no município, deriva da impressão de navegadores franceses do século XVI que teriam associado a imagem do cume da pedra -envolto em nuvens- a um lenço branco (mouchoir, lenço/lençol teria dado origem ao topônimo). De todo modo, os indígenas por longo tempo referiam-se ao monumento natural como pedra-irmã e há relatos de que durante os períodos mais cruciais das batalhas pelo território serviu de abrigo a uns e outros em suas, tal qual, posteriormente, também escravos negros fugidios; o rio Cariacica afluía ricamente por entre a rocha e atualmente o lugar é eivado de lendas entre os moradores da região.

⁸⁶ OLIVEIRA, Josefa Teles de. **Cariacica Lendária..** Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo- Divisão de Documentação Capixaba).ES, 1999 p. 86.

⁸⁷ As nuvens se formam a partir da evaporação das águas dos rios e, a partir de então, vêm as chuvas. Todas as formas de umidade vindas da atmosfera e depositadas na superfície terrestre são conhecidas por precipitação na hidrologia, no que se incluem as chuvas como as mais importantes. Quanto ao tipo, as chuvas podem ser ciclônicas ou frontais; orográficas ou convectivas. As chuvas ciclônicas são originadas do deslocamento de massas de ar, comumente chamadas frentes-frias (ou quentes) que interferem provocando a condensação. Chuvas convectivas são comuns em regiões tropicais, onde massas de ar são aquecidas próximo à superfície e ascendem rapidamente, provocando condensações intensas e precipitações rápidas, fortes e típicas do verão. As chuvas frontais são em geral de baixa intensidade e longa duração e por seu turno as chuvas orográficas são provocadas pela ascensão de ar quente e úmido, ao longo de um obstáculo, como serras e montanhas onde o adensamento de gotículas dá-se antes da precipitação, geralmente em grande volume. Por ser região rica em mananciais, por muito tempo a pedra do Moxuara serviu de barômetro uma vez que o adensamento de nuvens em seu cume constituía num aviso de que a chuva (do tipo orográfica e convectiva) não tardaria. cf.: VALENTE, Osvaldo Ferreira & GOMES, Marcos Antonio. **Conservação de Nascentes: hidrologia e manejo de bacias hidrográficas de cabeceiras.** Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2005. p. 49- 52.

Assim, os cursos fluviais foram de grande importância, como o rio Marinho que, possuindo uma foz originalmente ampla, possibilitava o trajeto de pequenas embarcações através do antigo porto de Cariacica, este por sua vez constituído como um entreposto comercial que ligava a costa ao interior, sendo a principal via de trocas entre portugueses e índios uma vez que seu curso segue para oeste desaguando na baía de Vitória. Durante os séculos XVII e XVIII, numa objetiva relação com a empresa colonial portuguesa sediada na Ilha de Vitória, seriam estabelecidas fazendas jesuíticas em Itapoca, Maricarará e Roças Velhas, a população indígena capixaba seria paulatinamente reduzida e seus remanescentes retrocedendo para as regiões mais interioranas, de mata fechada e próximas a leitos de rios; sobrevivendo em paragens, praticando caça e pesca e mantendo uma estratégia de não-assimilação por meio do nomadismo. Desse modo, conforme nos aponta Leal Bezerra, os rios tanto serviam à sobrevivência do silvícola como à expansão do homem branco que lhe expropriava territórios

Veículos naturais, os rios Marinho-canal que liga o rio Jucu à baía de Vitória, a antiga Roças Velhas dos Jesuítas, lugar dos engenhos de Duarte de Lemos- Cariacica ou Carijacica e Santa Maria, interpuseram-se logo como passagens forçadas e propícias aos intentos de selvagens e colonizadores. [...] Os indígenas, em seu último reduto, se estabeleceram em Itanhenga, próxima ao rio e à mata, que se abraçam e se confundem.⁸⁸

A ocupação colonial de Cariacica foi formada por povoamentos esparsos *pari passu* a fundação de fazendas de gado e engenhos ali estabelecidos pelos jesuítas, donde se destaca o de Maricarará. Seria somente no século XIX que a imigração daria origem a núcleos de povoamento mais estruturados, no início da colonização da Capitania e a conquista da *hinterlândia*⁸⁹ capixaba teria como contrafortes os portos de Cariacica e Bubu, conformando núcleos também nas regiões de Areinha e Coanga, áreas de clima tropical, porém a 36 metros acima do nível do mar e, à época, dotadas de água potável de boa qualidade e em boa quantidade. Gabriel Bittencourt, citando José Teixeira de Oliveira e João Eurípedes Franklin Leal, afirma

⁸⁸ BEZERRA, O L. op. cit. p. 33.

⁸⁹ Hinterlândia ou *hinterland* (em alemão) literalmente significa a 'terra de trás' (de uma cidade ou porto). a palavra também se refere à parte menos densamente povoada de um país. Em geografia urbana *hinterlândia* de um porto é uma área geográfica (que pode corresponder a um município ou a um conjunto de municípios) servida por um porto e a este conectada por uma rede de transportes, através da qual recebe e envia mercadorias ou passageiros (do porto ou para o porto). Trata-se, portanto, da área de influência de uma cidade portuária que, por concentrar significativa atividade econômica, pode engendrar uma rede urbana constituída por centros urbanos menores.

que dez anos após o desembarque na Vila Velha a Capitania contava com um total de sete engenhos que chegaram a produzir mil arrobas anuais, produção esta que possibilitava à reduzida e heterogênea população cristã estabelecida no litoral auferir lucros na medida em que se intensificou um comércio com a metrópole e o principal domínio português na África, Angola.⁹⁰

De fato, durante o breve período em que a capitania não foi palco de conflitos acirrados entre colonos e nativos, houve franca prosperidade. O açúcar continuou sendo a menina dos olhos da economia colonial em terras capixabas, confirmando na Capitania de Vasco Coutinho a opção lusitana em transformar a colônia num amplo empreendimento agrícola para abastecimento interno e exportação de excedentes de açúcar e aguardente – além de madeiras, farinha de mandioca e outros produtos locais – o que por seu turno influenciou na fixação litorânea dos primeiros séculos da ocupação e no modo de expansão econômica.

Como bem demonstrou Buarque de Holanda “Os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terra adentro receosos de que com isso se despovoasse a marinha”⁹¹ e, grosso modo, o projeto colonial português já trazia implícito nas próprias cartas de doação das capitanias as orientações específicas quanto à preferência pela edificação de povoados nas regiões próximas ao mar e aos rios navegáveis.⁹²

Posam per sy fazer villas todas e quaisquer povoações que se na dita terra fizerem e lhes a eles parecer que ho devem ser as quaes se chamaram villas e terem termo e jurdiçam liberdades e insignias de villas segundo foro e costume de meus Regnos e esto prêm se entenderaa que poderam fazer todas as villas que quizerem das povoações que estyverem ao lomgo da costa da dita terra e dos rios que se navegarem porque per demtro da terra fyrm pello sertam as nam poderam fazer menos espaço de seis legoas de terra de termo a cada uma das ditas villas e ao tempo que hasy fizerem as ditas villas ou cada huma dellas lhe limitaram e asynaram loguo termo pera ellas e depois não poderam da terra que asy tiverem dada por termo fazer mais houtra Villa sem minha licença.⁹³

⁹⁰ OLIVEIRA, José Teixeira de. **Historia do Espírito Santo**. 2 ed. Vitória, ES, 1975 p.90 & **CUCA**, nº 0, Fev. 1977. p. 27-29 In: BITTENCOURT, G. A. de M. op. cit. p. 108.

⁹¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. IN: **Intérpretes do Brasil**/ coordenação, seleção de livros e prefácio, Silviano Santiago. - 2 ed. Vol. 3. Biblioteca luso-brasileira, série brasileira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar: 2002. p. 1007.

⁹² Ibid.

⁹³ CHORÃO, Maria José B. **Doações e Forais das Capitanias do Brasil: 1534-1536**. Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Portugal/Lisboa, 1999 p. 77: Possam por si fazer vilas todas e quaisquer povoações que se na dita terra fizerem e lhes parecer que o devem fazer, as quais se chamarão de vilas e terão termo e jurisdição, liberdades e insígnias de vilas segundo foro e costume de meus Reinos, e isto porém se entenderá que poderão fazer todas as vilas que quizerem das povoações que estiverem ao longo da costa da dita terra e dos rios que se navegam. Porque por dentro da terra firme, pelo sertão, as não poderão fazer menos espaços de seis léguas de uma da outra para que possam ficar ao menos três léguas de terra de distância a cada uma das ditas vilas; e

Essa preferência pelo litoral se manteve sobremaneira até o século XVIII quando a ocorrência de metais preciosos nas regiões mais interioranas das Minas Gerais levou a uma transformação na dinâmica na ocupação territorial brasileira. Por seu turno, Cariacica, em que pese todas as dificuldades, surgiu como um continuísmo da orientação quinhentista lusitana de ocupação via navegação fluvial e interligação à região costeira.

2.2 Cariacica no contexto ulterior à expulsão dos jesuítas: estagnação populacional

Foi severamente executada em todo o Brasil a ordem emanada do Alvará pombalino que expulsava a Ordem Jesuítica das colônias portuguesas. Em todas as Capitanias os colégios até então bem administrados pela companhia inaciana foram fechados. De igual modo, as escolas que os jesuítas geriam foram transformadas em “Escolas Régias”.⁹⁴ No Espírito Santo o banimento dos inacianos resultou em consequências negativas para o sistema de Instrução, de tal modo que quando Auguste de Saint-Hilaire, ao referir sobre o panorama educacional que encontrou na antiga Capitania após a expulsão dos inacianos, foi categórico em dizer que

Depois da expulsão da Companhia de Jesus, não se encontrou ninguém que fosse capaz, seja por preceitos, seja por exemplos, de propagar alguns ensinamentos entre os habitantes da província, quase abandonada, do Espírito Santo, e a terrível tirania dos governadores contribuiu ainda mais para sua decadência.⁹⁵

A própria Muribeca, uma vez despojada do aporte educacional inaciano, só viria a ter sua primeira escola em 1874⁹⁶. Os bens da Companhia de Jesus na capitania do Espírito Santo, por sua vez, inclusive propriedades agrícolas – exceto as igrejas e os colégios- foram devidamente confiscados; os itens de valor material relevante,

ao tempo que assim fizerem as ditas vilas ou cada uma delas lhe limitarão e assinarão logo termo para elas e depois não poderão da terra que assim tiverem por termo fazer mais outra vila sem minha licença. (transcrição e grifo nosso).

⁹⁴ BALESTRERO, Heribaldo L. op. cit. p. 86.

⁹⁵ HILAIRE, Auguste de Saint. **Segunda Viagem ao Interior do Brasil: Espírito Santo**. (tradução de Carlos Madeira). São Paulo, Companhia Editôra Nacional: 1936. p. 22.

⁹⁶ BALESTRERO, H. L. op. cit. p. 73.

inclusive escravos, foram levados para o Rio de Janeiro, onde permaneceram à disposição do governo metropolitano e foram, afinal, leiloados em 1782 arrecadando no total uma quantia de 4.441\$500 (quatro contos, quatrocentos e quarenta e um mil e quinhentos réis).⁹⁷ Com a expulsão dos jesuítas, os aldeamentos e fazendas que antes prosperavam entraram em franca decadência. Já não havia, no século XVIII, a demanda desesperada pela pacificação do indígena por parte da empresa comercial portuguesa, como era no início da colonização, e os silvícolas que por quase trezentos anos haviam sido protegidos e instruídos nos princípios da fé católica pelos disciplinados missionários da Cia. de Jesus ficaram doravante entregues a funcionários do estado ou a um clero regular não raro composto por homens destituídos de sincera vocação para uma vida religiosa ou sacerdotal condignas e de notória licenciosidade moral.

A extraordinária máquina administrativa montada pelos jesuítas em seus aldeamentos, alicerçada no apostolado da educação e na disciplina bem como na proteção do silvícola converso, não estava alheia às vicissitudes de seu contexto social e histórico; mas era, sem dúvida, o melhor que uma Europa colonizadora podia oferecer a uma nação de conquistados no Novo Mundo. A despeito de qualquer intenção pacificadora que porventura estivesse por detrás da conversão do índico, pacificando-o e permitindo o avanço da conquista, não se pode deixar de reconhecer o extraordinário empenho dos inicianos em preservar o silvícola da sanha escravocrata dos colonos e a maneira intransigente com que defendiam-nos.⁹⁸

Conforme testemunhou o viajante naturalista Auguste de Saint-Hilaire, francês que visitou Muribeca cerca de 50 anos depois da expulsão dos jesuítas, os aldeados foram abandonados à própria sorte e muitos terminaram na indigência. Ao comparar a realidade decadente ao passado de florescimento daquela antiga fazenda jesuítica, constatou a triste realidade que se estabelecera a partir de 1760 com o afastamento daqueles que tanto haviam brigado pela preservação física e moral de

⁹⁷ BALESTRERO, H. L. op. cit. p. 92.

⁹⁸ É emblemático o caso do jesuíta Padre Antonio Dias que se negou, em 1594, a entregar índios aldeados aos portugueses que pretendiam escravizá-los. Os jesuítas de fato brigavam pelos índios e os assistiam na medida de suas forças. Isso não raro levou a antagonismos entre a Companhia de Jesus e o projeto de colonização na montagem da empresa açucareira que se instalava na América portuguesa. cf.: BALESTRERO, H. L. op. cit. p. 91.

seus catequizandos “tratados como escravos, condenados a rudes trabalhos, os índios foram aniquilados ou se dispersaram.”⁹⁹

Do ponto de vista do poder despótico ilustrado português o expurgo da influência jesuítica foi um sucesso, não há referências de qualquer reação de vulto ante a determinação do banimento da Ordem dos domínios portugueses e no caso específico do Espírito Santo observa-se a completa subserviência dos inacianos ao cumprimento do Alvará pombalino. Mas do ponto de vista dos nativos indígenas que tinham no evangelismo jesuítico um porto seguro ante a sanha escravizadora que a ordem econômica da empresa colonial impunha, tal ato foi um verdadeiro desastre que se arrastaria por mais de um século e encontraria seu último e trágico capítulo a guerra que visava o extermínio dos índios botocudos, cujos poucos sobreviventes seriam vistos em terras capixabas ainda na primeira metade do século XX.

Gabriel Bittencourt, tomando ainda por base as impressões do naturalista francês Hilaire, evidencia bem o contraste entre a efervescência dos antigos aldeamentos administrados pelos jesuítas e a decadência que se verificou sob as administrações coloniais e, posteriormente, dos próprios governadores da Província no contexto pós-independência

Eram obrigados a trabalhar na “Estrada de Minas”, no hospital de Vitória, ou na “nova Vila de Viana”, mal alimentados e, às vezes, sem remuneração. Aqueles que se recusassem a essa tirania eram amarrados à Villa de Vitória, e muitos sucumbiram em meio aos rudes trabalhos a que os haviam condenado. Ao tempo dos jesuítas, contavam 3700 índios que ficaram reduzidos para apenas 1200. ao tempo de Saint-Hilaire.¹⁰⁰

Expulsos os jesuítas, Cariacica permaneceria por longo tempo ao gosto da ocupação esporádica de colonos que afluíram para tomar posse das antigas fazendas por aqueles erigidas, como as de Maricarará, Itapoca, Roças Velhas e Cauíra. Dentro da lógica ocupacional dos dois primeiros séculos do Brasil Colônia, o privilegiamento do litoral sobretudo em virtude da proximidade com o mercado externo aliado ainda com as dificuldades advindas da baixa oferta de capitais para o empreendimento colonizador no Espírito Santo terminou por caracterizar a formação

⁹⁹ HILAIRE, Auguste de Saint. **Segunda Viagem ao Interior do Brasil: Espírito Santo**. (tradução de Carlos Madeira). São Paulo, Companhia Editôra Nacional: 1936. p. 20.

¹⁰⁰ HILAIRE, Auguste de Saint. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. (tradução de Milton Amado). Belo Horizonte: Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1974 p. 20. In: BITTENCOURT, Gabriel A. de M. op. cit. p. 101.

populacional mais ao interior em torno das fazendas jesuíticas interligadas com a ilha de Vitória, para o colégio de São Tiago, utilizando-se para o transporte e escoamento econômico os cursos fluviais disponíveis. O posterior banimento da Companhia de Jesus e o encerramento da experiência frutuosa dos núcleos de aldeamento e fazendas dessa Ordem religiosa terminaram por prejudicar um potencial de formação populacional no interior da Capitania e confirmou-se a tibieza ante a exuberante Mata Atlântica que somente seria atravessada de fato num contexto da imigração e da posterior expansão da economia industrialista inserida na lógica do capitalismo moderno.

Assim, ao fim da era colonial (1815), Cariacica, enquanto uma antiga extensão do projeto ocupacional emanado da ilha de Vitória, consistia num conjunto de pequenos povoados onde ainda subsistiam cerca de quatro engenhos de açúcar de grande porte e dez de pequeno porte totalizando quatorze núcleos produtores de açúcar; e ainda nas proximidades de Viana, compreendendo a foz do rio Cariacica e o porto de Itacibá, remanesciam outros vinte engenhos açucareiros de grande porte e doze de pequeno porte. Em 1816 um relatório do Governador da Capitania, Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira nos dava um panorama aproximado do quadro humano de Cariacica com o número aproximado dos moradores em 2.186 habitantes, usando 345 moradias.¹⁰¹

2.3 Imigração e Emancipação política no período monárquico: freguesia de Cariacica

A região onde atualmente delimita-se o município de Cariacica permaneceu como um conjunto de povoados de pouca amplitude devido ao ocaso provocado após a expulsão dos jesuítas. O quadro de estagnação populacional se arrastou até o século XIX quando o implemento da imigração europeia à região faria mudar tal panorama. Em 1833, cerca de 400 europeus, oriundos da Pomerânia em sua maioria, seriam emigrados para Cariacica a fim de servir de mão-de-obra disponível

¹⁰¹ cf.: “Relatório Rubim”. **Arquivo Nacional**-Códice 602, vol. 4. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. op.cit. p. 525-526.

na manutenção da estrada que passava a ligar Vitória a Minas Gerais¹⁰². A vinda desses primeiros quatrocentos pomeranos para Cariacica foi o resultado de um contrato firmado entre o governo da Província do Espírito Santo e as famílias de imigrantes que desejavam emigrar e posteriormente, a partir de 1865, novas levadas de imigrantes europeus viriam a afluir para Cariacica, contudo não mais diretamente da Europa e sim das colônias de imigrantes de Santa Leopoldina e Santa Isabel e as regiões adjacentes a Duas Bocas começaram a ser colonizadas por imigrantes europeus e seus descendentes, com a instalação de famílias em Biriricas e Pau Amarelo e uma singular leva de imigrantes holandeses se estabeleceria nas proximidades e ajudaria a formar o núcleo populacional de Nova Holanda.¹⁰³ De igual modo, o elemento negro também veio a consolidar a contribuir para a formação humana de Cariacica, em uma economia assentada na base agrária que se utilizava da mão de obra escrava concomitante ao do imigrante, em 1878, dez anos antes da Lei Áurea, 22% da população cariaticuense era constituída de escravos de origem negra¹⁰⁴. Desse modo, concluímos que fortalecimento de uma economia agrária, o adensamento populacional e a constituição de uma classe senhorial emergente foram fatores primordiais no processo de emancipação política de Cariacica. Assim, a antiga povoação foi elevada a condição de freguesia por um ato normativo do presidente da província José Thomas Nabuco de Araújo, a 16 de Dezembro de 1837, ainda no vigor da experiência Regencial¹⁰⁵, fazendo de Cariacica termo da capital embora não possuísse Igreja-Matriz em sua sede política o que a Lei nº 06 de 1839 autorizou a que se fizesse “mandar construir”. No termo de Vitória foram estabelecidas três freguesias: Vitória, Carapina e Cariacica.¹⁰⁶

Igual importância teve a religião. No início do século XIX as antigas propriedades jesuíticas estavam em mãos de particulares e a assistência religiosa cabia a padres do clero regular que, em última instância, eram funcionários designados pelo governo monárquico para as paróquias. Mas ao longo do período monárquico além dos clérigos regulares que coordenavam os aldeamentos imperiais (outroa aldeamentos jesuíticos) ou atendiam nas paróquias havia também a presença de

¹⁰² BEZERRA, O. L. op. cit. p. 43.

¹⁰³ Ibid. In: Caderno Municípios Capixabas. **A GAZETA**. Vitória, p. 8. 12 set. 1994.

¹⁰⁴ MARQUES, Cesar A. **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878. Vitória-ES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2003. p. 24 In: Caderno Municípios Capixabas. **A GAZETA**. Vitória. p. 8. 12 set. 1994.

¹⁰⁵ O período regencial iniciou-se em 1831 com a abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro e encerrou-se em 1840 com o golpe da maioria que elevou ao trono D. Pedro II.

¹⁰⁶ BEZERRA, O. L. op. cit. p. 55.

religiosos que não permaneciam ligados aos serviços de uma determinada diocese mas que pregavam em missões itinerantes constituindo o chamado clero missionário, cujos padres e religiosos muitas vezes percorriam léguas e léguas para atender os fieis onde eram solicitados durante todo o ano.¹⁰⁷ Desses missionários itinerantes sabemos do trabalho em terras capixabas de frei Ubaldo de Civitela de Trento que desempenhou importante papel na emancipação política de Cariacica. Ainda que a Constituição de 1824 reconhecesse o catolicismo romano como a religião oficial do Estado brasileiro e o soerguimento de uma Igreja Matriz fosse pré-requisito para a aquisição do *status* de freguesia reconhecido, a Igreja de São João Batista de Cariacica, a exemplo de muitas outras, não contou com qualquer subvenção estatal para sua construção; tendo sua construção sido mérito exclusivo da abnegada doação dos fieis e do empenho de frei Ubaldo de Civitela, companheiro de missões do também frei Gregório José Maria de Bene, cuja lembrança é a de construído a majestosa Igreja de São José do Queimado¹⁰⁸, na Serra, e que terminou por ser responsabilizado¹⁰⁹ por uma efêmera revolta de escravos ocorrida naquela região.¹¹⁰

A diligência de frei Ubaldo em Cariacica, por outro lado, fora melhor sucedida: no planalto em que se estabelecera um povoado que daria origem à urbe de Cariacica-sede e onde a vida política e social passou a girar em torno do templo dedicado a

¹⁰⁷ DEMONER, Sonia Maria. **A Presença de Missionários Capuchinhos no Espírito Santo-Século XIX.** Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983. p. 115.

¹⁰⁸ Atualmente em ruínas.

¹⁰⁹ Frei Gregório José Maria de Bene, apesar de seu trabalho laborioso, lamentava já em 1848, em cartas ao presidente da Província, estar sendo vítima de invejosos que o caluniavam na tentativa de o expulsarem da Freguesia de Queimados. Por outro lado, como em todo o Brasil, eram comuns no Espírito Santo no século XIX motins de escravos, posto que almejassem em qualquer instância a liberdade. Em julho de 1822, ainda antes da Independência houve um levante de cativos na Serra. Em Outubro de 1827 há registro de uma revolta de cativos em São Mateus que demandou grande esforço das autoridades provinciais para ser dominado. A insurreição dos escravos pretos de São José do Queimado foi um dentre vários levantes, e tem a peculiaridade de ter envolvido o nome de um missionário italiano em terras capixabas com um problema típico da escravatura. cf. DEMONER, Sonia Maria op. cit. p. 122 e 131.

¹¹⁰ Por ocasião do levante de escravos lá ocorrido, Frei Ubaldo de Civitela, juntamente com seu confrade da ordem dos capuchinhos, Frei Gregório José Maria de Bene, foi também apontado por suspeição de incitar à insurreição a escravaria negra na província do Espírito Santo. Não havia sido concluída ainda a matriz de São João Batista quando chegou ordem expressa das autoridades seculares locais para que Frei Ubaldo fosse levado à prestar esclarecimentos na côrte. A 16 de junho de 1850 frei Ubaldo, já bastante adoecido, perecia de febre amarela, e um ano depois ficava pronto o templo pelo qual tanto esforço empreendera o ardoroso franciscano em terra cariaciquense. Sobre o assunto, consultar os seguintes autores: Afonso Cláudio- **Insurreição do Queimado. Episódio da Historia da Província do Espírito Santo**; F. Eugenio de Assis- **Levante dos Escravos no Distrito de S. José do Queimado**; Wilson Lopes de Resende- **A insurreição de 1849 na Província do Espírito Santo**; Maria Stella de Novaes- **A Escravidão e a Abolição no Espírito Santo.** cf. DEMONER, Sonia Maria. op. cit. p. 131-132.

São João Batista, a recompensa política viria com a consolidação da mudança de categoria de povoado para vila. O planalto onde se construía a Igreja Matriz, até então conhecido como Morro da Água Fria -devido a uma fonte que ali fazia brotar uma água límpida e fresca- passou a ser o Morro da Igreja, cujo soerguimento constituiu um divisor de águas na evolução da municipalidade cariaciquense, pois foi em torno da vida social estabelecida na praça do Morro da Igreja que importantes decisões políticas passariam a ser engendradas culminando na emancipação política plena de Cariacica. Desse modo, o empenho abnegado de um frei italiano consignado à ampla participação popular –o povo em procissões carregara pedras para a construção do templo- convergira interesses em dois aspectos: de um lado aos missionários a promoção da evangelização num país onde o custo moral pela expulsão dos jesuítas há pouco mais de cem anos resultara num clero regular que era notoriamente displicente e, por vezes, avocacionado; e de outro, a importância para a classe senhorial local de se ter um templo religioso apontando para a autonomia política no contexto de um sistema em que Igreja e Estado estavam consignados e a circunscrição eleitoral era mensurada pelas paróquias.¹¹¹

A autonomia política formalizada nos pleitos não existia senão como um apêndice do poder imperial ao qual estava permanentemente apensada a autoridade do presidente da província e as eleições durante a maior parte do período monárquico deviam ocorrer obrigatoriamente nas estruturas físicas da Igreja, especificamente no templo matriz, situado na praça central da urbe e de onde emanavam decisões de poder que inexoravelmente iam subordinar-se ao Imperador e seu Conselho de Estado. Somente no canto do cisne da monarquia ensaiava-se um aperfeiçoamento do sistema eleitoral de modo a garantir uma maior independência a votantes e eleitores¹¹² mas a precipitação do 15 de Novembro de 1889 vinha por a termo a

¹¹¹ ESPÍRITO SANTO (província). 1 Vice-Presidente da Província do Espírito Santo (1863-1865: Eduardo Pindahiba de Mattos). **Relatório apresentado à assembleia legislativa provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864**. Victoria, Typographia Liberal do Jornal da Victoria, 1864. p. 16 et. Seq.. Disponível em << . <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>> Acesso em 15. Jun. 2012.

¹¹² A Constituição de 1824 estabelecia votação censitária em dois níveis essenciais, os votantes elegiam os eleitores que por seu turno escolhiam os representantes das casas legislativas no âmbito local, provincial e para o parlamento imperial. As freguesias deveriam possuir uma Igreja Matriz para servir também de local de votação nas eleições censitárias o que não raro resultava em conflitos entre Igreja e Estado. O Decreto 9.790 de 17 de Outubro de 1888 reformou o sistema eleitoral monárquico, dentre as inovações, impunha como requisito a cota mínima de 21 eleitores alistados por freguesia, estas deveriam estar providas de um pároco residente e cabia ao presidente da província determinar o local a servir de “casa de eleição”, não sendo mais obrigatório os pleitos darem-se no recinto das igrejas. Todavia, devido a falta de estruturas não raro continuaram sendo escolhidas para

experiência monárquica no Brasil e ensejaria um novo pacto entre os poderes locais e central, doravante as províncias passando a ser estados de uma federação não se subordinariam mais a um centralismo sufocador das aspirações de suas elites agrárias que até então viam-se restritas a participações periódicas na representatividade e sob o espectro da intervenção demissionária do imperador. Considerando tal conjectura, percebe-se que a evolução política de Cariacica agenciada pela apropriação do poder por uma classe senhorial agrária e escravocrata - que na esfera nacional terminou por sancionar a deposição da monarquia - encontraria seu conagraamento no novo regime instaurado e que trazia em seu bojo ideológico o federalismo inspirado da experiência norte-americana, o que na prática era a garantia de ampla autonomia ao poder local, controlado pelos coronéis.

2.4 Emancipação política no período republicano: Vila de Cariacica

Em que pesem as elucubrações emancipacionistas que sacudiram o período regencial (1831-1840), a centralização monárquica terminaria por se impor e pacificar o país por mais de cinquenta anos - sendo quarenta e nove destes só no Segundo Reinado- garantindo sua integridade territorial e soberania política frente às demais nações sul-americanas, alicerçada na economia agroexportadora e no trabalho escravo. O Segundo Reinado começara com um golpe que promovera a antecipação da maioria de Dom Pedro II e terminaria por meio de outro golpe, encabeçado por alguns oficiais do Exército influenciados, consciente ou fortuitamente, por entusiastas de um positivismo republicano que via nos Estados Unidos da América o paradigma de nação a ser emulada no sul do continente.

A partir do terceiro quartel do século XIX a monarquia começara a dar sinais de desgaste político, o excessivo centralismo na pessoa do Imperador, cuja prerrogativa do uso do Poder Moderador lhe garantia o status de reinar e governar,

casas eleitorais as estruturas das paróquias. Numa das últimas eleições ocorridas na província do Espírito Santo durante a monarquia, a 26 de Dezembro de 1888 foram determinadas para recinto eleitoral a Matriz da freguesia de São José do Queimado (Serra) e a escola pública de Itanguá na freguesia de São João Batista de Cariacica. cf.: ESPÍRITO SANTO (província). Presidente da Província do Espírito Santo (1887-1888: Antonio Leite Ribeiro de Almeida). **Relatório apresentado à assembleia legislativa provincial do Espírito Santo na abertura da primeira sessão da 28ª Legislatura em 9 de julho de 1888.** Victoria, Typographia do Espírito-Santense, 1888.p. 26. Disponível em << . <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>> Acesso em 15. Jun. 2012.

ainda constituía uma atípica forma de exercício num sistema que se pretendia uma monarquia parlamentar à maneira inglesa, ainda que, na prática, o sistema eleitoral fosse pleno de vícios que degeneravam para eleições fraudadas. E de fato, a própria degenerescência da saúde do monarca parecia manifestar-se também na parcimônia com que o próprio sistema se mostrava ante a necessidade de reformar-se e adaptar-se a um processo de transformações que começavam a se delinear no horizonte da sociedade brasileira desde a vitória na Guerra do Paraguai (1865-1870) e o paulatino avanço da mão de obra livre imigrante.

A vitaliciedade do Senado exemplificava bem como se mostrava cada vez mais inadequado para uma base social privilegiada pela manutenção do trabalho escravo o centralismo político e os limites que o regime impunha ao exercício do poder local em suas respectivas bases. O centralismo fora tolerado pelas elites agrárias numa constante contradição com as medidas liberais defendidas pelo círculo pessoal do Imperador, essa esquizofrenia do regime encontraria seu ápice no 13 de maio de 1888 quando lancetou-se o último golpe na sustentação social do regime monárquico com a abolição da escravatura.

A República não foi, portanto, instituída no Brasil como resultado de uma aspiração das massas populares que teriam impelido forças tradicionais (clero e exército) a se aliarem a um incipiente partido republicano e a arautos de um excêntrico apostolado positivista para depor um governante idoso e que se manteve inerte diante da insubordinação de alguns de seus oficiais, muito pelo contrário, foi a defecção final da antiga elite escravocrata ante a passividade da família real que determinou um novo rumo para o país. Se durante a monarquia os presidentes das províncias não tomavam interesse realmente ativo na administração uma vez que eram demissíveis *ad nutum*¹¹³, permanecendo como que reféns dos caprichos do gabinete que estivesse no poder, no novo regime teriam papel imprescindível na administração. Com a República o Poder Executivo local ganhou corpo, consistência e continuidade e desse modo “A autonomia dos estados possibilitou certa autodeterminação política e administrativa. [...] os governos, enfim, eram locais, conhecedores das necessidades de seus territórios.”¹¹⁴

¹¹³ Literalmente “A um aceno de cabeça”. Essa expressão latina comum no direito administrativo corresponde a uma decisão que pode ser tomada pela autoridade competente, por seu simples arbítrio, sem necessidade de maiores formalidades.

¹¹⁴ DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1965. p. 165.

O ideário federalista, descentralizador, ainda que fosse uma reivindicação de letrados que viam com paixão o exemplo bem-sucedido nos Estados Unidos da América, terminaria por servir de instrumento de fortalecimento ao poder das elites locais escravocratas da véspera que após um breve prelúdio de uma “República da Espada” se revezariam no poder incólumes até a Revolução de 1930. Como bem salienta Emília Viotti da Costa citando Oliveira Viana

O movimento em favor da descentralização e da federação que se acentuava a partir de 1868 fora decorrente da indignação dos políticos contra a interferência do poder central. A partir do momento em que o ideal federativo começou a figurar entre as aspirações das nossas elites políticas, a Monarquia estava condenada a ver desenvolver a seu lado o mais prestigioso elemento do sistema de forças que haveria de destruí-la.¹¹⁵

Cariacica nasceu, enquanto ente político autônomo, da inspiração federativa dos primeiros momentos da República no país. A 11 de novembro de 1890 às vésperas de completar um ano de instaurada a nova forma de governo era feita a emancipação da municipalidade cariaticuense, confirmada no Decreto nº 57 de 25 de novembro daquele mesmo ano elevando a condição de vila a antiga freguesia e estabelecendo sua sede na praça da Igreja Matriz de São João Batista. A 30 de Dezembro de 1890 oficializou-se a instalação da Intendência e da Câmara Municipal de Cariacica.¹¹⁶

Cerca de 355 anos após o desembarque dos portugueses na prainha em Vila Velha, a condição de vila conferia autonomia política, com administração própria. Concatenado ao ideário federativo da República Velha, não deixou sua classe representativa de homenagear o proclamador da República, passando assim a praça da Igreja a chamar-se praça Marechal Deodoro da Fonseca, designação oficial que mantém ainda. De maneira muito singular, Cariacica avançava na autonomia política antes mesmo da própria capital do estado uma vez que a instituição da Intendência de Cariacica, com sua sede, sua Câmara e seus *governadores*¹¹⁷ antecedeu a da própria capital do estado, que só ocorreria no

¹¹⁵ VIANA, Oliveira. (1885-1951). **O ocaso do Império**. 2. Ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. p 47
In: COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9 ed. São Paulo, UNESP: 2010. p. 410-411.

¹¹⁶ CARIACICA EM DADOS: indicadores socioeconômicos./Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC). Vol. Único, (ago. 2011). FLORINDO, Matusalém Dias de Moura; BORGES, Maria Souza. 2011 (org.) p. 2011.

¹¹⁷ A nomenclatura político institucional da República Velha denominava *Intendência* o que atualmente conhecemos por Prefeitura. A *Câmara dos Governadores* por seu lado era o equivalente hodierno à Câmara Municipal, não havia o termo vereador, os integrantes das Câmaras eram todos

governo de Jerônimo de Souza Monteiro por meio da Lei Municipal número 528 de 14 de dezembro de 1908 que instituiu a intendência de Vitória, ratificada pelo Decreto nº 243 do ano seguinte, com a implantação da Câmara e a nomeação de Ceciliano Abel de Almeida o primeiro intendente (prefeito) da cidade de Vitória.¹¹⁸ A primeira referência a delimitação dos distritos da vila de Cariacica após 1864, já na era republicana, dá-nos Omyr Bezerra referindo-se ao Decreto da Câmara Municipal nº 25 de 9 de agosto de 1912 quando assim estavam determinados os limites da vila e seus distritos:

DISTRITO DE CARIACICA: começava na foz do rio Cariacica até a estrada do Sertão Velho, e por esta até a Duas Bocas, até a situação de Izidoro Brandão, daí pela estrada do Destacamento, até a situação dos herdeiros de João Pinto da Vitória, seguindo até o morro de Antonio e as Pedrinhas, prosseguindo ainda pelo córrego até Calamba, descendo esse rio até o Santa Maria e o seguindo até a foz do rio Cariacica.

DISTRITO DE DUAS BOCAS: do rio Cariacica, onde é atravessado pela estrada do Sertão Velho, ao morro do Encantado, e deste ao rio Formate, seguindo-o até o córrego do Alegre, e por este aos terrenos da sesmaria de Pau Amarelo, do governo do estado, contornando-os para alcançar a cachoeira de Pedro Gonoring, e daí pelo rio Braço até o Boqueirão, prologando-se pelos terrenos dos herdeiros de Deocleciano Sarmento, estendendo-se ao morro do Carrapato. Desse morro à Boa Vista, na situação dos herdeiros de Belmiro Rodrigues e João Pinto da Vitória. Dessa situação ia à estrada do Destacamento, que seguia até a propriedade dos herdeiros de Izidoro Brandão, acompanhando a estrada de Duas Bocas, Sertão Velho, até encontrar o rio Cariacica.

DISTRITO DE SÃO PAULO: dos terrenos do governo do estado em Pau Amarelo, contornando os mesmos até a cachoeira de Pedro Gonoring, daí seguindo pela estrada que vai às cabeceiras do [rio] Biriricas. Descendo então por esse rio até as divisas de Viana, hoje Jabaeté, seguindo a linha divisória, alcançando o rio Formate e o córrego Alegre até Pau Amarelo.

DISTRITO DE ITAPOCA: pelo divisor das águas do rio Formate, atingindo o morro do Encantado, e deste ao rio Cariacica, no ponto em que atravessa a

governadores, governavam a municipalidade por meio de um representante que lhes era como um primeiro entre iguais, o intendente (prefeito) também este um governador. Tudo isso caracterizava bem a colegialidade oligárquica da primeira República num claro contraste ao centralismo do regime predecessor.

¹¹⁸ NOVAES, Maria Stella de **O Presidente Jerônimo de Souza Monteiro: pequenos estudos sobre administradores brasileiros**. Vitória, ES: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1960 p. 48.

estrada do Sertão Velho, descendo com esse rio até a ponto da estrada de ferro Diamantina, no Bubu, seguindo pela estrada de Itanguá, e daí até ao rio Formate, na onte de Itaquari, obedecendo daí em diante a linha limítrofe entre Cariacica e Jabaeté.

DISTRITO DE ITAQUARI: [...] na ponte de Itaquari, indo pelo rio Formate até o rio Marinho, e por este ao Lamarão, alcançando o rio Cariacica, prosseguindo então até a ponte do Bubu. Daí [...] pela estrada de Itanguá até a ponte de Itaquari no rio Formate.¹¹⁹

Nota-se nas referências de Bezerra ao decreto de 1913, que dividiu a vila de Cariacica em seus cinco distritos, a citação de terrenos do governo do estado em Pau Amarelo e Naiá-açu, bem como a referência ao município de Viana por seu topônimo ainda oficial nos anos 1940, Jabaeté. Assim, no decurso da emancipação político-administrativa, a urbe cariaticuense passaria por transformações em sua infraestrutura, notadamente com melhorias que antecederiam mesmo a da própria capital do estado. Com as prerrogativas de uma administração independente, a vila de Cariacica via-se necessidade de impor uma delimitação urbanística que distinguísse a sua zona urbana e rural. A 15 de maio de 1894 a municipalidade firmava contratos para a instalação de iluminação pública por lampiões a querosene e no decorrer da primeira década do novo século seriam instalados os serviços de telefonia, estradas seriam remodeladas, como as que ligavam a sede às propriedades em Naia-açu, Pau Amarelo e Biriricas e a navegação fluvial deixava de ser a principal via de acesso, dando lugar às estradas de auto-rodagem embora ainda fossem os botes, as lanchas e canos os meios de acesso à Vitória até 1928 quando afinal seria construída a ponte Florentino Avidos.¹²⁰ Seria contudo na formação de um sistema de abastecimento de água que a vila de Cariacica ensejaria um panorama de aperfeiçoamento de sua sé urbana que consolidaria na região de Duas Bocas um polo de captação que terminaria por expandir e ganharia importância no decorrer de 50 anos.

¹¹⁹ BEZERRA, O. L. op. cit. p. 60 et. seq.

¹²⁰ Ibid. p. 73-77.

2.5 Melhorias na Urbe Cariaciquense: água encanada!

A relação de Duas Bocas com a questão do abastecimento da água começa no final do século XIX. Na verdade no distrito de Duas Bocas havia características geográficas interessantes a um projeto de captação de água, a altitude favorecia a captação por gravidade e a ampla cobertura vegetal aliada à perenidade de seus córregos eram atraentes.

Desse modo a 8 de dezembro de 1894 era inaugurado pelo então *governador presidente*¹²¹ Manoel Lopes Loureiro uma rudimentar represa no córrego Pau Amarelo, canalizando suas águas para um chafariz na praça Marechal Deodoro, de onde quatro torneiras de bronze forneciam a água para os habitantes. Ainda em 1895 a intendência de Cariacica previra a ampliação do abastecimento de água tendo em vistas a oferta de água em domicílio mas a episódica fuga do engenheiro contratado para efetuar a obra, alijando o erário da quantia de 20 contos de réis pagos antecipadamente para a compra de materiais terminou por atrasar o empreendimento que veio a concretizar-se em 1896, sob a administração de Emygidio de Siqueira Pinto Araújo. Dessa forma saia a cidade do antigo sistema de chafarizes e era fornecida água em domicílio. As administrações seguintes tratariam de maneira conscienciosa a questão do abastecimento de água, de modo que em 1905, na intendência de Francisco Carlos Schwab Filho, regulamentava-se o sistema de abastecimento em domicílio em que o consumidor “contribuía com uma taxa anual de cinquenta mil réis, à boca do cofre [...] e com direito a 250 litros que eram recebidos para cada noite”,¹²² desse modo

A população de Cariacica recebia água em domicílio, quando nossa capital, só depois de 1909, atendia à generalidade de seus habitantes com os novos benefícios introduzidos.¹²³

Desse modo, a urbe cariaciquense dava um passo à frente ao dotar seus munícipes de água em domicílio enquanto a população residente na capital do estado ainda dependia de chafarizes públicos e penava com a falta de água potável em épocas

¹²¹ A designação governador presidente era o equivalente ao atual prefeito municipal.

¹²² BEZERRA, O. L. op. cit. p. 76-78 passim.

¹²³ Ibid.

de estio; a iniciativa da intendência cariaciquense consolidava uma bem-sucedida rede de abastecimento aproveitando o potencial hidrológico do ribeirão Pau Amarelo que ainda no primeiro quartel do novo século convergiria com as melhorias urbanas da ilha de Vitória e decidiria inexoravelmente os rumos históricos do distrito de Duas Bocas.

CAPÍTULO III

Vitória e o *ethos* do progresso no governo de Jeronymo Monteiro

O entusiasmo proveniente de um tempo de triunfo da sociedade capitalista, que se deu entre os séculos XIX e XX, comumente chama-se *Belle Époque*: época marcada pela forte convicção de que o progresso material proporcionado pela indústria solucionaria todos os males da humanidade.¹²⁴ E por conta de tal ideário, a *urbe* adquiriu um agregado simbólico da política da realização civilizadora moderna em que as cidades deveriam constituir-se em lugar central para o desfrute das benesses tecnológicas proporcionadas pela economia industrial. Mesmo países onde o capitalismo industrial engatinhava, como era o caso do Brasil, não estavam alheios a tal fenômeno ideológico que se dava em escala mundial a partir de seu polo irradiador na Europa. Sobretudo a França - com sua Paris remodelada pelos arrojados projetos de Haussman¹²⁵ - tornou-se o arquétipo da renovação urbanística moderna enquanto no Brasil o Rio de Janeiro sob a batuta de Pereira Passos¹²⁶ tornar-se-ia o ponto de partida da ideologia do saneamento e da reforma urbana. Acompanhando um radical programa de obras executado pelo governo nacional (o Rio de Janeiro era a capital federal) a remodelação da urbe carioca se fez sob a gestão da intendência municipal e a chefia de Luiz Rafael Vieira Souto e Francisco Bicalho, ambos mandatários da Comissão de Obras do Porto.

Como bem nos diz Ferreira:

A cidade do Rio de Janeiro, governada por Pereira Passos (1902-1906), promoveu uma grande reforma urbanística inaugurando, no país, o

¹²⁴ Ferreira, Gilton Luis. **Um desejo chamado metrópole** : a modernização da cidade de Vitória no limiar do século XIX. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em <<http://www.ufes.br/ppghis/Documentos/disserta%C3%A7%C3%B5es_2007/Gilton_Lu%C3%ADs_Ferreira.pdf>> p. 208. Acesso em 16 ago. 2010.

¹²⁵ Georges-Eugène Haussmann foi um advogado, funcionário público, político e administrador francês. Nomeado prefeito de Paris por Napoleão III, foi o grande remodelador de Paris, cuidando do planejamento da cidade, durante 17 anos, com a colaboração de arquitetos e engenheiros renomados de Paris na época. Haussmann planejou uma nova cidade, modificando parques parisienses e criando outros, construindo vários edifícios públicos, como a L'Opéra. Melhorou também o sistema de distribuição de água e criou a grande rede de esgotos; em 1861 iniciou a instalação dos esgotos entre La Villette e Les Halles. cf. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Georges-Eug%C3%A8ne_Haussmann>>. Acesso em 05 abr. 2012.

¹²⁶ Francisco Pereira Passos assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1902 e nela permaneceu até 15 de novembro de 1906.

processo de modernização urbana [...] [e assim] várias cidades brasileiras viriam adotar o modelo estabelecido como paradigma de progresso da vida urbana.¹²⁷

Desta feita, o paradigma da modernidade industrialista europeia constituiu num aparato ideológico que logrou êxito em cooptar o essencial das oligarquias de países onde o próprio capitalismo industrial não havia ainda sequer se consolidado. Um ideário proativo que fazia crer na inexorabilidade dos avanços científicos e no domínio completo da natureza pelo homem. Ironicamente, num contexto em que as ideias socialistas ganhavam corpo exatamente prometendo um futuro de bonança comunista, com a instituição de uma sociedade livre da pobreza e da exclusão típicas que se verificavam junto às massas proletárias nas zonas urbanas industriais, uma espécie de “contra-utopia” liberal e capitalista também se manifestava no imaginário de propagadores de uma ordem burguesa - ainda que não sistematizada em qualquer tipo de proposta filosófica, tal qual exposto no marxismo - a de que o progresso da economia liberal se expandiria universalmente, levando a todos os países, mesmo os notavelmente agrícolas, conforto e salubridade. A era do progresso iniciada com a segunda fase da revolução industrial seria o indicativo de que todos os males da humanidade seriam sanados com ciência e tecnologia, numa espécie de otimismo romântico que de fato só começaria a ruir com a Crise de 1929 e a afirmação de modelos alternativos à Economia que, se não eram de todos satisfatórios ou de fato não se consubstanciaram como alternativas seguras, ao menos sintetizavam o esgotamento perante as massas de um romantismo liberal imbuído de promessas ao futuro.¹²⁸

Setores da antiga elite agrária dominante logo exaltaram um modelo de urbanização que deveria ser visto como a expressão do avanço e da pujança econômica, a palavra “Progresso” não era uma mera abstração de retórica para aqueles homens formados num paradigma de país monárquico, agroexportador e escravista e do qual pretendiam fazer esquecer qualquer relação que outrora haviam mantido. Conforme bem constatado “No século XIX e principalmente no século XX,

¹²⁷ Ferreira, Gilton Luis. op. cit. In: SIQUEIRA, Maria da Penha S.(org.) **Desenvolvimento Brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória, ES: Grafitusa, 2010. p. 17.

¹²⁸ SZOMPKA, Piotr. **A Ideologia da Mudança Social**. 2 ed. (tradução de Pedro Jorgensen Jr). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 p. 74-80.

industrialização, urbanização e modernização foram tratados como sinônimos de progresso”.¹²⁹

Após um breve interregno militarista nos primeiros anos da República (1889-1894) estaria garantido o monopólio do poder às elites agrárias locais num quadro de sucessões viciadas que se manteria incólume até a Revolução de 1930; para tais elites dirigentes o fascínio pela imagem da modernidade tecnicista dos grandes países industrializados surgia como que uma necessidade de autoafirmação no novo contexto político que construíam nas primeiras décadas do século XX. Urgia a superação do passado monárquico e a inserção do país numa -nova- ordem emulada do federalismo americano.

Não por acaso, a despeito de lhes haver garantido prestígio e poder econômico garantindo a vigência da ordem escravista, os laços passionais com o regime destituído foram sumariamente superados e no dizer de muitos de seus críticos ulteriores a monarquia brasileira havia sido nada além do que uma **planta exótica no continente americano**.¹³⁰ Uma planta exótica que lhes servira bem, mas que uma vez sepulta devia ser esquecida e todo empenho em prol de seu obscurecimento devia ser empregado a fim de evitar arroubos saudosistas. E que outro apelo mais eficaz para a consolidação de uma nova ordem do que a ruptura com toda a referência material a um passado agrícola e alicerçado na dinâmica urbana colonial?

As cidades brasileiras, enquanto uma extensão do campo representavam bem a velha ordem monárquica, o republicanismo representaria o progresso e materializando tudo isso estaria o esforço da classe dirigente na remodelação dos centros urbanos, sobretudo daqueles que eram os centros decisórios da política regional. Desse modo, a vontade em irradiar um projeto de modernização capitalista concatenava perspectivas arquitetônicas com o claro intuito de dotar os habitantes das cidades de facilidades modernas, como o acesso a água encanada e à rede de esgotamentos sanitários, a iluminação pública por meio da eletricidade, além da construção de áreas de lazer onde se privilegiasse o romantismo lúdico de ilhas de contemplação verdes em meio aos zoneamentos urbanos.

¹²⁹ Ibid. p 65.

¹³⁰ NORMANO, J. F. **Evolução Econômica do Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.p. 99.

Contudo, ainda que no ideário de progresso propugnado se desejasse a modernidade nos espaços urbanos como demonstração de poder e consolidação de uma nova ordem, a realidade agrária e a indústria incipiente confrontavam para uma discrepância entre a o discurso progressista da elite dirigente e o que se verificava nas cidades remodeladas.

De sua parte a capital do estado do Espírito Santo, no alvorecer do século XX, era ainda caracterizada por sua precária rede estrutural urbana, mesmo se comparada a de outras capitais que mantinham o traçado herdado do modelo colonialista que foi mantido durante o Império. Limitada em sua vida cultural e social constituía um exemplo de cidade onde a ideologia da remodelação urbana tomando como paradigma os projetos realizados na capital federal encontraria vozes entusiastas num discurso desenvolvimentista com as expectativas de um país que recentemente havia-se tornado uma República, procurando-se assim estabelecer uma perspectiva coletiva (*ethos*) de ruptura com o passado monárquico e escravocrata, que se materializaria no conforto e na modernização dos centros urbanos.

Notadamente nos governos de Moniz Freire (1892-1896/1900-1904) e Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912), tal *ethos* de modernidade e progresso seria implementado na administração estadual, embora guardando diferenças conjunturais que o fariam distanciar tanto das realizações na urbe fluminense quanto do projeto elaborado pelo engenheiro sanitaria Francisco Saturnino de Brito em 1896 intitulado *Projecto de Um Novo Arrabalde*.

De fato, ao encomendar a Teixeira de Brito um projeto urbanístico, Moniz Freire pretendia a realização de um reordenamento milimetricamente planejado, mas a dependência da economia capixaba ao mercado externo terminaria por frustrar a execução do arrojado projeto ante a oscilação negativa do preço de seu principal produto de exportação capixaba, o café.¹³¹ Seria portanto no governo de Jerônimo de Souza Monteiro que a realização de obras pontuais, porém essenciais, marcariam o início da entrada da ilha de Vitória no ideário da cidade moderna do século XX com ações incisivas tendo em vista sua modernização e saneamento.

¹³¹ Ferreira, G. L. op. cit. p. 222.

3.1 O saneamento da cidade

O acesso a água potável, ainda que imprescindível ao êxito da civilização, tornara-se um problema para a ilha de Vitória desde fins dos 1800. A ordem de contrapartida do binômio oferta-consumo parecia insuficiente com o crescimento populacional da ilha, de tal modo precário o acesso em épocas de estio que quando o governo provincial inaugurou o encanamento da Fonte Grande para um chafariz, às 13 horas do dia 02 de Dezembro de 1855, solenizou-se tal feito da administração provincial com um *Te Deum* cantado na *Capela Nacional* (atual Palácio Anchieta), tamanha a satisfação manifesta.¹³²

No decorrer do XIX três fontes aquíferas canalizadas em chafarizes abasteciam a ilha de Vitória. Coube, primeiramente a Acióli de Vasconcelos o melhoramento da captação da nascente da Fonte da Capixaba, por obra iniciada a 12 de fevereiro de 1828 e executada pelo mestre pedreiro Francisco Pinto de Jesus. A água abundante, fresca e pura era garantida pela mata que vicejava no desfiladeiro do morro da Vigia, garantindo a perenidade do fluxo aquífero; naquele mesmo período foram ampliadas as captações para chafarizes as águas da Lapa e da Fonte Grande.¹³³ No início dos 1900 a fonte da Ladeira da Chafariz (na atual rua Nestor Gomes) e a da Rua São Francisco vieram somar no abastecimento de água aos insulanos.¹³⁴ O sistema de abastecimento por chafarizes públicos era um legado da dinâmica urbana colonial, não havia água encanada em Vitória e tampouco rede de esgotamento sanitário, era comum nos aposentos de suas residências as pessoas manterem jarras e bacias próprias para a higiene pessoal noturna bem como o urinol, que ficava debaixo do leito para corriqueira necessidade noturna.

No início do novo século, contudo, o sistema tradicional de chafarizes públicos parecia esgotado e insuficiente para uma cidade cuja população chegava a 12 mil habitantes¹³⁵. As variações climáticas por vezes levavam à diminuição da oferta, obrigando os locais a comprarem água que vinha transportada de canoas do rio Jucu. Além disso, o sistema de aquisição de água conforme havia agregava ainda

¹³² BROEDEL, Dalva. **A Cesan e sua História..** CESAN: ES, 1994. op. cit. p. 19.

¹³³ DERENZI, L. S. op. cit. p.141.

¹³⁴ BROEDEL, D. op. cit. p 20.

¹³⁵ NOVAES, M. S. de. **O Presidente Jerônimo de Souza Monteiro :pequenos estudos sobre administradores brasileiros:** Vitória, ES: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1960. p. 42.

uma série de problemas de ordem sanitária que se agravaram quando se implantou um serviço de transporte público de bondes por tração animal¹³⁶. Concomitante a falta de água em domicílios e a ausência de rede de esgotamento sanitários um serviço de limpeza pública deficiente fazia a insalubridade da urbe capixaba. Sem água, sem esgotos. Os dejetos eram recolhidos nas janelas das residências por carroceiros, durante a noite em ruas sem iluminação, e em seguidas lançados num imenso brejo localizado no Campinho (área onde está o atual parque Moscoso) ou na maré vazante¹³⁷. Vitória, no início dos 1900 era assim uma cidade insalubre, mau cheirosa, mau iluminada, assolada por surtos de malária, bubônica, cólera e até mesmo varíola, como bem afirmou Derenzi “A fama de cidade suja deslustrou, por muitos anos, o nome da capital do estado.”¹³⁸

Os primeiros estudos para a elaboração de um sistema de captação de água para Vitória datam de 1891¹³⁹ mas no limiar do século XX ainda se obtinha na capital do estado água potável transportada em barricas no lombo de burros. O muar, inclusive, era uma personagem constante na paisagem da Vitória de então. Era comum circularem carroças puxadas a burros pelas ruas da ilha conduzindo desde trapiches a mudanças, além da água vendida nos domicílios¹⁴⁰. O preço de uma barrica de água, condicionada a venda de uma para cada domicílio, custava 1\$000 (mil réis) e a água, recolhida no rio Jucu, chegava a ilha por canoas até o cais Schmith (antigo cais do Queimado) onde tropas de burros aguardavam para fazer o transporte até os domicílios.¹⁴¹ A água era assim fornecida sem a mínima garantia de higiene chegando até os consumidores no lombo de muares que transitavam as

¹³⁶ A 18 de Fevereiro de 1907 o paquete *Olinda* trouxe a Vitória três bondes de tração animal, sendo a primeira linha inaugurada a 11 de Julho de 1907. O trajeto era modesto, saía da antiga rua do Comércio e seguia até o antigo margeando a costa até o forte São João de onde baldeava em retorno para a praça Costa Pereira (lugar então conhecido por Conceição da Prainha) seguindo pelas ruas do Rosário, Cristóvão Colombo e Barão de Monjardim seguindo novamente para o forte. Posteriormente, pouco antes da substituição pelos bondes elétricos o trajeto foi ampliado até a região do Suá. Essa primeira linha de bondes de tração animal era de propriedade do coronel Aristides Navarro, que além da concessão do serviço de bondes monopolizava também o fornecimento de água na ilha de Vitória. cf.: MORAES, Ormando. **Por Serras e Vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros**. Vitória, ES, 1989 p. 17 et. seq.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ DERENZI, L.S. op. cit. p. 147.

¹³⁹ BROEDEL, D. op. cit. p. 21.

¹⁴⁰ MORAES, Ormando. op. cit. p. 14.

¹⁴¹ Ibid. p. 18.

ruelas e ladeiras, geralmente sujas por conta de dejetos ocasionalmente jogados das janelas durante as noites.¹⁴²

Para o governador Jerônimo Monteiro era imprescindível sanear a capital administrativa do estado e a questão do abastecimento de água enfrentado afinal de maneira a dotar a capital de condições adequadas para a salubridade pública. Em todo seu governo esforços seriam ensejados a fim de inserir o estado na ordem de uma economia moderna, diversificada inclusive da dependência à agricultura cafeeira e a solução para o problema da água em Vitória seria vislumbrada a 32 quilômetros, nas cabeceiras do rio Pau Amarelo onde há 15 anos um simplório mas bem-sucedido sistema de captação e distribuição garantia água de boa qualidade aos habitantes da vila de Cariacica.

3.2 Voltam-se os olhos para Duas Bocas: captação no ribeirão Pau Amarelo

O recenseamento agrícola de 1920 catalogou no estado do Espírito Santo 20.941 estabelecimentos rurais distribuídos em seus trinta e um municípios então existentes¹⁴³. Destes, trezentos e oitenta e seis estavam em Cariacica. e pelo menos sessenta foram identificados como pertencentes à cadeia dominial de Duas Bocas. Durante os trabalhos de campo e entrevistas realizadas junto a alguns antigos moradores e guardas florestais da unidade de conservação em que confrontamos dados pertinentes ao censo em 1920 aos testemunhos orais para identificar os estabelecimentos que perfaziam parte do universo rural de Duas Bocas encampados pelo poder público entre 1909 e 1950 (**figuras 1 e 2**).

A denominação “Duas Bocas”, conforme a tradição oral advém do encontro dos rios Pannels e Naia-açu, que desaguam na atual área coberta da represa construída no rol de expansão do governo de Jones dos Santos Neves. As origens das

¹⁴² NOVAES, M. S. de. op. cit. p. 42.

¹⁴³ BRASIL. **Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920.: relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Espírito Santo**. República dos Estados Unidos do Brasil./ Ministério da Agricultura Industria e Commercio./ Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1920. p.127-134. Disponível em << http://www.apec.gov.br/pdf/Recenseamento/Recenseamento_1920_Cariacica.pdf>> Acesso em 27 abr. 2012.

propriedades parecem guardar uma relação com a expulsão dos jesuítas, tendo sido ocupada por colonos fazendas que já possuíam quando do decreto pombalino uma regular estrutura física, tal foi-nos indicado por entrevista a antigo morador da região. Os dados do Plano de Manejo por outro lado são pouco precisos e fala em doações ocorridas no segundo reinado, num momento em que já estaria em vigor a Lei de Terras de 1850. Desse modo a sesmaria de Pau Amarelo teria sido doada a José Rodrigues Paiva; a de Samambaia, a Antero da Silva Coutinho e Maria de Mendonça, a de Taquaruçu (Taquara-açu) a Camilo Pinto Rangel, José Francisco Monteiro e Juza Bermudes; a de Naiá-açu a Inácio Pinto da Rocha.

Figura 1: identificação de propriedades em Duas Bocas.



Identificação de propriedades da cadeia dominial de Duas Bocas a partir dos dados do recenseamento de 1920.

Figura 2: entrevista com veteranos guardas florestais de Duas Bocas.



Guardas-florestais: Lucínio Thomas, Jacimar Boone (uniformizados) e Mário José Broedel (à direita, a paisana). Reserva Biológica de Duas Bocas, junho de 2012.

Situada na rota de algumas tropas de burros que faziam o escoamento da produção cafeeira para o rio Santa Maria, Duas Bocas oferecia condições logísticas vantajosas. Entrepostos comerciais bem situados nas proximidades do rio Pau Amarelo, como as antigas propriedades dos Robes (família de origem holandesa) e Thomes (alemães) ou mesmo dos Brandão Leite- cujas ruínas hoje jazem obscuras no interior da floresta- serviriam de modo mui satisfatório ao armazenamento de materiais e víveres necessários aos trabalhos de ampliação da rede captadora já existente no rio Pau Amarelo, cujas águas cristalinas saciavam andejes e tropeiros que por ali passavam. Conforme verificamos em trabalho de campo, ainda pode-se encontrar em meio à mata exuberante o que sobrou das antigas propriedades que faziam o armazenamento do café transportado pelas trilhas que cortavam a região; as **figuras 9 a 12** (página 95) registram o aspecto atual de uma antiga trilha usada por tropeiros de café da região, nas proximidades do rio Pau Ôco, cem anos após as desapropriações levadas a cabo pelo governo de Jerônimo Monteiro.

A escolha do microbacia de Duas Bocas deveu-se, assim, às vantagens verificadas. De igual modo, a cobertura vegetal de Mata Atlântica em estágio primário ainda ampla na região de Duas Bocas, garantia tanto a qualidade quanto a quantidade em seus recursos hídricos. A perenidade de seus mananciais foi atestada por testemunhos

A perennidade dos mananciaes é assegurada por uma experiência, observação continuada, de mais de cem annos, conforme attestam os depoimentos de pessoas idôneas, residentes nas circunvisinhanças, em justificação regular e judicial que mandei proceder em 5 de janeiro deste anno [1909].¹⁴⁴

Por outro lado, a termos de transporte a região também possuía atrativos, uma vez que desde o século XIX as margens de seus rios perfaziam rotas de tropas de burros que por ali faziam o transporte da produção cafeeira também em direção ao rio Santa Maria da Vitória, para enfim ser escoado ao porto, na baía de Vitória e dali para o mercado externo.

Era desejo do governo do estado preservar as áreas verdes, pois se tinha com muita clareza a importância da cobertura vegetal para a oferta de água em boa qualidade e quantidade, assim manifestou Jerônimo Monteiro já no início de seu mandato:

Tenho proposito de adquirir todas as mattas que cercam os mananciaes, com o fim de garantir com mais segurança, a pureza da água e a sua abundância.¹⁴⁵

A 13 de março de 1909, o navio alemão *Assunción* atracava no porto de Vitória, trazendo da Bélgica 689 tubos de aço, 5 barricas de asfalto, dois fardos de juta, 5 barricas de asfalto, 2 barris com bastões de madeira, 28 sacos de corda de cânhamo, 2 caixas de isoladores e 85 peças acessórios para trabalhos relativos à água e iluminação elétrica; todo esse material manufaturado, importado da Alemanha destinado à ampliação do sistema de captação de água de Duas Bocas para Vitória. Ainda a 17 de maio o vapor *Macedônia* descarregava no cais mais equipamentos para encomendados para as obras de melhoramentos da capital: 286 lâmpadas, fios de cobre, aparelhos de iluminação elétrica a substituir os velhos

¹⁴⁴ ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo durante o mesmo período. Vitória, ES: Imprensa Oficial, 1913. p. 17.

¹⁴⁵ Ibid. p. 17. passim.

postes com lampiões a querosene, quinhentas peças e barricas com dispositivos de aço para a montagem de bombas hidráulicas movidas a eletricidade bem como mais de quinhentas caixas com chumbo para os serviços de água.¹⁴⁶ O sistema de captação e abastecimento impunha obras não só na zona aquífera, no ribeirão Pau Amarelo como a reforma do reservatório do Morro da Santa Clara.

Essa nova represa, na verdade a segunda de Duas Bocas, construída com aço e concreto importados da Alemanha- itens preciosos para um país que ainda engatinhava na industrialização capitalista e que só dali pouco mais de 20 anos teria de fato sua indústria de base fomentada - agregava um complexo primário de filtragem da água por tanques de decantação cujas ruínas ainda podem ser vistas na trilha interpretativa da programa de educação ambiental da Rebio de Duas Bocas (figuras 3 a 8)

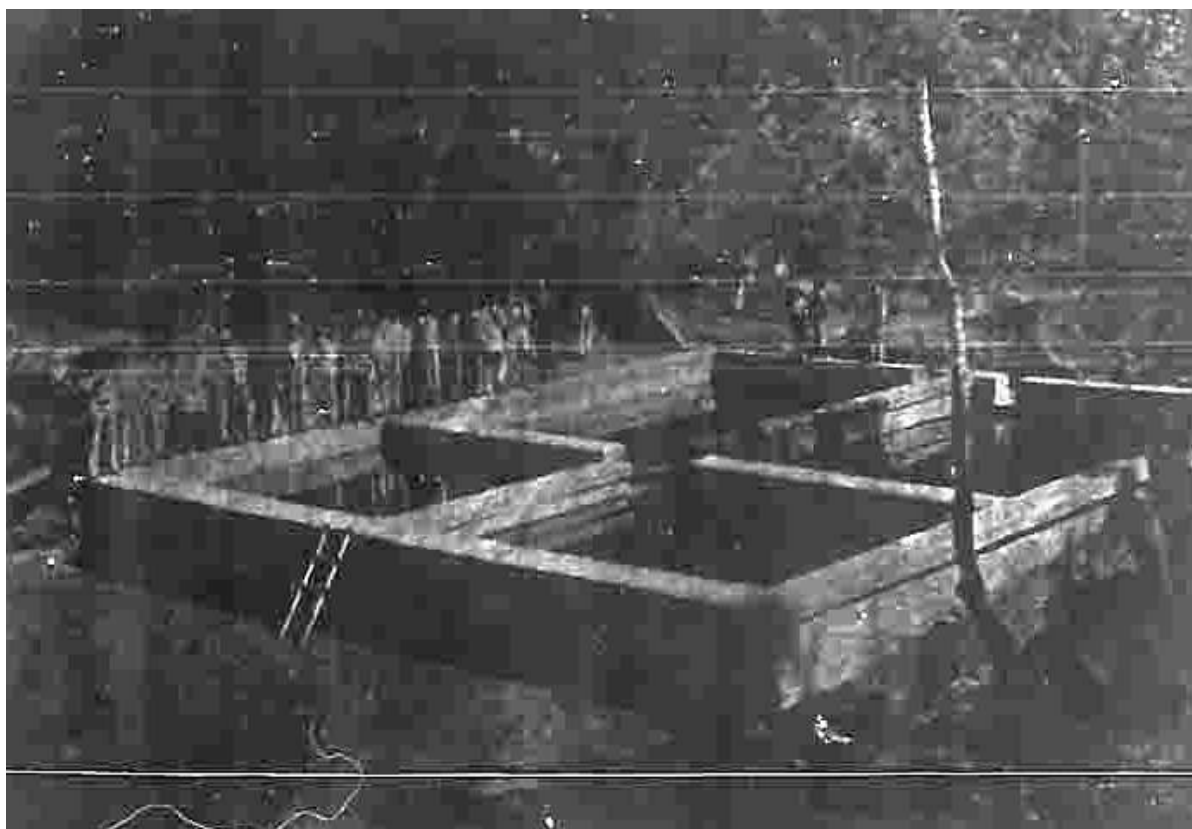


Figura 3: Tanques de filtragem [desarenadores] sendo construídos. Duas Bocas, 1909
Fonte: Arquivo Público Estadual.

¹⁴⁶ BROEDEL, D. op. cit. p 22.



Figura 4: Tanques de filtragem sendo construídos na captação do rio Pau Amarelo, 1909.
Fonte: Arquivo Público Estadual.

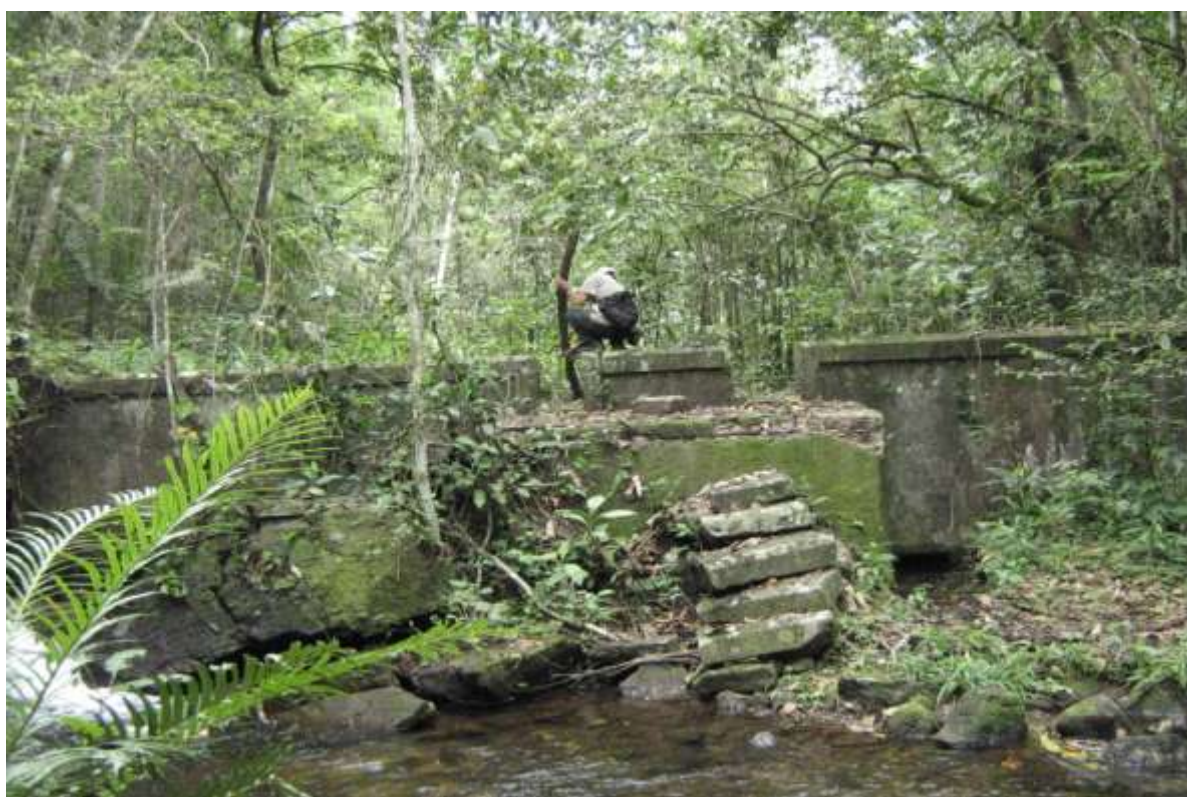


Figura 5: ruínas dos tanques de filtragem do rio Pau Amarelo, Rebio Duas Bocas, 2010.



Figura 6: ruínas do antigo sistema de decantação, Rebio Duas Bocas, 2010.



Figura 7: curso atual do rio Pau Amarelo cobrindo a antiga passarela dos operadores da represa.



Figura:8 rio Pau Amarelo, Reserva Biológica de Duas Bocas, 2010.

Nas adjacências da represa as terras desapropriadas passavam a denominar-se “Terras do Estado”, proibia-se a derrubada de árvores e a exploração do solo ficava restringida às propriedades não encampadas. Considere-se que, a despeito do caráter compulsório e das discordâncias dos proprietários quanto aos valores pagos, essa primeira leva de desapropriações levada a cabo pela administração estadual

não acarretou significativos impactos sociais, sendo as faixas desapropriadas quase que absolutamente compostas de área de floresta, as poucas famílias desalojadas estabeleceram-se sem maiores problemas nas propriedades adjacentes e continuaram a dedicar-se à produção agrícola na condição de meeiros.



Figura 9: aspecto atual da antiga trilha de tropeiros. Proximidades do rio Pau Ôco.



Figura 10: aspecto atual da antiga trilha usada por tropeiros.



Figura 11: achamento de uma garrafa típica em trabalho de campo na antiga propriedade da família Robes (origem holandesa), região do Alegre/Rebio Duas Bocas.

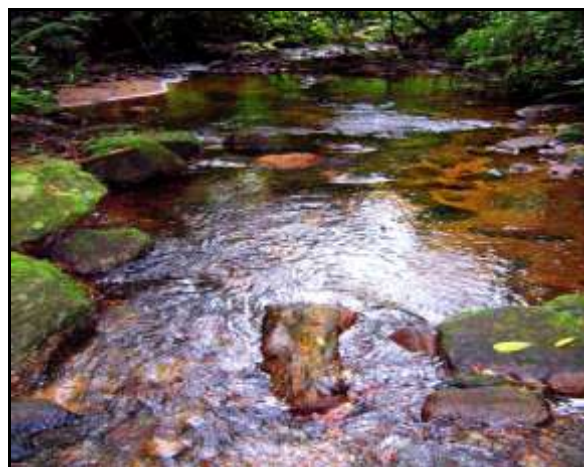


Figura 12: rio Pau Ôco, região do Alegre. Rebio Duas Bocas.

Dados do Plano de Manejo da Rebio de Duas Bocas (1995) fornecem uma estimativa de produção de água em 1909, ano do início das primeiras grandes desapropriações, em 41 litros de vazão por segundo enviada para o Reservatório do Morro da Santa Clara. Apenas 3 anos depois, ainda em 1912 quando as desapropriações estavam em fase de conclusão meramente burocrática, a capacidade de fornecimento de água havia aumentado para 46,29 litros por

segundo, o que já era considerável em vista das dificuldades do acesso à água potável na própria capital do Estado.¹⁴⁷

Já em fins de 1911 o governo do estado concluiu os processos de desapropriações que configurou um total de 1.295,61ha de terras encampadas com o intuito de ampliar a área de proteção dos mananciais e ao mesmo tempo assegurar a oferta de água potável à capital.

Jerônimo Monteiro não foi o pioneiro no aproveitamento do potencial aquífero de Duas Bocas, mas foi sem dúvida o que mais esforços ensejou no sentido de capitar suas águas, dos principais feito de seu governo foi sem dúvida a canalização das águas do rio Pau Amarelo e a iluminação elétrica da ilha; sendo antológico o dia em que o funcionamento do sistema começou a mudar a vida urbana na capital do estado trazendo água do interior das matas de Cariacica para a Praça Santos Dumont (que no ano seguinte seria reformada e rebatizada Praça Oito de Setembro) no centro da capital do estado fazendo a alegria dos populares que ali viram jorrar a choldra de águas puras e frescas vindas do ribeirão Pau Amarelo a 25 de setembro de 1909. Naquela mesma noite inaugurou-se o sistema de iluminação pública a eletricidade e a beleza cênica da ilha iluminada aliado à satisfação de ver afinal solucionado o problema do abastecimento de água cunhou à cidade o apelido de *Cidade Presépio* do qual se orgulharia por tantos anos a municipalidade capixaba.¹⁴⁸

Destarte já em 1912 quando chega a termo o mandato de Jerônimo Monteiro prosseguia-se às melhorias na represa, sendo esta de fato definitivamente concluída em abril de 1918.

Mas as desapropriações em Duas Bocas não parou por aí, a irregularidade de muitas das propriedades locais, cujos títulos eram facilmente contestados pelos agentes estaduais e não raro impediam maiores contratempos à administração levaram a novas desocupações. Ainda no ano de 1927 foram mais uma vez direcionadas às antigas sesmarias de Pau Amarelo, Samambaia e Naiá-açu, esta última delimitada por um rio homônimo que tinha sua desembocadura paralela ao do rio Pannels, cuja foz encontra-se na antiga propriedade de Antonio Pannels. Seria

¹⁴⁷ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Duas Bocas: relatório parcial.** Nº 2. Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente-SEAMA/ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF. PLANAVE S.A-Estudos e Projetos, ES, 1995. p. 20.

¹⁴⁸ NOVAES, Maria Stella de. op. cit. p. 46-47.

contudo no final da década de 1940 que a região de Duas Bocas seria alvo de uma radical onda de desapropriações, definindo para sempre sua geografia tal como é atualmente.

CAPÍTULO IV

A terceira represa de Duas Bocas

A Prefeitura de Vitória passou a gerenciar o sistema de abastecimento de água e esgotos da capital ainda em meados dos anos 1940 quando era evidente que o sistema de captação e distribuição erguido na era Jeronymo Monteiro estava em franca deficiência e necessitava de reparos urgentes. Conforme Broedel, já nos anos 1930 era estimada uma perda de aproximadamente 50% na distribuição devido o estado precário das redes, dessa forma

Foi então organizado o projeto definitivo, que compreendia a desapropriação do restante da área da bacia hidrográfica, a construção de uma barragem de terra com 17 metros de altura máxima e 200 metros de extensão no escoramento, o assentamento de umalinha de adutora de 50 cm de diâmetro e 17.400 m de extensão, além da construção de um reservatório de 4.000 m³ de capacidade. [...] na construção da barragem seriam empregados 120.000 m³ de terra, em camadas apiloadas, com o núcleo construído por uma cortina de concreto armado cujo volume ascende a 480 m³.¹⁴⁹

Prevvia-se ainda uma adução em duas seções distintas, uma com 1.400 metros de extensão construída com tubos de concreto armado de 60 cm de diâmetro e outra estruturada em tubos de aço, de igual modo prevvia-se a instalação de uma unidade de tratamento por meio da cloração.¹⁵⁰ Curiosamente, a expansão da rede de abastecimento era um imperativo ao desenvolvimento urbano e impunha em Duas Bocas o cerceamento de qualquer desenvolvimento nesse sentido. A contraposição residia no fato de que enquanto a região permanecesse com sua cobertura vegetal ampla e garantindo o máximo de inacessibilidade, a qualidade da água influía em menores gastos. Tal política possibilitou que por mais de 20 anos o fornecimento de água de Duas Bocas para Vitória, Vila Velha e Viana, além da própria Cariacica, fosse completamente *in natura*, não havendo qualquer tipo de tratamento

¹⁴⁹ BROEDEL, D. op. cit. p. 27 et. Seq.

¹⁵⁰ Ibid.

bactericida, apenas um processo de decantação primário que garantia por fim uma água de boa qualidade na filtragem em domicílio.¹⁵¹

A **Nova Represa de Duas Bocas**- na verdade a terceira- ficaria pronta em 1951, inaugurada com pompa no governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954). A despeito de toda a pompa, e da euforia de sentimento democrático que tomava conta do país e que foi devidamente atomizado na inauguração da obra, a Nova Represa de Duas Bocas trazia uma série de agravantes sociais que seriam peremptoriamente ignorados em todas as administrações subsequentes.

Conforme discretamente cita Bezerra (talvez para evitar embaraços políticos uma vez que residia em Cariacica na década de 1950) aliado à extensão das propriedades encampadas estava o desalojamento de centenas de famílias muitas das quais foram deslocadas de seu ambiente agrícola onde desenvolviam suas atividades inerentes com as quais estavam habituadas há séculos. De mãos atadas em função do arbítrio estatal e impossibilitadas de adquirir novas propriedades em função dos baixos valores pagos nas indenizações, o custo social da construção da nova represa de Duas Bocas resultou em consequências no âmbito social e marcou indelevelmente a percepção de uma significativa parcela dos proprietários rurais do entorno da atual Reserva.¹⁵²



Figura 13: Desembocadura do rio Panelas, 1950.
Fonte: Arquivo Público Estadual

¹⁵¹ Ibid. p. 27.

¹⁵² BEZERRA, O. L. op. cit. p. 152.

As desapropriações compulsórias desse segundo momento expropriatório em Duas Bocas os valores pagos não corresponderam, em média, nem mesmo à terça parte dos valores reais dos terrenos. Dados da época são interessantes de aferir, levando em conta que o café constituída a base produtiva da região.

Entre 1949 e 1950, cerca de 2200 hectares seriam desapropriados afetando as propriedades da região de modo extinguir para sempre as antigas sesmarias de Pau Amarelo, Taquarussu, Samambaia e Naia-açu e a própria região de Duas Bocas deixaria de ser uma povoação para entrar num decréscimo populacional sem precedentes. Omyr Leal Bezerra, em seu “Cariacica; Resumo Histórico” é quem melhor aclara a questão:

Na prática observa-se, decerto por questões regionais, que uma balança média [na produção de mil pés de café] oscila entre 40 e 50 arrobas, o que corresponde a 600 a 700 quilogramas, respectivamente. Observando o critério adotado nas desapropriações de Duas Bocas [na segunda intervenção], cuja indenização por pé de café foi feita na base de Cr\$ 1,40 a Cr\$ 2,00, o valor pago não representou na realidade uma justa retribuição, pois considerando a média acima, a produção [da região de Duas Bocas] fica entre 600 e 700 gramas por unidade, o que pelos preços atuais [1950] corresponde a mais de Cr\$10,00 por pé de café. Se levássemos em consideração também que somente uma muda dessa planta, ainda em tenra perspectiva de produção, tem o valor de Cr\$ 5,00, afigurar-se-nos-ia mais irrisória ainda a taxa imposta discricionariamente nas indenizações que foram pagos à razão de Cr\$ 0,06 por metro quadrado.¹⁵³

O governo do Estado havia indenizado, portanto, para cada metro quadrado desapropriado, menos de um terço do investimento primário feito por cada proprietário em sua produção, se considerar-se as benfeitorias feitas pelo agricultor, esse valor foi ainda menor. Ao final da década de 1940 a extensão desapropriada alcançava um total de 2.200 ha, praticamente fazendo desaparecer o povoado de Duas Bocas que, doravante, jamais teve qualquer incremento populacional.

De igual modo desapareciam em definitivo as antigas propriedades ditas “sesmarias” de Pau Amarelo, Itaquara-açu (Taquarussu), Samambia e Naiá-açu,

¹⁵³ BEZERRA, O. L.. op. cit. pp 149-150.

em 1950 haviam sido indenizados respectivamente como informa Leal Bezerra 49 proprietários, num montante de indenizações pagos pelo governo estadual que chegou a Cr\$ 1. 500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil Cruzeiros, unidade monetária vigente à época). Conforme mostra a **tabela 1**, tem-se a relação de desapropriados e suas respectivas indenizações na ordem decrescente de valores pagos na ocasião.



Figura 14 : Desembocadura do rio Naiá-açu, 1950.

Fonte: Arquivo Público Estadual.



Figura 15 : paisagem transformada, a área de submersão, 1950. Ao fundo a captadora já erguida.

Fonte: Arquivo Público Estadual.

Pela análise da tabela de desapropriados elencados em 1950 verifica-se que o maior valor pago a título de indenização (a Floriano Koffler) ficou em Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil Cruzeiros) sendo a menor, paga a Luiz do Nascimento Costa, em Cr\$ 200,00 (duzentos Cruzeiros), uma variação ampla nos valores pagos, o que demonstra a fragmentação das propriedades em Duas Bocas, com baixa concentração fundiária. Ainda que as indenizações porventura tivessem levado em conta as benfeitorias nos terrenos desapropriados, o que por óbvio influiria em valorização, o critério estipulado pelos agentes governamentais é que determinava o valor a ser pago. A **tabela 2** dá-nos a relação das desapropriações ainda pendentes em 1950.

Tabela 1: Indenizações Pagas em 1950.

DESAPROPRIADO	INDENIZAÇÃO PAGA EM 1950
1) Floriano Koffler	Cr\$ 450.000,00
2) José Ovídio Furtado de Mendonça	Cr\$ 250.000,00
3) Herondinda Trancoso da Rocha e Filhos	Cr\$ 170.000,00
4) Carolino Inácio da Rocha	Cr\$ 110.000,00
5) Esmeraldo Brandão Leite	Cr\$ 75.000,00
6) Manoel Bonifácio Barcelos & outros	Cr\$ 36.000,00
7) Aristides da Silva Melo	Cr\$ 35.000,00
8) José Guilherme Helmer	Cr\$ 30.000,00
9) Wantuil Vieira	Cr\$ 25. 590,00
10) Alício Barcelos Chagas	Cr\$ 23.360,00
11) Wandregísio Vieira	Cr\$ 21.280,00
12) Militão Ribeiro, Francisco Ribeiro Chagas & outros	Cr\$ 18.262,00
13) Francisco Euzébio Nunes da Conceição & filhos	Cr\$ 17.676,40
14) Afonso Gonçalves Faria	Cr\$ 17.310,00
15) João Furtado	Cr\$ 17.310,00
16) Tereza Melo & filhos	Cr\$ 17.210,00
17) Adrião José Vieira	Cr\$ 16.000,00
18) Maria Pereira Lyrio	Cr\$ 15.740,00
19) Getúlio Brandão Leite	Cr\$ 15.000,00
20) João Ribeiro de Lemos & Emílio Coutinho Cardoso	Cr\$ 15.000,00
21) Olinto José Vieira	Cr\$ 12.000,00
22) Waldemiro José dos Santos Caruncho & outros	Cr\$ 11.286,00
23) Antônio Calmon	Cr\$ 10.000,00
24) Apulcro Barcelos do Nascimento & outros	Cr\$ 10.000,00
25) Ernestina Francisca do Rosário	Cr\$ 10.000,00
26) José Waldemiro Motta	Cr\$ 10.000,00
27) Horário José Vieira	Cr\$ 9.000,00
28) João Gasparini & Otávio Neves Muniz	Cr\$ 8.034,00
29) Alípio Vieira	Cr\$ 6.000,00
30) João Ribeiro da Conceição	Cr\$ 5.800,00
31) José Vieira Sobrinho	Cr\$ 4.590,00
32) Manoel Gonçalves Vieira	Cr\$ 4.566,80
33) Maria Ribeiro da Conceição	Cr\$ 4.100,00
34) Antonio Aguiar	Cr\$ 4.000,00
35) Ernestina Maria da Conceição	Cr\$ 3.700,00

36) Aquiléria Maria Muniz & Filemon Pinto de Almeida	Cr\$ 3.460,00
37) Esmeraldo Brandão Leite	Cr\$ 3.000,00
38) Inácio Cravo	Cr\$ 2.702,80
39) Emílio Pereira dos Santos	Cr\$ 2.692,20
40) Benedito dos Santos Brandão	Cr\$ 2.500,00
41) Manoel Assis	Cr\$ 2.500,00
42) Carolínio Inácio da Rocha e Gilda Rocha Subtil	Cr\$ 2.317,50
43) José Gonçalves Filho	Cr\$ 2.191,90
44) José Francisco de Barcelos	Cr\$ 2.000,00
45) Maria Monteiro Amorim	Cr\$ 1.986,50
46) Antonio Pereira Filho	Cr\$ 1.600,00
47) Nestor Nascimento	Cr\$ 1.500,00
48) João Themoteo	Cr\$ 1.000,00
49) Luiz do Nascimento Costa	Cr\$ 200,00

Tabela 2: Pendentes de Indenização em 1950.

PROPRIETÁRIO	INDENIZAÇÃO PENDENTE EM 1950
1) Família Sant'Ana	Cr\$ 120.000,00
2) Custódio Pereira Leite & Francisca Bermudes Leite	Cr\$ 49.980,00
3) Ana Monteiro & filhos	Cr\$ 40.021,20
4) Maximina Vieira Bermudes	Cr\$ 27.150,06
5) Teófilo Temístocles Ferreira Nunes	Cr\$ 15.023,70
6) José Lemos	Cr\$ 11.761,80
7) Geraldo Maria da Penha	Cr\$ 10.832,50
8) Florêncio Ferreira	Cr\$ 9.698,50
9) Porfírio Bonifácio de Barcelos	Cr\$ 8.089,50
10) Deolinda Lemos	Cr\$ 5.457,60
11) Benedito Cadete	Cr\$ 4.345,00
12) João Joaquim da Motta	Cr\$ 3.990,00
13) viúva de José de Assis	Cr\$ 3.947,50
14) Rosa Nunes do Amaral	Cr\$ 3.253,28
15) Manoel Lemos	Cr\$ 3.018,80
16) Manoel Nascimento	Cr\$ 1.744,00
17) José Ribeiro de Barcelos	Cr\$ 1.524,00
18) Aurélio Gaspar	Cr\$ 1.416,00
19) Esperança do Rosário	Cr\$ 1.365,00
20) Alicia Nunes do Amaral	Cr\$ 897,68
21) Antonio Nunes do Amaral	Cr\$ 897,68
22) Maria Nunes do Amaral	Cr\$ 897,68
23) Francisca Nunes do Amaral	Cr\$ 897,68
24) Eduwirges Nunes do Amaral	Cr\$ 897,68
25) Manoel Nunes do Amaral	Cr\$ 897,68
26) João Felipe Araújo	Cr\$ 650,00
27) Carolina Pinto	Cr\$ 600,00
28) Manoel Silva Santos	Cr\$ 228,00
29) José Costa	Cr\$ 200,00
30) herdeiros de Antonio Muniz	Cr\$ 157,62
31) Margarida Pinto de Jesus	Cr\$ 115,20

Sem alternativa e sem condições de adquirir novos terrenos com os valores indenizados, estas famílias foram colocadas numa difícil situação: a grande maioria não pôde se restabelecer nas ainda poucas propriedades que restaram em Duas Bocas - ainda que como meeiros. Desprovidos de qualificações técnicas

específicas, expulsos do ambiente próprio onde haviam fincado raízes e desenvolviam sua atividade produtiva, dirigir-se-iam para as periferias da Grande Vitória onde comprariam pequenos lotes, ergueriam suas casas e se dedicariam a serviços de baixa remuneração.

É curioso como todos os documentos referentes à inauguração da terceira Represa de Duas Bocas (1951) bem como os relatórios emitidos *a posteriori* no âmbito da administração da própria Rebio de Duas Bocas façam menção ao evento com a presença do então presidente Getúlio Vargas em 1951¹⁵⁴, porém não encontramos registros de tal fato nos arquivos públicos consultados. A visita de Vargas ao Estado, já no período da campanha presidencial de 1950 e posteriormente a esta, relaciona-se de fato a inauguração de uma ponte sobre o rio Doce, em Colatina.

De qualquer forma, com ou sem Vargas, foi inaugurado o sistema de abastecimento que ficaria ulteriormente a cargo do Departamento de Água e Esgoto (DAE), criado em 1957 e extinto em 1967 dando origem à Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) e sendo a administração da bacia de captação em Duas Bocas transferida à Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização (SEAG).¹⁵⁵ Assim, cinco anos após ter sido transformada em Reserva Florestal o ITCF procedeu ao primeiro levantamento topográfico (ou cartográfico) da área da Reserva desde 1935, verificando como resultado de cerca de 40 anos de sucessivas desapropriações, em diferentes governos e sob distintas esferas administrativas, um total de 2.910 ha de área protegida e pública.

Estava consolidada, ao menos territorialmente, a área da futura Reserva Biológica de Duas Bocas. Os anos que viriam nas duas décadas seguintes constituiriam por sua vez o desafio de consolidar a UC do ponto de vista humano e ecológico.

Ainda que houvesse a liberdade de acesso, um corpo de guardas florestais foi organizado pelo antigo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Espírito Santo, o primeiro grupo de guardas ambientais do Estado do Espírito Santo surgia com garantias ao seu poder de polícia dentro da área da Reserva Florestal, os guardas armados teriam a responsabilidade de zelar para que não houvesse caça

¹⁵⁴ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Duas Bocas: relatório parcial.** Nº 2. Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente-SEAMA/ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF. p: 19 et. seq.

¹⁵⁵ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Duas Bocas: relatório final.** Vol 2. Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente-SEAMA/ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF. PLANAVE S.A-Estudos e Projetos, ES, 1996. p. 20.

nem degradação da área protegida, não raro, esse corpo de guardas, formado por pessoas da própria localidade, haveria de lidar com toda a hostilidade que historicamente configurou a relação da população remanescente para com a área da Reserva Florestal. No decorrer da consolidação da unidade de conservação, os guardas florestais teriam importante papel, todavia o poder de polícia de tais agentes florestais, em que pese todas as garantias estabelecidas no Código Florestal e legislações congêneres, foi paulatinamente esvaziada no decorrer dos anos 1990. Atualmente é reduzido o número de guardas que atuam nas unidades de conservação, a desvalorização salarial chegou ao ápice no estabelecimento do Plano de Carreiras, Cargos e Salários estabelecido em 2008 que alijou a categoria de qualquer possibilidade de melhorias.



Figura 16: guardas florestais em 1986, ao fundo a cobertura aquífera da represa. Da esquerda para a direita: 1: indivíduo não identificado; 2: indivíduo não identificado; 3: **Carlos Alberto Canal** (atualmente é guarda no PEPAZ); 4: **José Bellon** (guarda no PEPAZ); 5: **Cesati** (guarda no PEPAZ, falecido em 2010); 6: **Mário José Broedel** (ainda é guarda na Rebio de Duas Bocas); 7: **João Luiz Broedel** (guarda na Rebio de Duas Bocas, deixou o serviço público na década de 1990); 8: **Álvaro Gonçalves Ribeiro** (gestor da reserva florestal de 1965 até 1992, faleceu em 2005); 9: **Jacimar Broedel Boone** (atualmente lotado na Rebio de Duas Bocas); 10: **Antonio Wolkers Lipphaus** (aposentado, atualmente morador do entorno da Rebio); 11: **Ailton Pedro Boone** (aposentado, atualmente reside no entorno da Rebio); 12: **Ozório Barroso** (falecido); 13: **Francisco Luiz Amorim** (atualmente lotado na Rebio, embora não mais como guarda); 14: **Lucínio Thomas** (atualmente lotado na Rebio de Duas Bocas).

Fonte: Rebio Duas Bocas.

CAPÍTULO V

O Código Florestal de 1965

Em 1961, diante das conturbações políticas porque passava o país, o então presidente Janio Quadros determinou a criação de um grupo que seria “força-tarefa” na revisão do velho Código Florestal de 1934. Este grupo encarregado de formular um novo Código Florestal contrabalanceou técnicos e juristas na elaboração de uma norma para a regulação da proteção da fauna e da flora nacionais. O eixo norteador da proposta era reformular o antigo Código de modo a adequá-lo à nova realidade social, política e econômica brasileira que havia se transformado radicalmente no decorrer de 30 anos.

Foi enviado aos governadores dos Estados a minuta da proposta, em memorando, no que estes se reuniram para deliberar acerca da questão no então estado da Guanabara, sendo de fato aceito pela maioria dos governadores de estados que se fizesse tal revisão do antigo Código Florestal. A comissão composta por Jânio deu então prosseguimento aos trabalhos, mas a 25 de agosto de 1961 houve a renúncia do presidente Jânio Quadros que foi aceita pelo Congresso Nacional em reunião extraordinária. Isso terminou por oficiosamente dissolver a comissão constituída para tratar do novo Código Florestal. Ainda assim as propostas iniciais foram aperfeiçoadas e enviadas ao Congresso Nacional como projeto no final de 1963 onde foi modificado e foi então promulgado como Lei em 1965, já na vigência do regime militar.¹⁵⁶

Dois anos foi o tempo necessário à formulação, discussão, votação, aprovação e promulgação do Código Florestal de 1965 já na transição para o regime militar. Dentre as inovações trazidas no novo código estava a simplificação das categorias de unidades de conservação (que o código de 1934 tratava com exageradas minúcias que dificultavam até mesmo o trabalho de preservação por parte dos agentes florestais) basicamente dividindo-as em dois grupos tendo por base o acesso e o manejo das áreas protegidas. Até então, nos tradicionais parques

¹⁵⁶ URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: relembando a história da conservação da Natureza no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fundação MacArthur, 1998 p. 226.

procurava-se conciliar a função lúdica, com acesso do público, as atividades de pesquisa e o próprio uso sustentável. A partir de 1965, com o segundo código florestal de sua história, o Brasil começa a vislumbrar uma delimitação mais específica para definição de áreas protegidas e pela primeira vez esboçou-se a ideia da criação das “reservas biológicas”, que comportariam - tanto quanto possível - o mínimo da presença humana com pesquisas científicas. Todavia, manteve-se a inspiração nos parques nacionais, ao estilo norte-americano e especificaram-se artigos para defesa da fauna uma vez que definia a floresta como “o conjunto dos seres vivos e não só as árvores.”¹⁵⁷

Não por acaso, logo nos anos posteriores à redemocratização e quando se tratou de elaborar uma lei que sistematizasse as UCs no Brasil, antigas reservas florestais terminaram por serem recategorizadas em reservas biológicas.

5.1 A Reserva Florestal de Duas Bocas (1965-1991)

Oficializada como Reserva Florestal em 12 de Janeiro de 1965 por meio da Lei 2.095, a unidade de conservação em Duas Bocas surgiu portanto como um desdobramento da necessidade de abastecimento de água dos grandes centros urbanos, notadamente aos projetos de saneamento e abastecimento da capital do estado. Portanto, sua gênese enquanto unidade de conservação guarda relação direta com a composição do sistema de captação de água para Grande Vitória. Por força de uma Lei ordinária sancionada em Abril de 2007 a antiga reserva florestal tem agora outro nome, sendo designada oficialmente **Reserva Biológica Paulo Fraga Rodrigues**.¹⁵⁸ Todavia, junto a maioria absoluta da população é ainda chamada como Reserva de Duas Bocas, não apenas pelo referencial histórico do topônimo, ainda vivo na lembrança de muitos, como pelo alinhamento do nome da reserva à comunidade na qual está inserida, o que por óbvio não foi levado em conta na iniciativa de troca de nome da referida UC nos possíveis debates políticos (se é que houve algum) que engendrou tal titulação.

¹⁵⁷ URBAN, T. op. cit. p. 230.

¹⁵⁸ ESPÍRITO SANTO (Estado) **Lei nº 8488 de 19 de Abril de 2007**. Governador (Paulo Cesar Hartung Gomes). Denomina Reserva Biológica Paulo Fraga Rodrigues a Reserva Biológica de Duas Bocas. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 20/04/2007.

A ideia de preservação de espaços verdes ganhava contornos tipicamente utilitaristas em torno do projeto da Represa de Duas Bocas.

A floresta não devia ser preservada *per se*, senão pelo fato de que se reconhecia a relação direta entre áreas de mata nativa e a qualidade e quantidade de água disponível para consumo. O crescimento populacional da Grande Vitória com o consequente aumento da demanda de consumo levaria o governo do Estado a uma segunda - e mais drástica- intervenção na cadeia dominial-produtiva de Duas Bocas, cerca de quarenta anos depois, para a construção de uma nova represa, cuja expectativa de perímetro alagado não era inferior a quatro quilômetros e cuja capacidade de fornecimento estimado era de mais de 90 milhões de metros cúbicos de água.

Uma histórica relação de animosidade subjacente se estabelecia entre os autóctones remanescentes no entorno da Reserva afetando sobremaneira o jogo de relações simbólicas entre indivíduos e a área de preservação no pensamento coletivo dos remanescentes de Duas Bocas tal como pude verificar no período em que lá trabalhei; a área verde destinada à preservação significava a ruptura com o bem-estar, o divisor de águas para inúmeras famílias em uma escala decrescente que ainda se verificava prontamente quando em 1965, já no primeiro ano do governo militar, um decreto estadual estabelecia a “Reserva Florestal de Duas Bocas”. A já então desativada “Represa de Duas Bocas” perfazia, com suas ruínas, um atrativo em meio a floresta, ensejando o convite a convescotes e passeios organizados que permitiam a visita livre de áreas verdes, onde em meio à exuberante floresta, se podia ainda distinguir fundações das casas dos antigos proprietários.

5.2 Redemocratização e questão ambiental

Ainda nos anos 1970- sob o impacto político da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente - a criação, no Brasil da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no ano seguinte, estabelecia para o país uma norma ideológica pautada nas diretrizes de Estocolmo: promover a conservação do meio ambiente nos países em desenvolvimento a partir de uma perspectiva moderna que conciliasse progresso econômico e manutenção do patrimônio de biodiversidade destes países. Assim, o resultado mais evidente no Brasil foi o estabelecimento de

unidades de conservação e o lançamento de uma agenda de propostas de alcance nacional para a questão ambiental.

Como resultado, na década seguinte, enquanto o regime militar eclipsava-se politicamente e a sociedade brasileira se dava conta do passivo social deixado da época ufanista do “milagre econômico” foi instituído o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), em 1981 por meio do artigo 6º da Lei 6938/81¹⁵⁹ definindo orientações para uma política descentralizada e com a participação da sociedade civil nas questões referentes ao meio ambiente.¹⁶⁰

Posteriormente, com a redemocratização (1985) e a promulgação de uma Nova Constituição Federal (1988) a questão ambiental emergiu como objeto da política e a atividade crescente de organismos sociais independentes ou mesmo partidários contribuiu para que nos estados da Federação, refundada sob uma ordem democrática e descentralizadora, se estabelecessem setores estatais ou paraestatais cuja preocupação seria objetivamente a preservação ambiental. De igual modo, os Estados federados promulgaram suas constituições emuladas da Constituição Federal, e estabeleceram-se dispositivos jurídicos novos para fins de fiscalização e manejo ambiental. Foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e muito embora os avanços fossem nítidos, ainda havia a falta de uma agenda definida para âmbito nacional, vácuos de competência aliado à falta de recursos para a realização de programas concretos, bem como a capacitação de pessoal para atuar nas esferas institucionais de defesa da flora, da fauna e dos recursos hídricos nos mais diferentes estágios era um agravante num contexto de crise hiperinflacionária, descontrole nos gastos públicos e obstaculizava até mesmo a aplicação eficaz das legislações vigentes¹⁶¹.

Já a partir de 1987 o governo brasileiro através do IBAMA e da SEMA passou a trabalhar com organismos internacionais que desejavam estabelecer cooperação para fins de preservação de ecossistema em países do então chamado Terceiro

¹⁵⁹ BRASIL. **Lei 6938 de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2 de Setembro de 1981. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>> Acesso em 09 abr. 2012.

¹⁶⁰ BRASIL. **Conservação Ambiental no Brasil: programa nacional do meio ambiente 1991-1996**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/ PNMA. Brasília/ DF, 1997 p. 11.

¹⁶¹ NACIONES UNIDAS/CEPAL. **Comisión Económica para América Latina y Caribe- El Desarrollo Sustentable: transformación productiva, equidade y medio ambiente**. Santiago, Chile, 1991 p. 10.

Mundo. Dessa forma elaborou-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Meio Ambiente (PNUD) e o Brasil, detentor da maior reserva de biodiversidade do planeta tornou-se peça-chave no panorama das discussões ambientalistas de esfera internacional na medida em que o país se democratizava e o próprio contexto externo ansiava por transformações da antiga ordem do pós-Guerra (1945), nesse contexto importantes estratégias voltadas para o desenvolvimento de uma agenda ambiental mundial repercutiam internamente dos quais o mais significativo foi sem dúvida a elaboração do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que foi continuado nos governos ulteriores ao período de transição democrática (1985-1990)¹⁶².

Dessa forma, o PNMA de fato foi um importante instrumento, porque não só apontou metas concretas em termos de otimizar a gestão ambiental como discutiu abertamente o instrumento de políticas públicas para preservação considerando aspectos específicos das realidades econômicas dos países-alvo de seus projetos. De igual modo, foi o referencial-mor na elaboração SNUC ao tratar das categorias de unidades de conservação e seus objetivos, contemplando especificidade até então jamais observadas no tocante à instituição de áreas de preservação no país. No próprio dizer de Gustavo Krause, então Ministro do Meio Ambiente no primeiro governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998)

Para além das metas físicas realizadas, o PNMA contribuiu, de forma inovadora, para o debate conceitual e temático sobre a gestão ambiental no país. De par com isso, várias ações podem ser elencadas. Em termos de desenvolvimento institucional consolidou-se a gestão ambiental, dotando-a de modernos instrumentos administrativos, capacitando recursos humanos, e, sobretudo, convergindo para a estratégia de descentralização que permeia a ação do Governo brasileiro.¹⁶³

E de fato, o então Ministro não exagerava no tom. Pela primeira vez na história brasileira um governo lograva êxito ao concluir uma agenda programática para a questão da preservação ambiental de maneira amplamente discutida com setores da sociedade civil organizada. Três anos após o lançamento de suas diretrizes, o SNUC seria aprovado, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1998-

¹⁶² BRASIL. **Conservação Ambiental no Brasil: programa nacional do meio ambiente 1991-1996**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/ PNMA. Brasília/ DF, 1997. p. 12-29.

¹⁶³ Ibid. p. 5.

2002). Mas sem dúvida o PNMA deve ser lembrado também pelos objetivos práticos que tornou possível em termos de estruturação as Unidades de Conservação da Natureza tanto quanto o seu êxito democrático; ensejando uma bem-sucedida parceria com o Banco Mundial, o Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Nacional para a Reconstrução) do Governo alemão e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e conjugando esforços técnicos profícuos e apartidários com as administrações dos estados e municípios da federação brasileira, foi possível obter vias de crédito para o financiamento da estruturação física de inúmeras UCs em todo o país. A Reserva Biológica de Duas Bocas foi beneficiária direta de ações de fortalecimento institucional obtidas pelo PNMA em parceria com o Banco Mundial e organismos internacionais que tornaram possível sua consolidação física entre 1995 e 1997.

5.3 A consolidação da Reserva Biológica de Duas Bocas (1991-1995)

Em 1991, dentro de uma atmosfera de grandes expectativas quanto ao primeiro governo democraticamente eleito no Brasil desde 1960 e verificando-se em escala mundial um “boom” do lobby ecológico, a antiga Reserva Florestal de Duas Bocas tinha sua categoria redefinida e passava a ser Reserva Biológica de Duas Bocas.

Em setembro de 1995 foi inaugurada a infraestrutura da sede da UC. Com recursos do Banco Mundial, obtidos graças ao PNMA, a consolidação da Reserva Biológica ao menos no plano físico mostrar-se-ia satisfatória.

Foram construídas na antiga zona de empréstimo da construção da represa de 1954 quatro casas para alojamento dos guardas florestais com suas respectivas famílias, um almoxarifado, oficina para reparos de veículos de fiscalização, uma casa destinada ao administrador da Rebio e uma sede administrativa. Para fins de atender ao disposto no que concerne à Educação Ambiental, fez-se ainda um centro de visitantes posteriormente transformado em um museu de taxidermia e um auditório com capacidade para 35 pessoas. Discutiu-se se a abertura da Rebio a visitas controladas de estudantes não seria um problema em função das restrições quanto à recategorização para Reserva Biológica, mas a deliberação final foi a de que visitas controladas seriam permitidas, tanto em função das diretrizes do PNMA como por dispor a Rebio de uma trilha de 3,5 km em área de Mata Atlântica em

estágio secundário, que conduzia a antiga represa construída em 1918 e cujas ruínas em meio à floresta constituíam um exótico atrativo arquitetônico. Nascia assim o programa de Educação Ambiental “Um Dia na Floresta”, destinado a atender sobretudo o público em idade escolar e que ainda atualmente é executado na UC.

Em função do disposto nas diretrizes propostas pelo PNMA para a Reserva Biológica enquanto unidade de conservação voltada para a pesquisa científica, foi construído um pequeno laboratório devidamente equipado para estudos em Botânica e Zoologia, e um alojamento de apoio para pesquisadores em trabalho de campo com capacidade para até 12 pessoas. Além disso, contava a Rebio em 1995, data da inauguração de sua estrutura física, com sistema de radiocomunicação que garantia a segurança e ao mesmo tempo a agilidade dos guardas no trabalho de controle e fiscalização nos limites da UC e ainda naquele ano foi encomendado a elaboração do Plano de Manejo da Rebio de Duas Bocas.

Contudo, se por um lado engendraram-se esforços sinceros no sentido de transformar a Rebio de Duas Bocas em uma importante base para a formação da consciência ambiental, por outro se manteve em relação à população de seu entorno um rancor mordaz.

A forma, por vezes imbuída de uma moção autoritária, com que se deram as desapropriações, sobretudo as efetuadas entre 1949 e 1951, e o ulterior cerceamento do acesso aos locais em virtude da recategorização terminou por constituir uma marca indelével na relação entre os remanescentes das antigas famílias locais com a UC enquanto instituição. Historicamente construiu-se uma relação pautada na percepção do arbítrio estatal que interfere de maneira incisiva e inflexível na vida de famílias que estavam estabelecidas nos limites da Reserva, donde a caça, o desinteresse em preservar e mesmo a atitude predatória nem sempre encontram explicações no simples fator cultural mas como uma espécie de resposta coletiva, de rancores subjacentes que são contados e recontados por pais e avós, sempre deixando transparecer um misto de indignação por atos praticados em prol da utilidade em tempos idos.

As últimas desapropriações na região de Duas Bocas – aferidas por este trabalho - datam do ano de 1992. Por DE, o Sr. José Amazonas compulsoriamente teve de ceder ao Estado uma área de 20.000 m² de sua propriedade

Tendo em vista a preservação das nascentes, da fauna e da flora existentes na área. [...Abrangendo] quaisquer benfeitorias, existentes sobre a área.¹⁶⁴

Por seu turno, outro Decreto, assinado cerca de quatro meses depois incorporava à área da Reserva Biológica de Duas Bocas uma extensão de 0,8 ha então pertencente ao Sr. Jorge Pereira¹⁶⁵.

Ainda que consolidada como área de preservação, não se pode afirmar que a flora e a fauna de Duas Bocas sejam invulneráveis.

Em 2002, quando ainda gerenciada pelo Instituto de Defesa Agrário e Florestal (IDAF) houve a gestão da UC de fazer frente a uma ação predatória que revelou como o poder público pode ser fragilizado pelo capricho dos interesses políticos quando o que está em jogo é a preservação ambiental e de como a sanha destruidora que movimenta recursos a custas da exaustão dos recursos naturais ainda está longe de ser um dado superado na subjetividade humana¹⁶⁶.

¹⁶⁴ ESPIRITO SANTO (Estado). **Decreto Nº 5181-E de 17 de Junho de 1992**. Governador(Albuíno Cunha de Azeredo). Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, Área anexa à Reserva Biológica de Duas Bocas, no Município de Cariacica, ES. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 19/06/1992.

¹⁶⁵ ESPIRITO SANTO (Estado). **Decreto Nº 5336-E de 23 de Outubro de 1992**. Governador(Albuíno Cunha de Azeredo). Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, benfeitorias e direito de posse, em área devoluta, no município de Cariacica, confrontante com a Reserva Florestal de Duas Bocas. ES, Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 26/10/1992.

¹⁶⁶ Crime ecológico em Duas Bocas: destruição na mata atlântica. **Jornal Correio Popular**. Cariacica, p. 2-9, 08 a 14 fev. 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Organicamente o ser humano depende da água potável (dita água doce) para sua sobrevivência, não há vida humana sem água. A água necessária à vida humana representa 2,5% do total da superfície líquida do planeta. Ao mesmo tempo em que constitui 71% do corpo humano está presente em menos de 5% do total da superfície líquida do planeta. Apenas um simples exercício dedutivo é suficiente para compreender como é grandemente necessária para a manutenção da vida humana a preservação dos recursos hídricos disponíveis no planeta, pois como seres vivos, como seres históricos, edificadores de civilizações, somos dependentes de água para viver e produzir modos de viver.¹⁶⁷ Grosso modo, a afirmação de alguns ecologistas de que somos, em última análise, parte da Terra, não é mero floreio retórico ao considerar-se a necessidade de manutenção dos mananciais. Até por suas dimensões geográficas, mas não apenas por isso, registre-se que o Espírito Santo tem uma reserva aquífera muito pequena em comparação aos demais estados da região Sudeste e, após o aumento da ação predatória a partir do final do século XIX e todo o século XX, não resta atualmente nem 10% do que havia de cobertura da Mata Atlântica em seu território. Por seu turno os recursos hídricos também não são tão abundantes em terras capixabas como nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo.

Para termos comparativos, o maior rio capixaba - o rio Doce - se tomado em relação aos padrões dos rios bacias hidrográficas do estado de Minas Gerais, onde nasce, é apenas um rio médio. Desse modo, o fato de o estado do Espírito Santo possuir uma bacia hidrográfica não tão expressiva torna ainda mais importante o cuidado com os recursos hídricos que possui. A ocupação desordenada, o desmatamento, a falta de mata nativa devido à introdução de espécies exóticas e invasoras, a inexistência de programas de tratamento de esgoto e de políticas eficazes para o manejo ambiental causaram, ao longo dos anos, muita poluição e assoreamento dos rios capixabas e tornaram ainda mais urgente buscar soluções conjuntas para enfrentar o problema da degradação dos mananciais.¹⁶⁸ Citando desde os canais de irrigação do vale do Nilo, há mais de cinco mil anos, à monumental rede de galerias

¹⁶⁷ MARTINUZZO, José Antonio. **Novo Espírito Santo- Estado Sustentável: meio ambiente e recursos hídricos 2003- 2010**. Vitória/ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 2010. p. 68.

¹⁶⁸ MARTINUZZO, J. A. op. cit. p. 69.

que abastece Nova Iorque (EUA), Gore afirma que a água, ou o domínio de redes de abastecimento da água “Tem sido essencial à viabilidade e ao êxito de todas as civilizações.”¹⁶⁹

A reduzida parcela de mananciais de água potável existente no planeta apresenta-se a nós como um aviso da necessidade de se preservar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos de que dispõe a população da Terra, sobretudo das fontes de água superficiais, que paulatinamente estão escasseando em função da explosão demográfica e das agressões químicas causadas por agentes poluidores resultantes da industrialização desordenada. Mesmo que o total de água que participa do ciclo hidrológico não se altere, por se tratar de um ciclo fechado, é grande o risco de alterações que influem na redução da distribuição e qualidade dos ambientes essenciais onde se dão os veículos da água. Mesmo não se modificando o total de chuvas, a água pode escassear, portanto, e tornar-se inacessível se não forem tomadas medidas preventivas para sua perenidade em condições de uso onde é necessária.

Desse modo, é de fundamental valor a preservação da cobertura vegetal. A relação objetiva entre cobertura verde e oferta de água de boa qualidade para consumo já era conhecida no século XIX uma vez que é a floresta que possibilita a maior retenção de água no solo e assegura, desse modo, as vazões das nascentes. A floresta é, portanto, elemento essencial na manutenção da perenidade dos rios. Todavia, se é constatável que regiões de boa cobertura vegetal tendem a oferecer água de boa qualidade para o consumo, por outro lado, o homem devastou tanto suas florestas que passou a ser obrigado por lei a preservar o que delas restou. Assim, “ilhas” de mata atlântica estão atualmente como espaços que são patrimônios de memória da exuberância natural que cobria originalmente o território brasileiro. Trata-se de fragmentos do que era a paisagem natural brasileira quando da chegada de europeus oferecendo uma experiência de encantamento mas também de reflexão de nosso potencial destrutivo, de tal modo que as reservas, ou áreas de preservação, são locais onde a autocrítica e a tomada de consciência que fomentam uma atitude menos hostil para com a natureza são naturalmente propícios.¹⁷⁰

¹⁶⁹ GORE, Al. **A Terra em Balanço**. São Paulo: Gaia, 2008. p. 96.

¹⁷⁰ MARTINUZZO, J. A. op. cit. p. 109.

A Reserva Biológica de Duas Bocas teve sua gênese na conjugação dessa certeza com a necessidade de saneamento da urbe capixaba. Foi somente por sua grande quantidade de água e sua disponibilidade que sua área verde foi sequencialmente protegida por administrações distintas ao longo dos últimos cem anos. Sua origem não se deu senão pelo fato de que a oferta desse item precioso para a vida, a água, sempre foi volumosa nas cabeceiras de seus córregos, protegidos pela majestosa mata adjacente, patrimônio de biodiversidade e de história.

REFERÊNCIAS

AMERICAN SOCIETY FOR ENVIRONMENTAL HISTORY-ASEH. Disponível em <<
<http://aseh.net/>>> acesso em 12 jun. 2012.

ATLAS DE ECOSSISTEMAS DO ESPÍRITO SANTO.- [Vitória,ES] Seama;
Viçosa/MG:UFV, 2008.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto, 2007.

BALESTRERO, Heribaldo L. **A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo: sinopse histórica.** Viana-ES, 1979.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história.**,Rio de Janeiro Vozes, 2005.

BEZERRA, Omyr L. **Cariacica: resumo histórico.** 2ed. IPEDOC-Cariacica/ES, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2002.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário.** Vitória,/ES: Multiplicidade, 2005.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920.: relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Espírito Santo.** República dos Estados Unidos do Brasil/Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. /Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1920. . Disponível em <<
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Recenseamento/Recenseamento_1920_Cariacica.pdf>
> Acesso em 27 abr. 2012.

BRASIL. Decreto nº 1.713, de 14 de Junho de 1937. Cria o Parque Nacional do Itatiaia.. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 14 de Junho de 1937 Disponível em:
<<<http://www.icmbio.gov.br/brasil/RJ/parna-itatiaia/decreto-n-1-713-2013-de-14-de-junho-de-1937.pdf>>>. Acesso em 18 jan. 2011.

BRASIL. **Lei 6938 de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 2 de Setembro de 1981. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>> Acesso em 09 de abr. 2012.

BRASIL. Lei 9985 de 18 de Julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 18 de Julho de 2000.

BRASIL. **Conservação Ambiental no Brasil: programa nacional do meio ambiente 1991-1996.** Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/ PNMA. Brasília/ DF, 1997.

BURGUIÈRE, André. (org) **Dicionário das Ciências Históricas.** (tradução de Henrique de Araújo Mesquita) Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

ATLÂNTICA: série políticas públicas. São Paulo: Conselho Nacional de Reserva da Mata Atlântica, 2000.

BIARD, Auguste François. **Viagem à Província do Espírito Santo.** (tradução de José Augusto Carvalho). Espírito Santo: Aracruz Celulose/Fundação Jonice Tristão, 1990.

BRITO, Francisco Saturnino. **Projecto de um Nôvo Arrabalde.** 1896. Rio de Janeiro: Coleção Canaã, vol. 2, 1996. Disponível em <<<http://www.ape.es.gov.br/pdf/Projecto%20de%20um%20Novo%20Arrabalde%201896.pdf>>> acesso em 29 de mar. de 2012.

BROEDEL, Dalva. **A Cesan e sua História.** Vitória/ES: CESAN, 1994.

CADERNO municípios capixabas. **A GAZETA.** Vitória, 12 set.1994.

CARIACICA EM DADOS: indicadores socioeconômicos./Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC). Vol. Único, (ago. 2011). FLORINDO, Matusalém Dias de Moura; BORGES, Maria Souza (org.), 2011.

CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História.** Rio de Janeiro. Edições Graal, 2002.

CARVALHO, José Antonio. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Expressão e Cultura. Rio de Janeiro, 1982.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9 ed. São Paulo, UNESP: 2010.

CHORÃO, Maria José B. **Doações e Forais das Capitanias do Brasil: 1534-1536**. Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Portugal/Lisboa, 1999.

Correio Popular (jornal). Crime ecológico em Duas Bocas: destruição na mata atlântica. Cariacica, p. 2-9, 08 a 14 fev. 2002.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1965.

_____, Luiz Serafim. **Historia do Palácio Anchieta**. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória, Typographia do Espirito-Santense, 1879. Arquivo Público Estadual do Espírito Santo Vitória-ES, 2003.

DEMONER, Sonia Maria. **A Presença de Missionários Capuchinhos no Espírito Santo- Século XIX**. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983.

_____, Sonia Maria. **Os Jesuítas no Espírito Santo**. UFES, Revista de Cultura. Ano VI, nº 19, Maio, 1981.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1996.

DRUMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. In: Estudos Históricos 8: historia e Natureza. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), FGV, 1991.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. **A Expansão da Periferia por Conjuntos Habitacionais na Região da Grande Vitória (1964-1986)** Vitória/ES: Grafitusa, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Província). 1 Vice-Presidente da Província do Espírito Santo (1863-1865: Eduardo Pindahiba de Mattos:). **Relatório apresentado à assembleia legislativa provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864.** Victoria, Typographia Liberal do Jornal da Victoria, 1864. Disponível em << . <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>> Acesso em 15. Jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente da Província do Espírito Santo (1887-1888: Antonio Leite Ribeiro de Almeida). **Relatório apresentado à assembleia legislativa provincial do Espírito Santo na abertura da primeira sessão da 28ª Legislatura em 9 de julho de 1888.** Victoria, Typographia do Espírito-Santense, 1888. Disponível em << . <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>> Acesso em 15. Jun. 2012.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo durante o mesmo período. Vitória, ES: Imprensa Oficial, 1913.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Lei nº 2095 de 12 de Janeiro de 1965.**

Governador(Francisco Lacerda de Aguiar). Cria a Reserva Florestal de Duas Bocas no Município de Cariacica. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 16/01/1965.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Lei nº 4503 de 02 de Janeiro de 1991.** Governador(Max de Freitas Mauro). Transforma a Reserva Florestal de Duas Bocas em Reserva Biológica Estadual de Duas Bocas. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 03/01/1991.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Decreto Nº 5181-E de 17 de Junho de 1992.**

Governador(Albuíno Cunha de Azeredo). Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, Área anexa à Reserva Biológica de Duas Bocas, no Município de Cariacica, ES. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 19/06/1992.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Decreto Nº 5336-E de 23 de Outubro de 1992.**

Governador(Albuíno Cunha de Azeredo). Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, benfeitorias e direito de posse, em área devoluta, no município de Cariacica, confrontante com a Reserva Florestal de Duas Bocas. ES, Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 26/10/1992.

ESPIRITO SANTO (Estado) **Lei nº 8488 de 19 de Abril de 2007.** Governador (Paulo Cesar Hartung Gomes). Denomina Reserva Biológica Paulo Fraga Rodrigues a Reserva Biológica de Duas Bocas. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 20/04/2007.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório Técnico Parcial de Consultoria para Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Fonte Grande.** RTP

153/93. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF; Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEAMA/PMV; Consultoria CEPEMAR: Vitória, ES, 1993.

FERREIRA, Gilton Luis. **Um desejo chamado metrópole** : a modernização da cidade de Vitória no limiar do século XIX. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em http://www.ufes.br/ppghis/Documentos/disserta%C3%A7%C3%B5es_2007/Gilton_Lu%C3%ADs_Ferreira.pdf>> Acesso em 16 de ago. 2010.

FLORENZANO, Everton. **Dicionário espanhol-português, português-espanhol**. - 2 ed. Ver e ampl. Ediouro, São Paulo: 2004.

FRÖLICH, Roland. **Curso de História da Igreja**. (tradução de Alberto Antoniazzi; revisão de Antonio Lúcio S. Lima). São Paulo, Paulus: 1987.

HILAIRE, Auguste de Saint. **Segunda Viagem ao Interior do Brasil: Espírito Santo**. (tradução de Carlos Madeira). São Paulo, Companhia Editôra Nacional: 1936.

_____. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. (tradução de Milton Amado). Belo Horizonte: Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GORE, Al. **A Terra em Balanço**. São Paulo: Gaia, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Duas Bocas: relatório parcial**. Nº 2. Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente-SEAMA/ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF. PLANAVE S.A-Estudos e Projetos, ES, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Duas Bocas: relatório final**. Vol 1. Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente-SEAMA/ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF. PLANAVE S.A-Estudos e Projetos, ES, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Duas Bocas: relatório final**. Vol 2. Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente-SEAMA/ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF. PLANAVE S.A-Estudos e Projetos, ES, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Programa de Consolidação das Unidades de conservação do Espírito Santo: projeto de consolidação da reserva biológica de Duas Bocas.** (1 versão) Secretaria de Estado da Agricultura. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas- ITCF: Vitória/ES, 1993.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** IN: **Intérpretes do Brasil/** coordenação, seleção de livros e prefácio, Silvano Santiago.-, 2 ed. Vol. 3. Biblioteca luso-brasileira, série brasileira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar : 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências Sistema de Informação de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Disponível em <<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Cartas e Mapas/Mapas Tematicos/](http://ftp.ibge.gov.br/Cartas_e_Mapas/Mapas_Tematicos/)>> acesso em 20 de jan. de 2012.

JUS VIGILANTIBUS. **Revista de Direito.** 18 de março de 2004. Disponível em <<<http://jusvi.com/artigos/3976>>> acesso em 14 de jan. de 2012.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis, Vozes: 2009.

MARTINUZZO, José Antonio. **Novo Espírito Santo- Estado Sustentável: meio ambiente e recursos hídricos 2003- 2010.** Vitória/ES:Governo do Estado do Espírito Santo, 2010.

MARQUES, Cesar A. **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878. Vitória-ES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo,2003.

MORAES, Ormando. **Por Serras e Vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros.** Vitória, ES, 1989.

NACIONES UNIDAS/CEPAL. **Comisión Económica para América Latina y Caribe- El Desarrollo Sustentable: transformación productiva, equidade y médio ambiente.** Santiago, Chile, 1991.

NASH, Roderick. **Wilderness and the American mind.** 3 ed. Cambridge, Yale University Press, 1982. In: Estudos Históricos 8: historia e Natureza. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), FGV, 1991.

OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. QUINTANEIRO, Tânia. **Um Toque de Clássicos**. 2 ed. Minas Gerais/BH: Editora da UFMG, 2009.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise Socioambiental: estados & Sociedade civil no Brasil (1982 – 1998)**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

NOVELLI, Fabiano Z. **Levantamento do Perfil Socioeconômico e Ambiental de Quatro Comunidades Residentes no Entorno da Reserva Biológica de Duas Bocas: Cariacica/ES**. 2010. 77 f. Monografia (Especialização em Gestão Integrada do Território) – Instituto Politécnico de Tomar/ Fundação Gorceix/ Instituto Bioatlântica, Ipatinga/MG, 2010.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória, ES: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1969.

_____. **O Presidente Jerônimo de Souza Monteiro :pequenos estudos sobre administradores brasileiros:.** Vitória, ES: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1960.

NORMANO, J. F. **Evolução Economica do Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **Historia do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Josefa Teles de. **Cariacica Lendária..** Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo- Divisão de Documentação Capixaba.ES, 1999.

PADOVAN, Maria da Penha. **Cerfitação de Unidades de conservação**. Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: série políticas públicas, 26. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: São Paulo, 2003.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1982.

PYNE, Stephen J. **Fire in America- a cultural history of wildland and rural fire**. Princenton, Princenton University Press, 1988.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. M. **O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (sec. XVI-XVIII)**. XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTORIA ECONÓMICA E SOCIAL CRISES ECONÓMICAS, CRISES SOCIAIS. Universidade Técnica de Lisboa – 19 e 20 de novembro de 2010

p.7. Disponível em <<
<http://www.iseq.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/LUIZ%20CLAUDIO%20RIBEIRO.pdf>>
 > Acesso em 23 jun. 2012.

ROCHA, Levy. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo**. MEC/EBRASA, Brasília, 1972.

SILVA, Sara Ramos da. **O papel do sujeito em relação à água de consumo humano**: um estudo na cidade de Vitória-ES. 2007. 285 f. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos)- Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SIQUEIRA, Maria da Penha S.(org.) **Desenvolvimento Brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória, ES: Grafitusa, 2010.

SANTOS NEVES, Luis G.; ALVARENGA, Léa Brígida.; PACHECO, Renato José da Costa. **Cariacica: nosso município- noções históricas e geográficas**. Prefeitura Municipal de Cariacica, 2002.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Ed Gaia, 2003.

SZOMPKA, Piotr. **A Ideologia da Mudança Social**. 2 ed. (tradução de Pedro Jorgensen Jr). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

TÜCHLE, Germano. **Nova História da Igreja**. vol. 3.(tradução de Waldomiro Pires Martins) Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central.
Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos./
 Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central.- Vitória, ES: A Biblioteca, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central.
Normalização de Referências: NBR 6023:2002/ Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central.- Vitória, ES: A Biblioteca, 2006.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: relembando a história da conservação da Natureza no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fundação MacArthur, 1998.

VALENTE, Osvaldo Ferreira & GOMES, Marcos Antonio. **Conservação de Nascentes: hidrologia e manejo de bacias hidrográficas de cabeceiras**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2005.

VIANA, Oliveira. (1885-1951). **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial/ Edições do Senado Federal (1925 1.ed.) 2004. Disponível em <<<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1091/4/702813.pdf>>> acesso em: 29 mar. 2012.

WORSTER, Donald. **The ends of the Earth-perspectives on modern environmental history**. Cambridge, Cambridge University, 1988. pp 289-307 In: Para Fazer História Ambiental. José Augusto Drumond (org.). Estudos Históricos 8: história e Natureza. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), FGV, 1991.

WIKIPÉDIA- A Enciclopédia Livre. **Disponível** em <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9tente>>> acesso em 27 de mar. de 2012.

REFERÊNCIAS EM FONTES PRIMÁRIAS

Documento 1

Estado: bom.

Doc. 3901

Anexo: Lei 1148 de 12/1917

Tipo: processo.

Vinculação: burocracia estatal/Poder Executivo estadual.

Datação: 1893-95

Teor:

Documentação da antiga “**Directoria de Terras e Obras do Estado do Espírito Santo**” utiliza o termo “Terras devolutas do Estado”.

Precedente: **Diretoria Central de Terras** (1895)

Propriedade investigada: “**Fazenda Marinho**”- comprada a 5 de Dezembro de 1893 por Henrique José Laranja. Atestou a fonte primária que “A fazenda Marinho de Cariacica foi adquirida por José Francisco Gonçalves Laranja do capitão Gonçalo Pereira Porto e sua mulher, por escritura de troca de 21 de Janeiro de 1836, etc, etc”. Em 1920 cerca de 30% da área da atual Rebio de Duas Bocas era já denominada “Terras do Estado”.

Documento 2.

Estado: bom

Doc. 3901

Tipo: processo

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual.

Datação: 1911

Teor:

“**Autos de Terrenos Desapropriados**”. Documentação da antiga “Directoria de Agricultura, Terras e Obras do Estado do Espírito Santo” versando sobre a desapropriação de terras no ribeirão Pau Amarelo. Em 1911 os terrenos das adjacências da represa dita “Velha” (segunda represa de Duas Bocas) estavam já desapropriados. Ofício número 29, de 21 de Setembro de 1911 designou o agrimensor Euclides Camargo para medir a área desapropriada. Total de terrenos

desapropriados em 1911: 12.956.100 m², inclusos terrenos de tal Sr. José Rocha, etc, etc.

Documento 3

Estado: regular

Doc.3901

Tipo: anexo

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual.

Datação: 1911

Teor:

Ofício nº 29 de 21/09/1911 da “Directoria de Agricultura, Terras e Obras do Estado do Esp. Santo”. O presidente do Estado (governador) Jerônimo de Souza Monteiro solicita medição de terras a serem desapropriadas

“Com o maior cuidado quanto às divisas das terras adquiridas pelo governo do Estado com as dos particulares” (sic)

Documento 4

Estado: bom

Doc. 3901

Tipo: jornal impresso (anexo ao processo)

Vinculação: burocracia estatal/ Ato do Executivo estadual e imprensa.

Datação: 1911

Teor:

“Diário da Manhã” publicado na capital do ES a 22/09/1911. Relação dos primeiros desapropriados ao interesse público para área da construção da represa para abastecimento de água da capital. Etc. Etc.

Documento 5

Estado: bom

Doc. 3901

Tipo: anexo

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1911

Teor:

Despacho de nomeação de Vitorino Milaneze para escriturário “*ad hock*” em Duas Bocas, distrito de Cariacica em 10/10/911 etc. etc.

Documento 6

Estado: bom

Doc. 3901

Tipo: processo

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1911

Teor:

Termo de Encerramento da medição do ribeirão Pau Amarelo, terras a destinação da construção da represa para abastecimento de água da capital. Informações sobre as condições do terreno e das terras. Delimitação de propriedades particulares com as “Terras do Estado” etc. etc..

Documento 7

Estado: bom

Doc.:3901

Tipo: mapa

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1911

Teor:

“Planta da medição e Demarcação do Terreno Pertencente ao Sr. José da Rocha”, nas vertentes do Pau Amarelo, a desapropriar por utilidade pública, necessários ao abastecimento de água da capital, etc. etc..

Documento 8

Estado: bom

Doc.:3901

Tipo: anexo

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1911

Teor:

Solicitação do então governador Jerônimo Monteiro ao Secretário do governo à compra de terrenos no Ribeirão Pau Amarelo a fim de evitar a “Servidão pública” desalojando os moradores, etc. etc..

Documento 9

Estado: bom

Doc.:3901

Tipo: anexo

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1912

Teor:

Solicitação do Sr. Francisco Schwab Filho ao governador Jerônimo Monteiro para remessa dos autos processuais sobre demarcação de terras que, por seu turno, encaminha ao Procurador Geral das Terras do Estado a fim de proceder à desapropriação da área de que trata a planta anexa, etc. etc..

Documento 10

Estado: bom

Doc.:3902

Tipo: processo

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1912

Teor:

Processos de desapropriação de terras na vertente do Pau Amarelo. Contestações etc, etc..

Documento 11

Estado: regular para bom.

Doc.:3902

Tipo: anexo

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual/ Poder Judiciário/ Pessoal.

Data: (1883) 1895

Teor:

Posse dos lugares denominados “Marinho” e “Caçaroca” pelo Sr. Capitão Antonio Gonçalves Laranja, referência a documento de 1883 que atesta posse de terrenos, benfeitorias e uma escrava nos termos do Artigo 22 da Lei de Terras de 1854. etc; etc..

Documento 12

Estado: bom

Doc.:3902

Tipo: certidão

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: (1885) 1893

Teor:

Certidão “*Verbum Adverbum*” de 1893 informando posse de terrenos na localidade de Caçaroca coligindo dados da Revenda dos Autos de inventário que se fez no ano de 1885 por falecimento do Sr. Francisco Gonçalves Laranja e pagamento feio a Antonio Gonçalves Laranja (filho), relação de bens etc. etc..

Documento 13

Estado: bom

Doc.:3903

Tipo: mapa

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1893

Teor:

Planta da Fazenda Marinho.

Documento 14

Estado: bom

Doc.: 09243422

Tipo: mapa

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1954

Teor:

Planta da Pedreira de Santana, Cariacica.

Documento 15

Estado: bom

Doc.:09261438

Tipo: mapa

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1967

Teor:

Planta da Fazenda Roças Velhas.

Documento 16

Estado: bom

Doc.:40261304

Tipo: mapa

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1931

Teor:

Planta da área do Estado, divisionando com propriedades dos senhores João Thomas (Norte) e João Robes (Sul) e divisa com águas (Pau Amarelo).

Documento 17

Estado: bom

Doc.:09214184A

Tipo:mapa

Vinculação: burocracia estatal/ Poder Executivo estadual

Data: 1970

Teor:

Os limites em 1970 da Reserva Florestal de Duas Bocas, extintas todas as antigas propriedades particulares remanescentes, documento da já denominada “Secretaria da Agricultura”, do Departamento de Terras e Colonização, etc. etc..

